

SUMÁRIO

A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NA ESCOLA.....	2
OS BENEFÍCIOS ADQUIRIDOS COM A IMPLANTAÇÃO DO MOODLE DENTRO DA FACULDADE EDUVALE	16
CONSELHO DELIBERATIVO: Indício de uma Educação de Qualidade.....	26
FORMAÇÃO CONTINUADA.....	39
GESTÃO DA ESCOLA PÚBLICA DE QUALIDADE: o papel do gestor escolar.	49
MODELAGEM DE SOFTWARE PARA CLÍNICA VETERINÁRIA	58
A IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA CONSTRUÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR	72
A VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	85
ESTATUTO DO NASCITURO: UM RETROCESSO NA GARANTIA DOS DIREITOS DAS MULHERES BRASILEIRAS	98
PERFIL SOCIOECONÔMICO E OBSTÉTRICO DE PUÉRPERAS QUE REALIZARAM PRÉ-NATAL NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA EM CUIABÁ, MATO GROSSO, 2013	110

A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NA ESCOLA

Ângela Barros Lima Agostini
Irian dos Anjos Silva Cardoso
Letícia Gonçalves Cardoso
Luzeni da Silva Costa
Maísa Faria Cabral Resende
Patrícia Regina Alves Mendes dos Santos

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo compreender como a participação da comunidade pode influenciar a prática escolar. Tal trabalho é resultante do estudo desenvolvido por graduandas do curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE, para a disciplina Seminário Integrador. Pesquisas buscam identificar a importância da comunidade na prática escolar. Para dialogar com as ideias aqui desenvolvidas, serão abordados autores como CODY (1997), GADOTTI (2007), LIBÂNEO (2003), PARO (2002), PAROLIN (2008), REIS (2007). Estes autores problematizam a necessidade que a escola tem em contar com a participação mais ativa da comunidade e quais os meios que melhor contribuem para que isso ocorra. Para este trabalho realizamos uma pesquisa bibliográfica, contando com a abordagem qualitativa, através da observação direta extensiva, seguida de um questionário com questões abertas, as quais foram aplicadas para a comunidade, conselho escolar e coordenador na Escola Estadual Prefeito Artur Ramos em Jaciara/ MT com o intuito de investigar se ocorre a participação da comunidade na escola. As questões que motivaram a pesquisa foram: Qual a influência da comunidade na prática escolar? Como ocorre a interação comunidade X escola? Que importância tem a comunidade na prática Escolar? O problema da pesquisa busca identificar como ocorre a participação da comunidade na escola. Os estudos revelaram que a falta de participação da comunidade na escola tem ocasionado situações que comprometem o espaço escolar e o interior da sala de aula.

Palavras-Chave: Comunidade. Escola. Participação.

ABSTRACT

This article aims to show the community's influence on school practice. This work results from the study by graduation students of the Faculty of Education, Faculty of Social Sciences of the St. Lawrence Valley - EDUVALE. Research aimed at identifying the importance of community in the school practice. To engage with the ideas developed here, they will be addressed as authors CODY (1997), GADOTTI (2007), Libâneo (2003), PARO (2002), PAROLIN (2008), REIS (2007). These authors contribute emphasizing the need that the school has to rely on the more active participation of the community and which means that contribute to make this happen. To contribute to this work we conducted a literature search, with a qualitative approach, through an extensive direct observation, followed by a questionnaire with open questions, which were applied to the community, school board and coordinator in the State School Mayor Artur Ramos Jaciara / MT in order to investigate whether there is the community participation in school. The issues that motivated the research were: What is the community's influence on school practice? Because the interaction X community school is? How important is the community in the school practice? The problem

of research seeks to identify how does the community participation in school. The studies revealed that the lack of community participation in school has led to situations that compromise the school environment and the interior of the classroom.

Keywords: Community. School. Participation.

INTRODUÇÃO

Este artigo foi resultado de grande interesse enquanto estagiárias do curso de Pedagogia através da disciplina de Gestão Escolar, onde observamos a necessidade da participação da comunidade nas decisões escolares em visita a Sala do Educador na Escola Estadual Prefeito Artur Ramos, na cidade de Jaciara. Relatos entre coordenadores, professores e a diretora foram o destaque do estudo, estes comentavam sobre a distância da comunidade nas decisões escolares. Com isso, entendemos a necessidade de construir um texto sobre a participação da comunidade na escola, integrando escola e comunidade para um trabalho conjunto e ativo no ambiente escolar.

Para a construção do artigo contamos com a pesquisa bibliográfica através do estudo de autores como: CODY (1997), GADOTTI (2007), LIBÂNEO (2003), PARO (2002), PAROLIN (2008), REIS (2007). Estes autores evidenciam a necessidade que a escola tem em contar com a participação mais ativa da comunidade, quais os meios para que esta contribua para trazer a comunidade para a o ambiente escolar e intervir nas suas decisões. Acredita-se que a comunidade tem muito a contribuir, ajudando a escola a tornar-se democrática em todos os sentidos da palavra, contribuindo para o crescimento da mesma e do ensino.

Para contribuir com este trabalho foi realizado uma pesquisa bibliográfica, contando com a abordagem qualitativa, através de uma observação direta extensiva, seguida de questionário com questões abertas, as quais foram aplicadas para a comunidade, conselho escolar e coordenador na Escola Estadual Prefeito Artur Ramos em Jaciara/MT com o intuito de investigar se ocorre a participação da comunidade na escola e como ocorre.

GESTÃO DEMOCRÁTICA NO AMBIENTE ESCOLAR

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/96, a democracia na escola deve ocorrer de fato, começando pelo projeto político pedagógico da mesma, observando a participação da comunidade através dos conselhos escolares.

A participação e as tomadas de decisões implicam na democratização dos sistemas de ensino. Este processo deve ser construído no coletivo, considerando cada rede (municipal/estadual) da escola. Nesse aspecto, democratizar significa compreender a cultura escolar e articula-la com relações sociais mais amplas buscando a construção de um processo participativo baseado no trabalho coletivo e na participação, compreendendo as diferenças e garantindo a liberdade de expressão.

Para trilhar os caminhos da participação da comunidade na escola é preciso criar situações que favoreçam o encontro da comunidade com a escola como: reuniões e demais eventos escolares. Diante desses fatores, a participação precisa ser entendida por todos como um processo coletivo, onde todos contribuem.

A gestão da escola pode ser entendida como ato político, pois implica a tomada de decisões por parte dos funcionários, pais e estudantes, possibilitando a formação de indivíduos críticos, criativos e participativos. Nesse contexto, podemos perceber que dentro do ambiente escolar há conselhos que tem a função de organizar e juntamente com a comunidade escolar tomar decisões acerca do ensino em determinada escola, como por exemplo, na escola observada.

O conselho também pode ser reconhecido como gestão, torna-se seu papel inserir a comunidade no contexto escolar e mantê-la a par das decisões da escola. Para que ocorra uma gestão democrática é necessário que haja na elaboração do projeto político pedagógico uma discussão a respeito dos assuntos colocados em pauta.

Segundo Barbosa (s.d, p. 01), “[...] os conselhos ensejam o potencial de uma nova institucionalidade, pois se configuram [...] como colegiada cuja finalidade é a tomada de decisões ou agrupamento de pessoas que deliberam sobre determinado questão”.

É papel do gestor ouvir a comunidade escolar juntamente com os membros que formam seu conselho e levar em consideração a opinião de todos. A participação da sociedade na escola torna-se, em termos muito importante através de reuniões e eventos escolares. Nota-se que a comunidade escolar juntamente com a sociedade não deve assumir o papel do Estado, sua participação deve cumprir a função de manter-se informados sobre como está ocorrendo a gestão da escola.

Cabe a comunidade aproximar-se da escola para observarem os reais problemas, garantindo assim a gestão participativa bem como a participação dos pais, alunos, enfim de toda comunidade escolar. Nesses últimos anos houve uma grande melhora na relação entre escola e comunidade, esta, por sua vez, se tornou aberta para a comunidade com o passar dos anos, tornando-se significativa. Muitas famílias não veem o quanto significa a sua

participação, estas estão inseridas no meio escolar por meio das eleições de diretores e também do conselho, dando opiniões em reuniões e ajudando a construir a gestão.

Atualmente, a participação da comunidade nas ações da escola torna-se algo relevante, onde todos participam das decisões da escola, dessa forma não há como não haver relação entre escola e comunidade, onde as mesmas estão inseridas. Neste sentido, os processos educativos não são um dever somente da escola, é muito importante a comunidade ter noção do seu papel diante da educação, dessa forma a escola trabalha com qualidade e torna-se capaz de ampliar os conhecimentos.

O trabalho docente ocorre dentro da escola e é através deste trabalho que o professor tem a oportunidade de adquirir mais conhecimento juntamente com seus colegas de trabalho e colocar em prática seus próprios conhecimentos e convicções. A formação do trabalho escolar é realizada com o grupo de professores da instituição, onde através da interação entre os pares oportunizam a vivência interdisciplinar de diferentes conhecimentos, assegurando a boa qualidade nos seus processos formativos.

A escola é local de aprendizagem, dessa forma, podemos dizer que as práticas e os valores que acontecem dentro da organização escolar têm efeitos dentro da sala de aula. O gestor da escola tem que estar atento ao que acontece dentro da escola, sempre orientando, colaborando com os professores e alunos na produção de conhecimentos e garantindo que os pais possam estar participando do conselho escolar e dessa maneira, contribuir e participar ativamente da vida escolar dos filhos.

O conhecimento da realidade do aluno é essencial para subsidiar o processo de planejamento numa perspectiva dialética. Devemos considerar, pois, o aluno real, concreto que efetivamente está em sala de aula, um ser que tem suas necessidades, interesses, nível de desenvolvimento (psicomotor, sócio-afetivo e cognitivo), quando de significações, experiências anteriores (história pessoal), sendo bem distinto daquele aluno ideal, dos manuais pedagógicos (marcados pelos valores de classe) ou do sonho de alguns professores. (VASCONCELLOS, 1995, p. 63)

Para Vasconcellos (1995), o educador precisa conhecer a realidade de sua sala de aula para poder colocar em prática seus planejamentos, percebendo as necessidades de cada aluno para então contribuir em seu desenvolvimento pessoal e social. Isso só será possível se todos estiverem interessados no ensino da escola, onde a comunidade escolar precisa estar ativa para ajudar no processo ensino/aprendizagem.

INTERAÇÃO ESCOLA X COMUNIDADE

A ligação entre escola e comunidade é indispensável para uma educação de qualidade, dependendo também de uma boa relação entre familiares, gestores, professores, funcionários e estudantes.

Se, todavia, concebemos a comunidade – para cujos interesses a educação escolar deve voltar-se – como real substrato de um processo de democratização das relações na escola, parece-me absurda a proposição de uma gestão democrática que não suponha a comunidade como sua parte integrante. (PARO, 2000, p. 15).

Para que ocorra gestão democrática é necessário, de fato, que a comunidade participe dos interesses da escola. Nesse aspecto, podemos destacar a escola democrática.

Como lugar de pessoas e de relações, é também um lugar de representações sociais. Como instituição social ela tem contribuído tanto para a manutenção como para a transformação social. Numa visão transformadora ela tem papel essencialmente crítico e criativo. (GADOTTI, 2007. p. 11).

Nesse sentido, podemos entender a gestão democrática como lugar onde as pessoas relacionam-se, contribuindo para as transformações sociais. Portanto, quando comunidade e escola se juntam estas estão buscando um ambiente escolar cada vez melhor.

A interação entre a escola e comunidade torna-se cada vez mais importante, pois, essa parceria busca diminuir os problemas educacionais através de uma participação mais ativa e atenta aos interesses escolares. Neste sentido, Parolin (2008), argumenta que:

Destaco que o papel da família na formação e nas aprendizagens das crianças e jovens é ímpar. Nenhuma escola por melhor que seja, consegue substituir a família. Por outro lado, destaco também que a função de escola na vida da criança é igualmente ímpar. Mesmo que as famílias se esmerem em serem educadoras, o aspecto socializador do conhecimento e das relações não é adequadamente contemplado em ambientes domésticos. (PAROLIN, 2008, p.1).

De uma maneira geral, é notável que a família tenha papel fundamental e insubstituível no sucesso da aprendizagem e ampliação do desenvolvimento dos alunos. Quando a escola se abre ao diálogo com os pais/responsáveis é possível identificar as dificuldades que a criança possui em casa e na sala de aula e juntos buscarem soluções para que haja o desenvolvimento da mesma.

A escola nunca educará sozinha, de modo que a responsabilidade educacional da família jamais cessará. Uma vez escolhida a escola, a relação com ela apenas começa. É preciso o diálogo entre escola, pais e filhos. (REIS, 2007, p. 6)

Assim sendo, a escola exerce sua função educativa junto aos pais, discutindo, informando e orientando sobre os mais variados assuntos para que em reciprocidade, escola e família possam proporcionar um bom desempenho escolar e social às crianças. Para Paro (2002), a escola deve ter uma gestão escolar voltada para a participação dos pais, comunidade, alunos, funcionários, onde todos possam intervir nas decisões escolares, mas infelizmente nem sempre isso ocorre. A falta de interesse da comunidade em participar dos assuntos da escola ainda é um fator que impede uma boa gestão escolar construída com a participação efetiva de todos os segmentos da escola.

Paro (2002) enfatiza que uma das maiores dificuldades enfrentadas pela escola nos dias atuais é no exercício da função do diretor, este precisa se inteirar de todos os problemas enfrentados pela escola, tomar decisões e trabalhar de forma coletiva, de tal maneira que traga a comunidade para participar do ambiente escolar seja planejando, repensando, traçando metas e estratégias.

PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NA GESTÃO ESCOLAR

Para que haja uma gestão democrática de fato, é preciso que a comunidade esteja integrada a ela como parte importante, pois é a população que conhece seus interesses e com isso a escola deve integrá-la na sua administração escolar, se isso não ocorre a escola deixa de ver os interesses da comunidade e passa a ver seus interesses próprios entre funcionários do Estado. A administração da escola, segundo Paro (2002), é para que sejam tomadas decisões de poder entre a escola e a comunidade, executando e tomando decisões escolares.

A escola democrática, segundo Paro (2002) não é democrática apenas porque os sujeitos que trabalham nela como o “diretor” são liberais com os pais, alunos e professores. Democracia não é o diretor conceder alguma coisa, pois esta não depende de concessões, o que é preciso é a busca de conhecimento crítico da realidade.

É possível notar que sem a participação da comunidade na escola, o pensamento de escola democrática não está completo. A comunidade não só pode como também deve atuar na escola através de sua participação no conselho deliberativo.

É bem claro que, atualmente, a participação da comunidade nas ações da escola torna-se algo propício e relevante, pois a escola reflete em várias dimensões acerca do que ocorre fora de seu ambiente escolar, dessa forma não existe como não haver uma relação entre a

instituição e a comunidade onde as mesmas estão inseridas. Diferente do passado, onde a escola se fazia autônoma no que diz respeito aos processos educacionais, hoje em dia fica difícil conduzir as práticas pedagógicas sem o apoio e a participação da comunidade.

Portanto, entende-se que dessa maneira a escola trabalha com qualidade e que se torna capaz de formar cidadãos aptos a se aprimorar do saber historicamente acumulado, preparando o aluno para a participação constante na vida social, cultural e política na sociedade.

CONTRIBUIÇÕES METODOLÓGICAS

O presente artigo tem como tema “Participação da comunidade na escola”, tem como objetivo da pesquisa identificar a importância da comunidade na prática escolar. Diante disso, realizou-se uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa.

A pesquisa pode ser considerada um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais. Significa muito mais do que apenas procurar a verdade: é encontrar respostas para questões propostas, utilizando métodos científicos [...]. (LAKATOS, 1992, p.43).

O método utilizado foi dedutivo, pois parte de dedução para se chegar ao resultado final, com isso este método parte de teorias gerais para teorias particulares, como explica Diniz:

O método dedutivo parte das teorias e leis consideradas gerais e universais buscando explicar a ocorrência de fenômenos particulares. O exercício metódico da dedução parte de enunciados gerais (leis universais) que supostos constituem as premissas do pensamento racional e deduzidas chegam a conclusões. O exercício do pensamento pela razão cria uma operação na qual são formuladas premissas e as regras de conclusão que se denominam demonstração. (DINIZ, 2008, p.06)

A coleta de dados foi através da observação direta extensiva, por meio de questionário com perguntas abertas, as quais foram aplicadas para a comunidade, conselho escolar e coordenador na Escola Estadual Prefeito Artur Ramos em Jaciara – MT com o intuito de investigar se ocorre a participação da comunidade na escola.

O questionário foi realizado com o objetivo de levantar dados necessários para esta pesquisa, com o intuito de responder ao problema principal que é saber como ocorre a participação da comunidade na escola.

O interesse pela pesquisa foi resultado de um estudo realizado enquanto estagiávamos no curso de Pedagogia, onde observamos a necessidade da participação da comunidade nas decisões escolares, no momento de participação a Sala do Educador na Escola Estadual Prefeito Artur Ramos. Foram pertinentes os comentários entre coordenadores, professores e a diretora relatando como está distante a comunidade das decisões escolares. Com isso entendemos a necessidade de construir um texto sobre a participação da comunidade na escola.

ANÁLISE DE DADOS: RESULTADOS FINAIS

Realizamos um questionário com perguntas abertas, com coordenação, presidente do conselho escolar e comunidade, na Escola Estadual Prefeito Artur Ramos.

Em relação ao pai responsável realizamos algumas perguntas, a primeira foi: A comunidade tem se interessado/participado das situações ou eventos escolares, e o mesmo respondeu:

“Sim, pois atividades como estas são importantes na vida das crianças que participam, pois elas sentem nos pais a importância da escola em suas vidas”. (COMUNIDADE)

Percebemos que o responsável entende que é importante a participação da comunidade na escola, pois entende a importância da presença da comunidade na vida dos alunos e no aprendizado dos mesmos.

[...] Assim, se estamos interessados na participação da comunidade na escola, é preciso levar em conta a dimensão em que o modo de pensar e agir das pessoas que aí atuam facilita/incentiva ou dificulta/impede a participação dos usuários. Para isso, é importante que se considere tanto a visão da escola a respeito da comunidade quanto sua postura diante da própria participação popular. (PARO, 2003, p.47)

Assim o Paro deixa claro a importância da comunidade, mas é preciso que haja uma parceria constante entre comunidade/escola. Diante disso realizamos outra questão para o pai que respondeu o questionário, a pergunta foi: Como se dá a relação comunidade e escola. E o responsável respondeu:

“Para alguns, apenas por ser uma obrigação dos pais levarem seus filhos a uma escola, para mim faz com que os filhos cresçam em aprendizado e ajuda os pais a educarem”. (COMUNIDADE)

Com isso o responsável mostrou em sua fala a importância dessa relação escola e comunidade, demonstrando que se importa e que participa nas relações escolares.

Mas a participação da comunidade na gestão da escola pública encontra um sem-número de obstáculos para concretizar-se, razão pela qual um dos requisitos básicos e preliminares para aquele que se disponha a promovê-la é estar convencido da relevância e da necessidade dessa participação, de modo a não desistir diante das primeiras dificuldades. (PARO, 2003, p. 16)

Com isso, Paro enfatiza a necessidade de a comunidade não desistir dos eventos escolares diante dos obstáculos que encontram na escola. Dando sequência nas perguntas: Você tem dado alguma contribuição para melhorar a participação da comunidade na escola. E a resposta do mesmo foi:

“Não especificamente, pois quando há uma programação como esta, já tem pessoas do meio escolar envolvidos, daí os familiares vão apenas prestigiar”. (COMUNIDADE)

O responsável disse que não especificamente contribui para melhorar a participação da comunidade na escola, mas percebemos em sua fala que quando tem essas programações já tem pessoas do meio escolar envolvidas, com isso percebe-se que a escola não pode andar sozinha tem que ter este apoio da comunidade, mas precisa ter uma relação de convívio um com o outro para ter essa participação democrática.

A exigência da participação dos pais na organização e gestão da escola corresponde a novas formas de relação entre escola, sociedade e trabalho, que repercutem na escola nas práticas de descentralização, autonomia, coresponsabilização, interculturalismo. De fato, a escola não pode ser mais uma instituição isolada em si mesma, separada da realidade circundante, mas integrada numa comunidade que interage com a vida social mais ampla. (LIBÂNEO, 2004, p. 114)

Com isso Libâneo mostra em sua fala como é importante a escola fazer com que a comunidade participe tanto de decisões como de organização dos eventos, não deixando a comunidade isolada das situações escolares. Com isso, seguimos com o questionamento: O que você sugere para se tornar mais ativo na escola. E o mesmo respondeu:

“Quando for agendada alguma programação com participação da comunidade, procurar saber se alguns dos pais de alunos queiram contribuir para o evento”. (COMUNIDADE)

Para se tornar mais ativo na escola o responsável deixa claro seu interesse em participar das decisões escolares e eventos, e em sua opinião é possível a comunidade se envolver mais com os propósitos educativos, com isso deixa sua fala bem democrática mostrando que a comunidade tem que saber dos eventos e decidir se quer participar ou não das atividades escolares.

Dando continuidade realizamos algumas perguntas abertas, através de questionários com uma coordenadora e a presidente do conselho escolar da Escola Prefeito Artur Ramos, a primeira pergunta foi: Você considera importante a participação da comunidade na escola. E as duas responderam:

“Com certeza. Só essa parceria consegue fazer dar certo”. (COORDENADORA)

“Considero de suma importância, pois é através dela que conseguimos resolver os problemas da escola e também criar estratégias para melhorar o ensino aprendizagem”. (PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR)

Diante dessas falas percebemos que a participação da comunidade é muito importante para ajudar a solucionar problemas no ambiente escolar, contribuindo assim para melhorar o ensino da escola. Segundo Paro (2003, p.16) “Aceitando-se que a gestão democrática deve implicar necessariamente a participação da comunidade [...] na execução; [...] que é a partilha do poder, a participação na tomada de decisões” [...]. Diante disso, Paro diz que a comunidade precisa estar presente nas tomadas de decisões e nas distribuições de funções escolares.

Continuando, perguntamos com que frequência a comunidade participa das decisões escolares e como a comunidade participa nessas decisões. E as duas responderam:

“Mensalmente temos reuniões do CDCE para tratarmos das prestações de contas, decisões financeiras e outras situações eventuais. Fiscalizando a aplicação dos recursos financeiros, auxiliando na escolha de alguns projetos e, em algumas ocasiões, nos ajudando com questões burocráticas”. (COORDENADORA)

“A comunidade comparece quando solicitada pela escola para resolver problemas do dia a dia escolar. E os membros do conselho uma vez por mês em reuniões para tomar decisões de ordem pedagógica e financeira, como também o planejamento de novas ações para melhoria da escola e também a fiscalização dos recursos gastos. A comunidade participa dando sugestões para o bom andamento da escola. Essas sugestões são levadas para as reuniões do CDCE, em que as mesmas são discutidas e verificar a disponibilidade de atender as solicitações. Além das sugestões recebidas o

CDCE se reúne para criar planos de ações que atenda as necessidades da escola”. (PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR)

É evidente nas fala das duas pessoas que responderam o questionário, os esclarecimentos sobre as reuniões escolares, onde é ouvida a comunidade e levada para as reuniões as opiniões escolares e decidirem sobre como resolver determinados assuntos.

Assim segundo Libâneo (2004, p.139) “[...] por meio de canais de participação da comunidade, a escola deixa de ser uma redoma, um lugar fechado e separado da realidade, para conquistar o status de uma comunidade educativa que interage com a sociedade civil” [...].

Dando sequência no questionário perguntamos se a escola está trabalhando com algum Projeto ou exercícios diários que incentiva a participação da comunidade no ambiente escolar. E as duas responderam:

“Trabalhamos com atividades diferenciadas como: Dia da Família na Escola; Jogos Interclasses; Amostras Culturais; Reuniões Pedagógicas... E tudo contando com a participação da comunidade Escolar”. (COORDENADORA)

“Buscamos ter uma parceria comunidade e escola, assim realizamos algumas ações: Família na Escola; Reuniões Bimestrais para repasses de aprendizagem dos alunos; Mostras Culturais; Feiras de Ciências”. (PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR)

Diante das falas percebemos que as mesmas responderam a mesma coisa sobre as ações para ter essa parceria escola/comunidade, assim a escola tem realizado atividades que contribuem para trazer a comunidade mais ativa na escola.

O planejamento escolar consiste numa atividade de previsão de ação a ser realizada, implicando definição de necessidades a atender, objetivos a atingir dentro das possibilidades, procedimentos e recursos a serem empregados, tempo e execução e formas de avaliação. O processo e exercício de planejar referem-se a uma antecipação da prática, de modo a prever e programar as ações e os resultados desejados, constituindo-se numa atividade necessária à tomada de decisões [...] o planejamento se concretiza em planos e projetos, tanto da escola e do currículo quanto do ensino. Um plano ou um projeto é um esboço, um esquema que representa uma ideia, um objetivo, uma meta, uma sequência de ações que irão orientar a prática [...]. (LIBÂNEO, 2004, p.149)

Com isso, Libâneo (2004) expõem a importância do ato de planejar projetos ou exercícios diários para melhorar o ensino na escola. Dando continuidade ao questionário perguntamos: A gestão escolar tem sido democrática de fato, e como se dá a relação escola/comunidade. As duas responderam:

“Sim. Tudo é decidido através de diálogos e consultas a comunidade. De maneira tranquila e com parceria ativa”. (COORDENADORA)

“Buscamos realizar um trabalho onde cada representante de cada segmento escolar possa deixar sua contribuição como também na fiscalização das tomadas de decisões do dia a dia da escola. A parceria está acontecendo de forma tranquila e harmoniosa, tendo grande participação de vários segmentos. Os que não participam, estamos criando meios para que os mesmos venham a participar”. (PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR)

As duas pessoas que responderam o questionário deixaram claro em suas falas que a Escola Prefeito Artur Ramos tem buscado ser democrática de fato, onde os trabalhos, problemas e decisões escolares são decididos com todos os membros escolares e, ainda comentam que estão criando meios para trazer para a escola aqueles que ainda não participam das decisões escolares. Segundo Luckesi (2007):

Nos últimos dez ou quinze anos, muito se tem falado e abordado sobre o fenômeno da gestão democrática da escola. Usualmente, essas abordagens, assim como as práticas delas decorrentes, têm focado sua atenção na participação de pais, comunidade, professores e estudantes na vida administrativa da escola, especialmente através da eleição dos seus gestores (diretor e vice-diretor) e constituição e participação em comissão que decidem sobre parcos recursos econômicos, que, por ventura, possam ser destinados pelos poderes públicos a uma determinada instituição escolar pública [...]. (LUCKESI, 2007, p. 1)

Com isso finalizamos o questionário mostrando que a Escola Prefeito Artur Ramos provavelmente enfrenta problemas, como toda escola, mas tem buscado meios para que todos os membros da comunidade escolar participem das decisões e assim a escola se tornar de fato democrática através das práticas escolares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo foi de grande importância que partiu de uma necessidade escolar no Estágio Supervisionado em Gestão Escolar, e teve sua concretização na análise de dados realizados na Escola Prefeito Artur Ramos, onde observamos através de um questionário com alguns integrantes da escola a real participação da comunidade na escola.

Para a realização do presente artigo foi necessário conversar com alguns integrantes da escola que aplicamos o questionário para entendermos se a escola trás a comunidade para participar de decisões escolares, e sim a escola tem utilizado meio para que a comunidade

esteja mais perto da escola tanto em sua organização como nas tomadas de decisões, mas a escola tem enfrentado dificuldades em trazer a comunidade para a escola e a comunidade também tem observado que é preciso uma relação mais ativa da escola com a comunidade, necessidades que devem ser superadas com através de uma interação mais ativa de ambas as partes.

Assim concluímos este artigo afirmando que é necessário superar algumas barreiras na escola para que esta se torne democrática por completo, mas a comunidade precisa se interessar também pelas decisões escolares, com isso, este artigo veio contribuir para o aprimoramento dos conhecimentos sobre gestão democrática, tornando visível a importância dessa relação e parceria escola/comunidade.

Enfim, concluímos este artigo realizando uma investigação sobre a Participação da comunidade na escola, afirmando que a Escola Prefeito Artur Ramos tem buscado melhorar cada vez mais sua gestão democrática trazendo a comunidade para a escola e contribuindo nas decisões escolares.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Selma Marquiné. **O papel dos conselhos na construção democrática da gestão das escolas e dos sistemas**. Brasília, s.d.

BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil. Brasília: 1998.**

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9.394/96. Brasília: 1996.

Diniz, Célia Regina. **Metodologia Científica**, Célia Regina Diniz, Lolana Barbosa da Silva. - Campina Grande; Natal: UEPB/UFRN – EDUEP, 2008.

GADOTTI, Moacir. **A escola e o professor: Paulo Freire e a paixão de ensinar**. 1 ed. São Paulo: Publisher, 2007.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**/José Carlos Libâneo. 5. ed. revista e ampliada – Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LUCKESI, C. C. **Gestão Democrática da Escola, Ética e Sala de Aulas**. Revista ABC EDUCATIO, n° 64, p. 12 a 15, mar, 2007. Disponível em: <<http://luckesi.com.br>>. Acesso em 10/05/2016.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 3 ed. São Paulo: Ática, 2000/2002/2003.

PAROLIN, Isabel. **Relação Família e Escola: Revista atividades e experiências**. Positivo, 2008.

REIS, Risolene Pereira. **In: Mundo Jovem**, nº. 373. São Paulo. Fev. 2007.

VASCONCELOS, C. S. **Planejamento: planos de ensino-aprendizagem e projeto educativo**. São Paulo: Libertad, 1995.

OS BENEFÍCIOS ADQUIRIDOS COM A IMPLANTAÇÃO DO MOODLE DENTRO DA FACULDADE EDUVALE

Paulo Ricardo Miranda¹
Renato Arnaut Amadio²
Eugênio Guimarães de Souza³
Julio César Gavilan⁴
Maico Luis Rheinheimer⁵

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados bibliográficos da pesquisa da Plataforma Moodle, aplicado de forma experimental dentro da Faculdade EDUVALE para o auxílio dos discentes e docentes no desenvolvimento do conhecimento. Objetivou-se a aplicação da ferramenta como complemento de aprendizagem para empresas e instituições sendo um método pedagógico muito viável na educação. A utilização do Ambiente de Ensino Moodle veio para suprir a necessidade pedagógica e tem conceituado boas relações no meio acadêmico, pois a ferramenta conta com inúmeros benefícios para que tanto o professor como o aluno consigam juntos fortalecer o vínculo didático-pedagógico. Apoiando-se em autores como Rodolfo Nakamura e Athail Rangel Paulino Filho, que defendem fortemente a relação entre o professor e o aluno, foi concretizado os termos de pesquisa, utilizando o método descritivo e foi avaliada de forma quantitativa uma possível implantação desta AVA (Ambiente Virtual de Ensino), para enfim obtermos um resultado benéfico da ferramenta de ensino para a Faculdade Eduvale.

Palavras-chave: Moodle. Aprendizagem. EAD.

ABSTRACT

This article presents the results of research of Moodle Platform, applied experimentally in the EDUVALE College to aid students and teachers in the development of knowledge. The objective of the application of this tool as a complement to learning for companies and institutions, being a very viable pedagogical method in education. The use of the Moodle Learning Environment came to encounter of the educational needs and has regarded good relations in the academic, because the tool has numerous benefits, for both the teacher as the pupil, can together strengthen the didactic-pedagogical link. Based on authors as Rodolfo Nakamura and Athail Rangel Paulino son, who strongly defend the relationship between teacher and student, was carried out the search terms, using the descriptive method and quantitatively evaluate a possible implementation of this AVA/VLE (Virtual Learning Environment), to finally obtain beneficial results of teaching tool for EDUVALE College.

Keywords: Moodle. Learning. EAD.

¹ Acadêmico do Curso de Sistemas de Informação da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – Eduvale

² Professor Especialista da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – Eduvale.

³ Professor Especialista da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – Eduvale

⁴ Professor Mestre da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – Eduvale

⁵ Professor Especialista da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – Eduvale

INTRODUÇÃO

Este artigo versa sobre os benefícios adquiridos com a Implantação do Moodle, é um ambiente virtual de aprendizagem de código aberto presente em diversos países com o objetivo de facilitar a construção de conhecimento e a troca de ideias e aprendizagens entre professor e aluno, tornando-o um elemento pedagógico de caráter dinâmico e muito eficiente. O surgimento do Moodle tem o objetivo de atender à necessidade que muitos profissionais da Educação têm em relação a aprendizagem fora do contexto acadêmico, entretanto, tal perspectiva pode ser solucionada a partir dos próprios docentes, que utilizarão esta plataforma como espaço de suas atividades e ao mesmo tempo, vão remeter os seus alunos a prática do acesso a este campo de formação. A viabilidade deste artigo justifica-se pelo fato de que com a implantação desta plataforma será produzida uma maior dinamização no processo docente, na organização e fluidez do ensino, pois as aulas de todos os professores poderão ser disponibilizadas dentro deste ambiente, e os alunos terão acesso, porém, essa plataforma de ensino enfrenta inúmeras resistências dentro das IES (Instituição de Ensino Superior), por ter um contexto dinâmico e uma acessibilidade prática os alunos não se sente na obrigação de realizar tarefas postas por seus professores no Moodle, mas com o treinamento correto e com o apoio financeiro e pedagógico o ele poderá se tornar um grande aliado dentro da instituição de ensino EDUVALE.

Inúmeros administradores estão aderindo a plataforma Moodle para auxílio ao ensino presencial, entre esses motivos, sua praticidade e sua filosofia educacional estão sempre marcantes dentro do ambiente de ensino, uma vez que o fato dele ser Open Source, ou seja, de Código Aberto, resultará em menores custos para sua implantação e manutenção. Enquanto a relação da filosofia pedagógica ficará por conta do Construcionismo e Construtivismo que será aplicado pelo educador, aplicou-se de métodos de pesquisa descritiva, e por se tratar de uma coleta de dados sobre o Moodle, foi elaborado um questionário que foi aplicado dentro da instituição, para obtermos dados dos acadêmicos e propiciar sua implantação dentro da Faculdade Eduvale.

CONCEITOS DO MOODLE

Criado por Martin Dougimas em 2001, o Moodle foi elaborado para auxiliar os docentes com método de ensino sócio construtivista, que possibilita o ensino dentro de um ambiente virtual através de: textos, vídeos-aulas, imagens etc. A palavra Moodle significa

(Modular Object Oriented Dynamic Learning), que em português sua tradução livre vem a ser: Modular Orientado Objeto do Ensino à Distância. (NAKAMURA, 2009).

De acordo com o autor Filho (2004), por ser um sistema de gerenciamento de aprendizagem, o Moodle possibilita a interação entre o aluno e o professor.

Segundo Quevedo (2012), o Moodle é um software Open-Source (Código Aberto), que está sendo usado em diversas instituições pelo mundo, possuindo inúmeras ferramentas e possibilitando a livre expressão de ideias no seguimento de ensino a distância, ou seja uma EAD (Ensino à Distância).

Atualmente o sistema é muito consagrado e já foi implantado em mais de 155 países pelo mundo. A atuação da Plataforma Moodle vem trazendo inúmeros benefícios para as IES (Instituição de Ensino Superior). (SABBATINI, 2007).

De acordo com Nakamura (2009), a ideia principal do Moodle é possibilitar que o acadêmico possa participar ativamente, efetuando assim uma aprendizagem melhor, permitindo que o acadêmico possa colaborar na construção de um conhecimento firmando-se no que ele já sabe.

A IMPORTÂNCIA DO MOODLE NA APRENDIZAGEM

Segundo Sabbatini (2007), a plataforma Moodle conta com um gerenciamento de aprendizagem via internet, facilitando assim os educadores na hora que elaborar cursos ou para dar algum suporte para seus alunos. Esse sistema de gerenciamento chama-se SGA (Sistema de Gestão de Aprendizagem).

De acordo com Filho (2005), um SGAs são aplicativos web que tem a funcionalidade de acessar um determinado servidor através de um navegador, essa ferramenta tem um papel fundamental para um professor, nela ele poderá criar todo o conteúdo para o auxílio de seus alunos, além de e ter um controle massivo sobre a frequência de seus discentes dentro do ambiente de ensino. O termo de que a aprendizagem deve ser feita com um quadro e giz dentro de uma determinada sala é a forma mais eficaz de ensino, mas está se esvaindo com o passar dos anos. O uso de ferramentas para o auxílio de um professor possibilita um leque maior para o preparo do material que ali vão ser aplicados. Existem inúmeras pesquisas em como combinar uma forma de ensino tradicional com uma que chamamos de cursos híbridos.

EAD, AVA E SEUS BENEFÍCIOS DA IMPLANTAÇÃO

De acordo com autores como Souza; Silva; Matos (2015), Uma EAD (Ensino à Distância), é uma forma didática pedagógica de ensino que tem como objetivo levar a aprendizagem para diversas pessoas.

Como cita Silva (2013) apud Souza; Silva; Matos (2015), quando se fala dos benefícios que a internet nos trouxe, devemos lembrar da Educação, pois a Web está renovando os métodos de ensino, criando inúmeros métodos ou até mesmo aperfeiçoando aquilo que já existe, mas um recurso tem se sobressaído, os chamamos AVA (Ambiente Virtual de Ensino). Existem inúmeros AVA que são conhecidos, como por exemplo: Teleduc, E-proinf e até mesmo o próprio Moodle, que por conterem uma dinâmica pedagógica transparente vêm ganhando a cada dia mais espaço na Educação. A EAD vem se destacando fortemente na sociedade, por essa razão, muitas pessoas que antigamente não encontravam tempo ou não tinham recursos para cursar um ensino superior de qualidade, hoje encontram a praticidade, flexibilidade e confiabilidade nas atividades educativas em diversos locais e horários que estão disponíveis dentro de um Ambiente Virtual de Ensino.

O grande aumento da procura por cursos superiores ou técnicos é motivado pelo incentivo à educação que o Governo Federal propôs, utilizando o PROUNI (Programa Universidade para todos), FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) e o REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), inúmeras estudantes ingressaram no meio estudantil nesses últimos anos. (MEC, 2016).

De acordo com Salvador e Gonçalves (2006), o processo de aprendizagem por meio computacional vê crescendo muito durante os anos, muitas instituições de ensino começaram a investir nesse ramo nos meados dos anos 90, a aprendizagem foi tão bem vista que não parou mais, e com o surgimento do Moodle em 2001 criou-se um novo conceito de ensino a distância. O Moodle foi inserido experimentalmente dentro da Universidade de Passo Fundo com o intuito de auxiliar alunos de Ciências Exatas, neste caso como reforço aos alunos da disciplina de Métodos de Matemática do curso de Engenharia Química. Segundo relatos a própria instituição a implantação do Moodle como experimentação foi de grande importância para entender a reação e possíveis falhas dentro do ambiente de ensino, no começo como tudo que era novo o Moodle foi rejeitado, com o passar do tempo e muita motivação o Moodle foi de grande valia para a disciplina de Métodos e Matemática, foi o início para a implantação definitiva do ambiente de ensino dentro da Universidade de Passo Fundo.

Segundo Lynn (2009, p.188) apud Silva (2009), cita que, o Moodle é uma ferramenta de inúmeras possibilidades no meio pedagógico, pois oferece interfaces de comunicação e

gerenciamento de informações que podem intervir nas atividades acadêmicas, tanto presencial quanto a distância.

A estratégia da utilização ressaltam sua iniciativa no meio pedagógico, pois contém inúmeros recursos para o auxílio daqueles que relacionam-se com o Moodle. Em contrapartida, planejar e avaliar as atividades dentro do ambiente necessita de treinamento, comprometimento e prazer por parte dos professores. (SILVA, 2009).

INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E FUNCIONALIDADE/PRATICIDADE DO MOODLE

O Moodle é um sistema Open Source, isso significa que qualquer um em qualquer lugar pode realizar a instalação e configuração do Ambiente Virtual, por ser um sistema feito para a Web o Moodle foi desenvolvido em linguagem PHP para que assim possa suportar qualquer base de dados. Recomenda-se a instalação do Moodle no sistema operacional Linux para que assim a interação seja direta e dinâmica. (SABBATINI, 2007).

De acordo com Silva (2009), o Moodle é caracterizada como uma ferramenta que possibilita o trabalho tanto como síncronas, ou seja, interação com o aluno em tempo real, quanto a interação assíncronas, interação que acontece em momentos sem a presença do aluno. Nesse rumo o professor tem um leque de opções na qual poderá elaborar trabalhos ou até mesmo minicursos para seus alunos dentro do Moodle, utilizando-se de ferramentas como:

a) **FORÚM:** Nesta interface os usuários terão acessos a mensagens postadas. Por meio desta ferramenta temos uma comunicação assíncrona, tendo em vista que os usuários podem enviar e receber mensagens a respeito de um determinado assunto. O Fórum fortalece a interação entre o professor e o aluno dentro do ambiente de ensino. (SILVA, 2009).

b) **WIKI:** A Wiki é uma interface onde possibilita os usuários a exercitarem-se com a elaboração conjunta de um texto e a cooperação de ideias. Considerando que a maioria dos usuários tem dificuldades em produzir textos coletivamente, o Wiki tem a finalidade de auxiliar esses usuários. (ALVES, 2009 apud SILVA, 2009).

Como cita Leão (2015), ao partir da análise feita dentro de um ambiente virtual de ensino, descobriu-se a necessidade do uso de ferramentas que possam auxiliar uma melhor interpretação do aluno, tendo como base fundamental para a construção do conhecimento. Dentro do Moodle contamos com inúmeras ferramentas, como citadas abaixo:

c) **CHAT:** Dentro do Moodle o chat é conceituado como um ambiente em que os praticantes de um determinado curso possam realizar discussões síncrona em tempo real. (TORTORELI, 2012, P.9 APUD LEÃO, 2015).

d) **GLOSSÁRIO:** A ferramenta Glossário é apresentada dentro do Moodle como um ambiente em que é permitido que seus integrantes a construção e manutenção de uma determinada lista de termos como se fosse um dicionário. (LEÃO, 2015).

e) **QUESTIONÁRIO:** A ferramenta Questionário é definida dentro do Moodle como um ambiente na qual o professor tem a liberdade de criar e configurar testes ou formular outros tipos de perguntas para seus alunos. (LEÃO, 2015).

f) **DIÁRIO:** O diário é uma ferramenta dentro do Moodle na qual possibilita tanto aluno como professor escrever a trajetória de aprendizagem ou sínteses do conteúdo que estudou. (LEITE, 2008 APUD LEÃO, 2015).

RESULTADOS GRÁFICOS DA PESQUISA NA FACULDADE EDUVALE

Os resultados aqui apresentados foram retirados de um questionário aplicado dentro da Faculdade Eduvale em relação ao conhecimento dos discente sobre a ferramenta. O questionário foi aplicado no curso de Sistemas de Informação e os 8º semestres dos cursos de Ciências Contábeis e Pedagogia, exaltando a faixa etária o interesse e a disponibilidade dos acadêmicos para a realização de tarefas apresentadas por seus professores dentro do Ambiente de Ensino, ao total fizeram o questionário 93 pessoas.

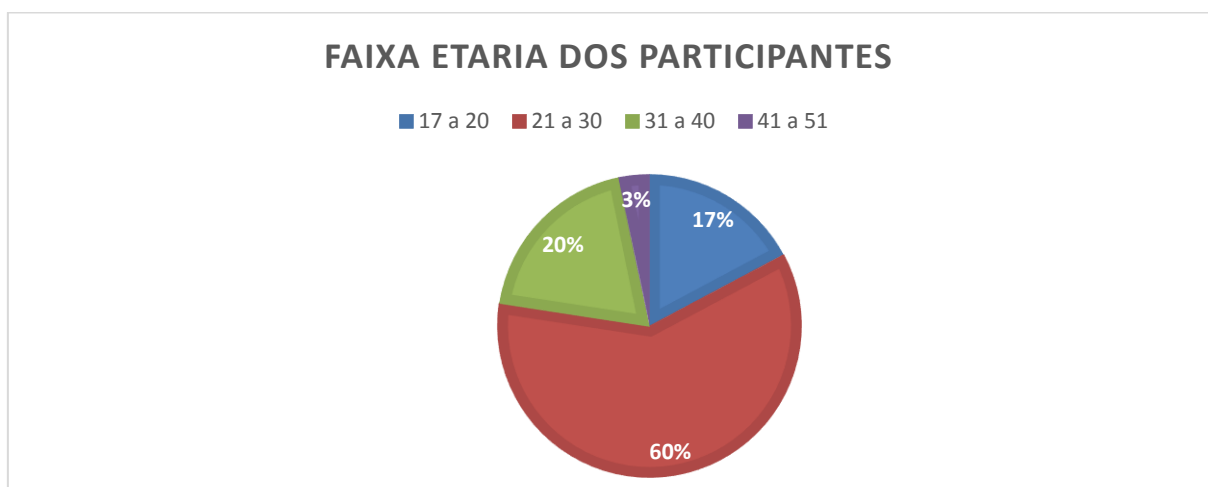


Figura 1: Gráfico da faixa etária dos participantes, (MIRANDA, 2016).

Um dos pontos importantes em nossa pesquisa era saber a faixa etária dos participantes, pelo motivo a qual muitos dos alunos da instituição já tem idade avançada e a ingresso destes alunos dentro do ambiente será mais dificultosa.



Figura 2: Gráfico referente ao domínio operacional do computador por parte dos participantes, (MIRANDA, 2016).

A questão em destaque está relacionada ao domínio básico que o estudante tem sobre o computador, tendo em vista que muitos dos alunos tem uma enorme dificuldade para simples execuções, como por exemplo acessar seu próprio e-mail.

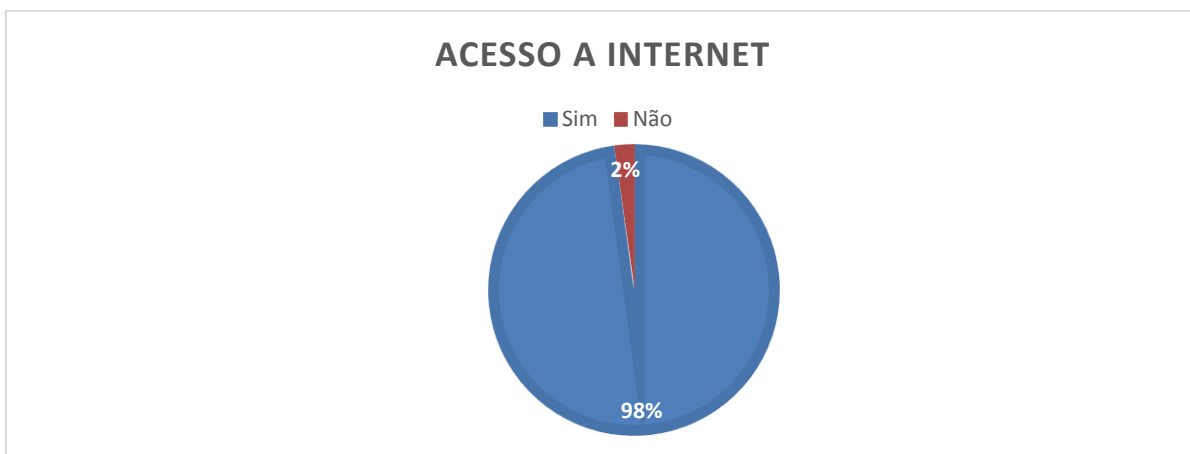


Figura 3: Gráfico sobre o acesso à internet fora do contexto acadêmico, (MIRANDA, 2016).

O acesso à internet é um quesito muito importante para nossa pesquisa, pois assim ficamos cientes se o estudante terá como realizar as atividades que o professor designar.

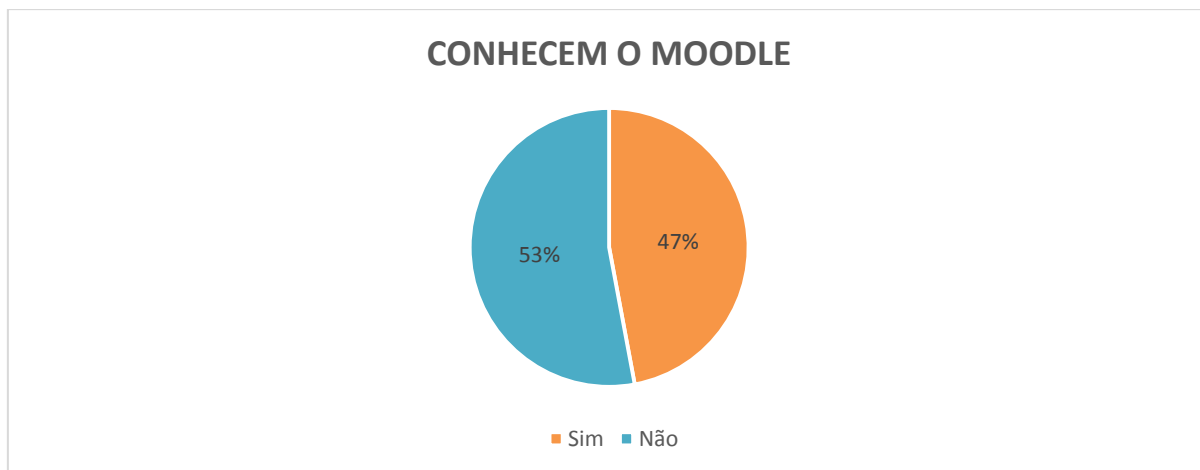


Figura 4: Gráfico da porcentagem que conhecem o Moodle, Miranda (2016).

O conhecimento da ferramenta teve uma grande importância dentro da pesquisa, vimos que quase metade dos estudantes não sabem ou nunca ouviram falar sobre o Moodle, um dado alarmante e preocupante para nossa pesquisa.

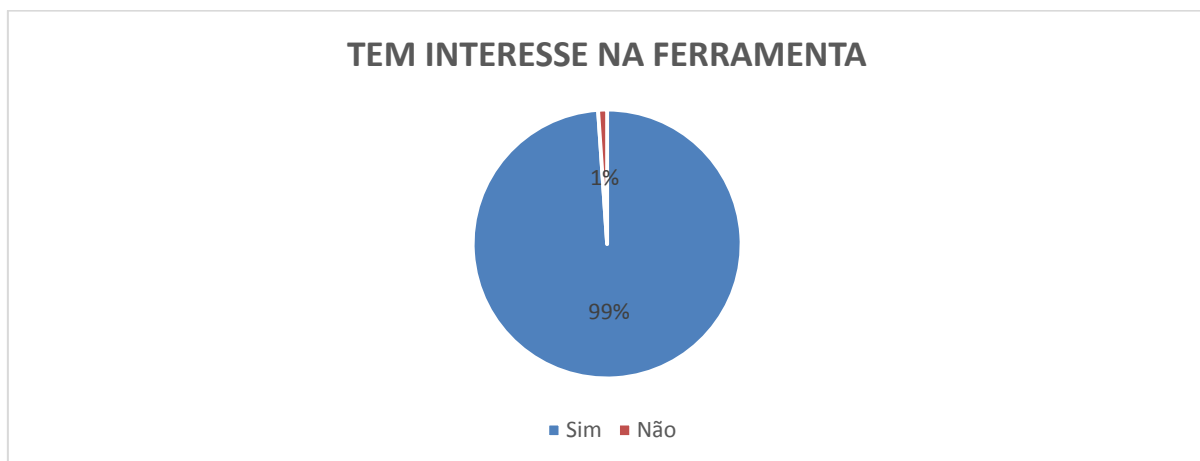


Figura 5: Gráfico referente ao interesse dos participantes sobre o Moodle, Miranda (2016).

Este gráfico representa o interesse por parte dos alunos em relação ao ambiente de ensino, a satisfação em saber que 99% dos entrevistados tem interesse na ferramenta é empolgante.

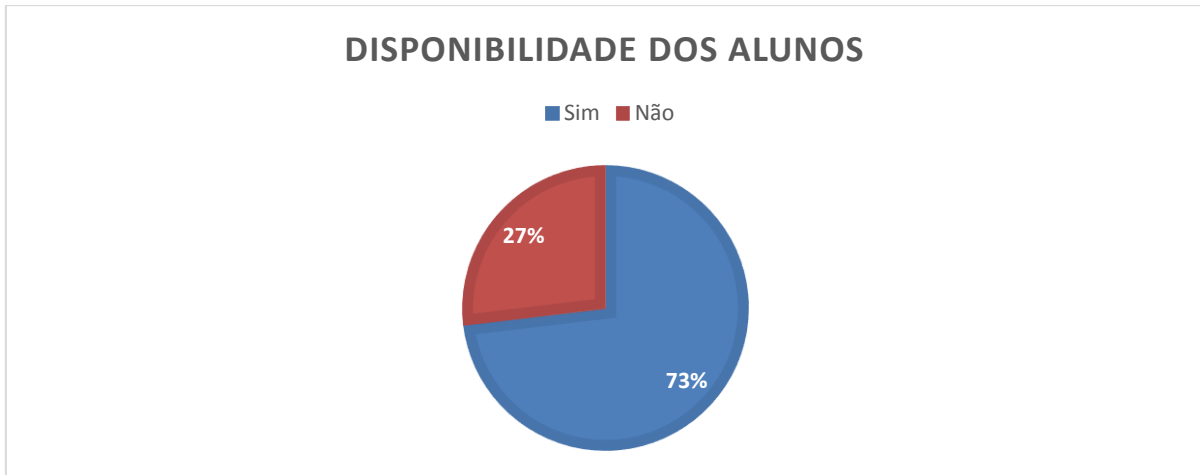


Figura 6: Gráfico sobre a disponibilidade dos participantes em realizar atividades na ferramenta, Miranda (2016).

Para encerrar nossa pesquisa foi perguntado se os alunos teriam a disponibilidade para a realização das atividades que os professores designarem, 73% destes estudantes disseram que sim que tem a disponibilidade necessária para realizar tarefas dentro do ambiente.

CONCLUSÃO

Os resultados deste estudo para a implantação do Ambiente de Aprendizagem Moodle dentro da Faculdade Eduvale apontam para o sucesso que é eminente. Em nossa pesquisa foi constatado que 100% dos alunos entrevistados têm interesse na ferramenta de aprendizagem Moodle, bem como 72% disseram ter disponibilidade para a realização das atividades postadas dentro da ferramenta, porém um dado alarmante é que somente 60% têm conhecimento sobre o Moodle. Nesta pesquisa feita dentro da instituição verificamos que 95% dos alunos têm acesso à internet e disponibilidade para a realização de eventuais cursos ou exercícios que serão aplicados dentro da ferramenta.

A efetuação do conhecimento da plataforma foi dada por estudos adquiridos através de artigos e livros pertencentes ao assunto, assim despertando o interesse da ferramenta por parte do autor. A viabilidade da implantação e seu custo benefício faz com que o Moodle seja muito bem aceito, tanto por parte dos professores e alunos, por ter seu caráter dinâmico a correlação didática pedagógica será fortalecida.

Ao concluir os termos de pesquisa sobre a implantação da ferramenta Moodle dentro da instituição de ensino Eduvale, testificamos que os benefícios sob esta implantação serão enormes, tanto em relação aos alunos quando para os professores e a Faculdade Eduvale só tem a ganhar com o uso desta ferramenta.

REFERÊNCIAS

FILHO, Athail Rangel Paulino, Introdução ao Moodle - **Ambiente de Aprendizagem -- Módulo I**. Departamento de Engenharia Civil e Ambiental - Universidade de Brasília, Brasília, 2004;

FILHO, Athail Rangel Paulino **Um sistema de gerenciamento de cursos** - Departamento de Engenharia Civil e Ambiental -- Universidade de Brasília, Brasília, 2005;

LEÃO, Juliana Alves - **As Ferramentas de Interação do Ambiente Virtual de Aprendizagem: Instrumentos que Viabilizam as Inter-Relações entre Professores e Alunos** -- Revista Gestão Universitária, 31/07/205 - ISSN: 1984-3097. Disponível em: < <http://www.gestaouniversitaria.com.br/artigos/as-ferramentas-de-interacao-do-ambiente-virtual-de-aprendizagem-instrumentos-que-viabilizam-as-inter-relacoes-entre-professores-e-alunos>>. Acesso em 05 Set. 2016.

MEC. **Educação Superior à Distância. 2016**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article/323secretarias112877938/orgaos-vinculados-82187207/12939-areceresdecredenciamentoead?Itemid=164>>. Acesso em 01 Out. 2016

NAKAMURA, Rodolfo, **Moodle: como criar um curso usando a plataforma de Ensino à Distância** / Rodolfo Nakamura. -- São Paulo: Farol do Forte, 2009;

SABBATINI, Renato M. E. **Ambiente de Ensino e Aprendizagem via Internet -- A Plataforma Moodle**. Instituto EduMed, 2007. Disponível em: <<http://www.ead.edumed.org.br/file.php/1/PlataformaMoodle.pdf>>. Acesso em 12 de Set. 2016.

SILVA, Cacilda Buarque - **As possibilidades pedagógicas do Moodle: Uma experiência com conteúdo curriculares de História** - V-EPEL: PESQUISA EM EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, ÉTICA E RESPONSABILIDADES SOCIAL - Alagoas - 2009 - ISSN: 1981-3031. Disponível em: < <http://dmd2.webfactional.com/media/anais/AS-POSSIBILIDADES-PEDAGOGICAS-DO-MOODLE---UMA-EXPERIENCIA-COM-CONTEUDOS-CURRICULARES-DE-HISTORIA-.pdf>>. Acesso em 19 de Set. 2016.

SOUZA, Ana Paula Lopes de; SILVA, Digila Cyntia Santos; MATOS, Karine Garcia - **A importância da utilização ferramentas do Moodle na educação a distância**. Revista EDaPECI São Cristóvão (SE) v.15. n. 3, p. 656-669 set. /dez. 2015 - ISSN: 2176-171X. Disponível em: < <http://www.seer.ufs.br/index.php/edapeci/article/view/4610/pdf>>. Acesso em 24 Set. 2016.

SALVADOR, José Antônio; GONÇALVES, Jean Píton - **O Moodle como ferramenta de apoio a uma disciplina presencial de ciências exatas** - Anais XXXIV COBENGE. Passo fundo. Ed. Universidade de passo fundo, Setembro de 2006 - ISBN: 85-7515-4. Disponível em: < http://www.abenge.org.br/CobengeAnteriores/2006/artigos/7_243_365.pdf>. Acesso em 02 Out. 2016.

QUEVEDO, Angelita, **Moodle- PUC-SP**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo Coordenadoria de Educação a Distância. São Paulo, 2012.

CONSELHO DELIBERATIVO: Indício de uma Educação de Qualidade

Janete Araujo Miranda
Milany Ogeda
Débora Cristina Leite Brandão
Beatriz Ferreira Rezende Almeida
Sonia Mara Leite Barbosa
Marla Denilse Rheinheimer

RESUMO

No Brasil sempre existiram experiências isoladas de gestão colegiadas nas escolas, mas sem repercussão sobre o sistema de ensino. Vinculadas à iniciativa dos educadores, logo eram interrompidas quando esses educadores deixavam a escola. A partir dos anos 1950, a esquerda do Brasil criou os movimentos populares dos bairros, profissionais do magistério público e lideranças políticas com tendências não conservadoras, para lutarem por uma educação pública, gratuita e de qualidade. As forças de esquerda apoiavam a industrialização do país como possibilidade de ascensão social, surgindo então a ideologia do nacionalismo desenvolveu o projeto da educação como um instrumento de conscientização do povo para o desenvolvimento da nação. Portanto, a democratização é resultado de um grande processo reivindicatório que surgiu por meio da organização de diversos segmentos de pais e alunos e da sociedade comunidade. Para tanto, é necessário que a instituição caminhe, de forma que as necessidades de mudanças no processo das decisões sejam tomadas dentro da escola, descentralizando-se e horizontalizando-se pelo compartilhamento da responsabilidade com os diferentes educadores que constituem a comunidade escolar: gestores, professores, alunos, pais, comunidade.

Palavras chave: Gestão Democrática. Conselho Deliberativo. Ensino de Qualidade.

SUMMARY

In Brazil there have always been isolated experiences of collegial management in schools, but without repercussion on the education system. Bound to the initiative of educators, they were soon interrupted when these educators left school. Beginning in the 1950s, the Brazilian left created the popular movements of the neighborhoods, professionals of the teaching profession and political leaders with non-conservative tendencies, to fight for a free public education of quality. The leftist forces supported the industrialization of the country as a possibility of social ascension, and then the ideology of nationalism developed the project of education as an instrument of awareness of the people for the development of the nation. Therefore, democratization is the result of a great reclamation process that arose through the organization of several segments of parents and students and of community society. Therefore, it is necessary for the institution to walk, so that the necessities of changes in the decision process

are made within the school, decentralizing and horizontalized by sharing responsibility with the different educators that make up the school community: managers, Teachers, students, parents, community

INTRODUÇÃO

As escolas têm como objetivo ensinar preparando atividades pedagógicas e sociais com políticas curriculares e docentes que viabilizam formas de gestão democrática. Favorecendo com ideais capazes de gerar uma experiência de ensino, que possibilite a servir como orientação para gestores, na implantação e na dinamização dos Conselhos Escolares.

Uma escola organizada é capaz de dinamizar condições pedagógicas e de atendimento, melhorando no dia-a-dia o desempenho de professores e de alunos em sala de aula, obtendo então qualidade na educação, gerando assim uma participação coletiva e idônea na construção e solidificação da sua autonomia.

A gestão democrática escolar busca fortalecer a participação autônoma da escola, propondo ações entre diretor e Conselho Escolar, visando uma efetivação da democratização das relações na escola. A escola assume um papel de transformação na sociedade, seu poder de inclusão serve como uma mola impulsora, para um aprendizado eficaz e autônomo, tanto no âmbito escolar como na sociedade na qual está inserida.

1 A AUTONOMIA ESCOLAR

No Brasil, a autonomia escolar tem sido concebida, pelos educadores como mecanismos de participação social e política na esfera educacional, enquanto elemento importante no processo de descentralização das gestões escolares, enquanto visando a

Ao conceber a autonomia como elemento potencializador de novas relações no contexto da escola, exige-se dos seus membros, toda a comunidade escolar uma tomada de consciência sobre os princípios que fundamentam o processo de autonomia.

Freire (1996, 1999, 2005) entendia que por meio da união dos homens é que se constrói a possibilidade de mudança. A tomada de consciência se dá em um processo de interação entre os homens, sendo a autonomia a capacidade de agir por si, de poder escolher e expor ideais e agir com responsabilidade.

Autonomia no setor administrativo da educação tem como sua principal meta apoiar e nortear o processo de transformação. Direcionar através da lei é ser a mola propulsora para o desenvolvimento e propiciar ações que ao se realizarem, subsidiem as escolas a galgarem novos patamares. O direcionamento e o apoio devem ser o alicerce para que as medidas de discriminação sejam positivas, com a capacidade de assegurar assim uma igualdade de oportunidades quando se deparar com as desigualdades existentes.

À escola tem como um de seus papéis edificar a sua autonomia e assumir nova postura de realização enquanto organização, e lhe será atribuída a tomada de novas decisões, nos domínios conferidos pela lei que está embasada na atual política educativa do Ministério da Educação.

A autonomia é uma maneira de gerir, orientar as diversas dependências em que os indivíduos e os grupos se encontram no seu meio biológico ou social, de acordo com as suas próprias leis. (BARROS, 1998, p. 16)

A autonomia escolar é considerada por seus pares como uma forma eficaz de participação sócio-econômico-político, em se tratando do contexto educacional, no tocante ao processo de delegar o poder. Uma gestão autônoma será aquela que deixará claro seus objetivos e estratégias viáveis para que a prática pedagógica atenda as necessidades.

Falar da participação dos sujeitos na gestão da escola pública implica em dizer quais os determinantes que condicionam a sua concretização. De acordo com Paro, os determinantes internos à unidade escolar são: materiais, institucionais e político-sociais (PARO 2000).

As instituições escolares deverão possuir os objetivos de construir a autonomia usando como ponto de partida a comunidade na qual esteja inserida, partindo da realidade vivenciada através dos seus problemas e potencialidades, e se fundamentando em uma nova postura da administração, seja esta central ou regional, que viabilize uma melhor resposta aos desafios da mudança.

A autonomia não se define pela existência de um determinado ordenamento jurídico. Se este último pode ser importante com vista a uma maior dinâmica na autonomia das escolas, no entanto a autonomia tem de partir da própria dinâmica da escola na construção da sua identidade. Assim, a concepção de autonomia de escola tem de ter em conta a diversidade, pois “a transferência para as escolas não deve ser uniforme e decidida globalmente, mas deve ser adequada às diferentes situações existentes.” (Barroso, 1996C, p. 19).

A autonomia escolar serve de alicerce para a descentralização de poder do estado, sendo assim um meio para que haja cooperação entre União, Estados e Municípios, visando como máxima, a consolidação da qualidade do ensino. É fundamental nas diretrizes instituídas em nível nacional, que a oportunidade de ação da unidade escolar, apesar de toda a pluralidade existente entre todos os sujeitos que participam do processo de tomada de decisões, sejam eles administradores, docentes, discentes, demais funcionários e pais, bem como entre a escola e os setores administrativos da educação.

1.1 GESTÕES DEMOCRÁTICAS E AUTONOMIA

A Constituição Federal de 1988 foi um importante marco para a democratização da educação. A Constituição reforçou o movimento de gestão democrática da educação que teve um grande avanço nas décadas de 1980 até meados da década de 1990, quando foi, então, promulgada a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) – LDB, que contemplou em seus artigos. 14 e 15 os princípios norteadores da gestão democrática

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

A gestão democrática, gestão compartilhada e gestão participativa são termos que, embora não se restrinjam ao campo educacional, fazem parte da luta de educadores e movimentos sociais organizados em defesa de um projeto de educação pública de qualidade social e democrática. A democratização dos sistemas de ensino e da escola implica aprendizado e vivência do exercício de participação e de tomadas de decisão. Como no processo construído coletivamente, que considera a especificidade e a possibilidade histórica e cultural de cada sistema de ensino: municipal, distrital, estadual ou federal de cada escola.

Conforme Luck (2000):

A gestão escolar é uma dimensão, um enfoque de atuação, um meio e não um fim em si mesmo, uma vez que o objetivo final da gestão é a aprendizagem efetiva e significativa dos alunos, de modo que, no cotidiano que vivenciam na escola, desenvolvam as competências que a sociedade demanda, dentre as quais se evidenciam: pensar criativamente; analisar informações e proposições diversas, de forma contextualizada; expressar ideias com clareza, tanto oralmente, como por escrito; empregar a aritmética e a estatística para resolver problemas; ser capaz de tomar decisões fundamentadas e resolver conflitos, dentre muitas outras competências necessárias para a prática de cidadania responsável. Portanto, o processo de gestão escolar deve estar voltado para garantir que os alunos aprendam sobre o seu mundo e sobre si mesmo em relação a esse mundo, adquiram conhecimentos úteis e aprendam a trabalhar com informações de complexidades gradativas e contraditórias da realidade social, econômica, política e científica, como condição para o exercício da cidadania responsável. (pág. 7)

Transformar a gestão em um processo democratizado dependerá de uma possibilidade de melhoria na qualidade pedagógica do processo educacional das escolas, na construção de projetos vinculados com realidade da escola, e na maior parte na integração entre os diretores, professores, estudantes, coordenadores, técnico-administrativos, vigias, auxiliares de serviços, no apoio efetivo da comunidade. As visões de conjunto das disciplinas formam um conhecimento complexo, num modelo sistêmico em que o todo e as partes se integram formando um conhecimento sólido e profundo.

2 OS CONSELHOS ESCOLARES E PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Gestor escolar ao nosso entender trata-se de um líder e coordenador das atividades da escola e também, um mediador no projeto pedagógico e demais ações. De maneira geral, entendemos que os sistemas de ensino atribuem ao gestor um conjunto de responsabilidades administrativas e pedagógica.

Com o decorrer do nosso trabalho entendemos que o Conselho Escolar é um dos principais mecanismos que pode se utilizar na gestão democrática na escola. Como nos afirma:

O Conselho Escolar (...) pode ser considerado como um espaço de democracia participativa, no qual os diferentes segmentos da comunidade escolar, através de seus representantes, têm oportunidade de defender seus interesses e aspirações, a partir de relações dialógicas, podendo, portanto, ter

participação e responsabilidade na definição dos rumos da escola. (Marques 2007, p.72)

Referente à importância da presidência do Conselho Escolar (CE) entendemos que

“A presidência do conselho escolar pode ser um fator de fortalecimento do segmento que a exerce, na medida em que o cargo da presidência traz sempre consigo uma representatividade simbólica de poder, mesmo que esta presidência seja de uma instituição destinada à partilha de poder em um determinado espaço, no caso a partilha de poder no espaço escolar através do Conselho Escolar”. (Marques 2007, p. 186)

A gestão como um pensar em mecanismos que contribua para uma democracia participativa, através do Conselho Escolar, que seja capaz de articular as opiniões daqueles que compõem a comunidade escolar (pais, alunos, professores e funcionários), para a tomada coletiva das decisões, dos assuntos existentes no progresso da escola, uma instância deliberativa e normativa, que contribua também com oportunidades de aprendizagem.

Como já dissemos anteriormente, democracia nada mais é que delegar poderes, e esse delegar recebe o nome de autonomia. Passaremos então, a discorrer sobre a autonomia escolar e os benefícios que esse delegar poderes trouxe para o avanço no setor educacional.

PERCURSO METODOLÓGICO

O tema Conselho Deliberativo Atual constitui-se em uma pesquisa bibliográfica, que busca através de artigos, livros e outras publicações ancorar a discussão de como os conselhos escolares vem configurando-se nos espaços educativos e como instrumento necessário a gestão democrática.

Para LAKATOS e MARCONI (2001 p.183) a pesquisa bibliográfica,

[...] abrange toda bibliografia já tomada pública em relação ao tema estudado, desde publicações a relatórios, boletim, jornais revistas, livros, pesquisas, monografia, teses, matérias cartográficas etc. [...] e sua finalidade é colocar a pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto [...] (Lakatos e Marconi, 2001 p 183).

De forma breve apresentamos algumas considerações sobre o tema e buscando evidências de como os gestores, tem oportunizado a participação dos conselhos nas tomadas de decisão da escola. Com a pesquisa de campo realizado na escola “Mundo Mágico” ,

obtivemos uma panorâmica de como os gestores, professores e os membros do conselho percebem e se percebem em suas atuações.

3- PARTICIPAÇÕES DOS CONSELHOS (ANÁLISE DAS ENTREVISTAS)

Tomando como base as teorias abordadas, entendemos ser necessário ressaltarmos que não devemos apenas formular e planejar possibilidades para a participação coletiva nos processos de tomadas de decisões, mas sustentar ambientes para que se tornem propícios para participação de escola, alunos, pais e demais membros da comunidade com intuito de nos favorecermos na prática da gestão democrática e participativa no cotidiano escolar. Para tanto, elaboramos um questionário com quatro (4) questões e o entregamos a uma (1) professora que aqui chamaremos de Estela e a uma (1) diretora da escola que aqui chamaremos de Bruna, também entregamos um questionário a dois membros da atual formação do Conselho Escolar 2016 segmento pais, a senhora Fernanda e a diretora do Conselho Escolar Micaela formada em Pedagogia com especialização em Psicopedagogia atuante como docente a vinte seis anos na Escola Municipal “Mundo Mágico”, na cidade de São Pedro da Cipa.

Ao analisarmos as respostas pudemos observamos que, quanto à organização democrática, a referida escola tem se esforçado em desenvolver suas atividades pedagógicas e administrativas, o mais próximo possível dos padrões da gestão democrática preconizado nas leis, porém os profissionais entrevistados guardam entre si uma semelhança de resquício de autoritarismo, o que podemos perceber na seguinte colocação:

1- Como se organiza a gestão democrática e participativa na Escola Municipal “Mundo Mágico”?

“[...] sua função é de organizar as propostas pedagógicas, administrar seu pessoal e seus recursos financeiros, assegurar os cumprimentos dos dias letivos e horas aulas estabelecidas, velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente, prover meios para a recuperação de alunos carente, articular com as famílias e comunidade, criando a integração da sociedade com a escola. (Professora Estela, 2016.)

Segundo as palavras de Freire 1999, na gestão da escola como um todo, tanto na sala de aula, quanto na interação professor-aluno, é preciso superar as relações autoritárias.

No tocante ao tipo de metodologia educacional adotada para efetivação de processo transformador, todos os profissionais foram unânimes em dizer que se deve partir da realidade vivida, para depois se conseguir mudanças significativas e reais, conforme a seguinte colocação:

2- Queremos que nossa escola desenvolva uma educação que mantenha a realidade em que vivemos ou uma educação que contribua para a transformação dessa mesma realidade?

[...] pois não adianta quereremos fazer uma educação a base de fantasias, temos que base na realidade dos pais, alunos, professor e comunidade. Que partindo desse conhecimento podemos trilhar caminhos que nos levem a um futuro brilhante e inovador, com igualdade social de qualidade para todos. (Professora Estela, 2016.)

Quanto à questão de valorização do educador, podemos citar a colocação da Diretora, como a resposta que nos parece que conteve todas as demais respostas,

3- A escola que compreendemos ser necessária, é aquela que investe na formação de seus docentes e por essa razão, compreende o educador e a educadora progressista na Escola “Mundo Mágico”?

“Temos vários papéis importantes, o maior que vejo é o de sermos capazes de questionar, criticar quando preciso, reivindicar os nossos direitos, participar, sermos militantes engajados, contribuirmos portanto para a transformação de uma ordem social justa e não excludente. Assim a escola pública contribuirá efetivamente para afirmar interesses coletivos e construir um Brasil país de todos, com igualdade humana e justa”. (Diretora Bruna, 2016.)

Deixando claro que a Escola “Mundo Mágico” ao que nos parece tem dado vez e voz a seus profissionais, assim sendo, a escola na pessoa da diretora que compreende ser necessária, aproximar-se muito da visão de Freire 1991, que diz que a escola é aquela que investe na formação de seus docentes e por essa razão, compreende o educador e a educadora com a finalidade de obter um conhecimento específico e eficaz.

Ainda pudemos observar que, quanto à extensão das ações do Conselho Escolar nas tomadas de decisões e uso dos recursos, faz-se necessário um maior entendimento do real papel do Conselho Escolar e de uma maior participação nas tomadas de decisões no cotidiano da escola e não somente nos momentos de Planejamentos, conforme a seguinte colocação:

4- Em que proporção as ações do Conselho Escolar tem influência dentro do contexto da gestão escolar dentro da Escola “Mundo Mágico”?

“A administração dos recursos públicos exige constantemente a cooperação de pessoas no planejamento, na organização na educação e na direção do próprio comportamento, objetivando a aprovação testada por meio do voto durante o período eleitoral de todas as realizações do sistema político e que é importante não só para o diretor da escola, uma vez que deve ser compreendida e exercida pelos estudantes, funcionários, professores, pais, gestores e pelas associações e organizações sociais da cidade e dos bairros.” (Diretora Bruna, 2016).

Quando compreender suas fraquezas e aprender a usar suas forças, a escola passará a se adequar as concepções de gestão democrática, segundo Freire: “Sabemos que a educação não pode tudo, mas pode alguma coisa. Sua força reside exatamente na sua fraqueza. Cabe a nós pôr sua força a serviço de nossos sonhos”. (1991, p. 126).

Dois membros do Conselho Escolar responderam os seguintes questionamentos:

Ao analisarmos as respostas, observamos que a diretora do Conselho conhece as leis que norteiam o trabalho do Conselho Escolar, porém o segmento pais, ainda não conhece concretamente tais leis:

1- O que você conhece da legislação que trata sobre o Conselho Escolar?

“ Não conheço não, fui convidada a participar e como gosto de estar na escola e assim ficar sabendo como funciona e o que faz a escola onde meus filhos estudam eu aceitei.”(membro segmento pais Fernanda).

Quanto às funções do Conselho Escolar, a conjuntura escolar os citam com louvor, porém o segmento pais deixou claro ainda estar confuso o conhecimento de suas atribuições, ora por falta de tempo em participar de reuniões, ora por possuírem pouco estudo o que dificulta a compreensão da legislação:

2- Para você quais são as funções do Conselho Escolar na Escola Mundo Mágico?

“ Ainda tenho dúvidas de quais são minhas funções dentro do Conselho, mas ajudo assim mesmo.” (membro segmento pais Fernanda)

Sobre os pontos positivos e negativos, tanto o segmento pais quanto segmento administrativo escolar, cita apenas pontos positivos quanto à existência do Conselho Escolar como a participação da comunidade nas tomadas anuais de decisões, ajuda nos casos com alunos de comportamento difícil, etc.:

3- Quais os pontos positivos e negativos da existência do Conselho Escolar na Escola “Mundo Mágico”?

“Considero de grande valia a participação dos membros que me ajudam a resolver problemas com a indisciplina e programação de metas para o trabalho anual no campo pedagógico.” (diretora do Conselho Micaela)

“A gente ajuda a diretora com os alunos bagunceiros, o que a escola vai fazer durante todo ano e outras coisas também quando ela precisa.” (membro segmento pais Fernanda)

No tocante a estar satisfeito com o trabalho do Conselho Escolar e a importância de fazer parte do mesmo, todos os segmentos são unânimes em dizer que estão pouco satisfeitos com o trabalho, haja vista que, muitos de seus membros constantemente faltam às convocações, o que acarreta uma sobrecarga aos que participam assiduamente e justamente apontam o desconhecimento à importância do fazer parte do Conselho Escolar tantas ausências repetidamente, ou seja, alguns membros do Conselho Escolar ainda não compreendem o mesmo como um instrumento de gestão democrática:

4- Você considera importante participar do Conselho Escolar? E por quê?

“Muito importante porque é um processo de democracia dentro da escola, todos que participam, quando participam podem dar suas opiniões. O problema é que nem todos participam o que acaba sobrecarregando os poucos membros que são atuantes.” (diretora do Conselho Micaela) .

“Eu acho que sim porque posso dar minha opinião e sempre todos me escutam, é pena que poucos pais participem das reuniões. (membro segmento pais Fernanda).

5- Você está satisfeito com o trabalho do Conselho Escolar dentro da instituição? Em sua opinião o que poderia ser feito para melhorar cada dia mais?

“ É sempre a mesma coisa, pouca gente aparece nas reuniões e eu acho que é por isso que as coisas andam meio que devagar, se todos participassem quem sabe seria melhor.” (membro segmento pais Fernanda)

“Não estou muito não, na verdade posso dizer que até me sinto frustrada ao ver o desinteresse que os pais e até mesmo alguns profissionais membros do Conselho demonstram. Percebo isso quando das inúmeras ausências as reuniões ou até mesmo eventos que acontecem na escola.” (diretora do Conselho Micaela)

Ao finalizarmos esta coleta de dados, entendemos que a escola pública poderá, não apenas contribuir significativamente para a democratização da sociedade, como também ser um lugar privilegiado para o exercício da democracia participativa, para o exercício de uma cidadania consciente, construindo conhecimentos, atitudes e valores que tornem o estudante solidário, crítico, ético e participativo. Trata-se de enfrentar o desafio de constituir uma gestão democrática que contribua efetivamente para o processo de construção de uma cidadania emancipadora, o que requer autonomia, participação, criação coletiva dos níveis de decisão e posicionamentos críticos que combatam a idéia burocrática de hierarquia.

A democratização da gestão por meio do fortalecimento dos mecanismos de participação na escola, em especial do Conselho Escolar, pode-se apresentar como uma

alternativa criativa para envolver os diferentes segmentos das comunidades local e escolar nas questões e problemas vivenciados pela escola. Esse processo, certamente, possibilitaria um aprendizado coletivo, cujo resultado poderia ser o fortalecimento da gestão democrática na escola.

4- CONSIDERAÇÕES

A participação dos Conselhos Escolares é de grande importância para a busca de transformações no cotidiano das unidades de educação. Transformar essas ações em escolares em desejos de construção de uma sociedade igualitária e justa, passa pelos processos e convivência educativa, construídas nas relações escolares. E nesta perspectiva, o Conselho Escolar contribui na construção da democracia e da cidadania, visto que oportuniza a participação e o envolvimento de todos nas tomadas de decisão do cotidiano das instituições.

O conselho é um lugar de reflexão séria e rigorosa, composta por diferentes representantes da instituição, desde as crianças, passando pelos distintos profissionais e a comunidade composta por pais e outros colaboradores, onde se procura evitar ações sem fundamento e que seja pertinente a todos. A discussão coletiva, a reflexão e o estudo dão suporte à busca de alternativas válidas para assuntos que afeta ou afetam parte ou o todo do espaço em questão e que, de fato, vão interferir na mudança da realidade e da qualidade ofertada.

A participação da comunidade na escola pode gerar conflitos – seja por submetê-la a pressões de grupos em defesa de interesses específicos, seja por torná-la palco de disputas de caráter partidário, clientelista ou ideológico, porém a ação engajada dos diferentes membros, que devem ser atuantes necessita ponderar e amenizar tais ameaças.

Apesar disso, não há outro caminho para a democratização escolar, senão aproximá-la das necessidades de seus alunos no sentido de melhorar a qualidade de ensino.

Uma das habilidades importantes para uma gestão democrática é a de administrar conflitos e relaciona-se com o respeito às diferenças, à pluralidade de idéias e concepções pedagógicas, à liberdade, a diversidade e à tolerância. As controvérsias fazem parte do cotidiano onde convivem pessoas que se constituem pela diferença, mas que ao se aproximar do outro cresce, se eleva mudando a si e ao espaço que se encontra. Onde posições e questionamentos são propostos numa arena de debates, por vezes conflituosas, porém necessárias, tendo o gestor enquanto mediador das discussões que conduz de forma menos

tensa as diferenças, os atritos que ali surgem, apoiada pelos membros do conselho, que não são apenas apoiadores da gestão, mas são facilitadores dos diálogos que promovem o bem estar de toda a comunidade escolar, no sentido do bem comum e não do interesse particular.

Enfatizamos a respeito das concepções sobre gestão democrática que tem o Conselho Deliberativo Escolar, como elemento que gera a participação, a oportunidade de vez e voz aos diferentes segmentos escolar, de forma equânime.

REFERÊNCIAS

BARROSO, J. (1996). *Da exclusão escolar dos alunos à inclusão social da escola: que sentido para a territorialização das políticas educativas?* Conferência proferida no Fórum Nacional de Projetos – PEPT 2000 contra a exclusão escolar, Lisboa.

BRASIL- Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.**

FERREIRA, N.S.C. Education technology and the professional in Brazil: his formation and the possibility of human culture. Bulletin of Science, Technology & Society. Thousand Oaks/London/New Delhi, Sage Science Press, v. 19, n. 3, June 1999. p. 206-209. **Espaço do projetopolítico-pedagógico.**13. ed. São Paulo: Papirus, 2008.

FREIRE, Paulo (1959). *Educação e atualidade brasileira*. Recife, Universidade do Recife (Tese de concurso par a Cadeira de História e Filosofia da Educação na Escola de Belas Artes de Pernambuco). <http://consad.org.br/wp-content/uploads/2013/02/GEST%C3%83O-COMPARTILHADA-AUTONOMIA-DA-ESCOLA.pdf> acessado dia 29 de agosto de 2016 <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/7716/4699Re> ferências acessado dia 29 de agosto de 2016.

LEDESMA, M. R. K. **Gestão escolar: desafios dos tempos.** 2008. 157f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

LUIZ, Maria Cecília. **Conselho Escolar: algumas concepções e propostas de ação. (Organizadora);** Juliana Carolina Barcelli... [et al.]. São Paulo: Xamã, 2010.

LUCK, Heloísa. **Perspectivas da Gestão Escolar e Implicações quanto à Formação de seus Gestores.** In: Em Aberto, nº 72 (Gestão Escolar e Formação de Gestores, Jun de 2000, p. 11-34)

MARQUES, Luciana Rosa. **A descentralização da gestão escolar e a formação de uma cultura democrática nas escolas públicas.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007

PARO Vitor Henrique. **Escritos Sobre Educação.** São Paulo: Xamã, 2001.

PARO, Vitor H. **Gestão democrática da Escola Pública_** São Paulo:Ed. Ática, 1998. p..39-55.

SCOCUGLIA, Afonso Censo. **A progressão do pensamento político-pedagógico de Paulo Freire.** In: TORRES, Carlos Alberto (comp.) Paulo Freire y la agenda de la educación latino america em El siglo XXI. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

VEIGA, I.P.A. **Perspectivas para reflexão em torno do Projeto Político Pedagógico.** In:

VEIGA, I.P.A.; RESENDE, L.M.G. de (Org.). **Escola:**

FORMAÇÃO CONTINUADA

Marilza de Queiroz Galvão
Simone Gonçalves Galvão
Viviane Amâncio Queiroz Silva
Jessica Pereira Souza

RESUMO

A partir da tematização Gestão da escola pública: qualidade na educação, lançamos ao debate sobre os caminhos que concorrem a qualidade desejada ao ensino, elencamos que um dos percursos necessários passa pelos processos formativos dos professores. Tendo a formação inicial e continuada como os principais elementos a serem observados e considerados na construção desse valor a ser buscado, alcançado. Na busca de compreender como se constitui a identidade do professor e como ele faz a leitura das políticas públicas que regem a educação brasileira e como isso acontece no espaço da escola. Freitas 2002, p.138 aponta dois movimentos que considera contraditório: o movimento dos educadores e a sua trajetória em prol das reformulações dos cursos de formação dos profissionais da educação e o processo de definição das políticas públicas no campo da educação na formação dos professores.

Palavras chave: Gestão escolar; Saberes docentes, formação de professores.

SUMMARY

From the theming Management of public schools: quality education, launched the debate on the ways that contribute the desired quality education, we selected one of the necessary route passes through the training processes of teachers. Since the initial and continuing education as key elements to be observed and considered in the construction of this value to be sought, achieved. In the quest to understand how it is the identity of the teacher and how it makes the reading of public policy governing the Brazilian education and how it happens in the school space. Freitas 2002 p.138 points two movements which considers contradictory: the movement of educators and its trajectory in favor of the reformulations of education professionals training and the process of defining public policies in education in teacher training.

Keywords: School management; Knowledge teachers, teacher training.

INTRODUÇÃO

A partir da tematização Gestão da escola pública: qualidade na educação, lançamos ao debate sobre os caminhos que concorrem a qualidade desejada ao ensino, elencamos que um dos percursos necessários passa pelos processos formativos dos professores. Tendo a formação inicial e continuada como os principais elementos a serem observados e considerados na construção desse valor a ser buscado, e alcançado.

Embasadas no Plano Nacional de Educação (PNE/2014) que visa elevar a qualidade da educação nos próximos dez anos e com especial observância nas metas de doze a vinte (12 a 20), que abordam a valorização do magistério, não apenas na demanda salarial, bem como nos processos formativos ofertados aos professores. Apoiamos ainda em Mizukami (2006), Shulman (1996), Gauthier (2006), Tardif (2008), entre outros para problematizar como os professores vivenciam e projetam os processos formativos em sua carreira e como se veem em relação a qualidade da educação tão cobrada via sua atuação docente. Através do questionário aplicado na escola Milton da Costa Ferreira Jaciara MT analisaremos como estes se percebem em relação a gestão da escola pública.

Pensar a qualidade da educação a partir da formação de professores é ampliar o cenário das discussões sobre os dados proporcionados pelas escolas e muitas vezes lidos como qualidade ou falta de qualidade. Visto que os resultados apresentados não representam apenas os dados dos alunos, mas o projeto educativo das unidades escolares, as intencionalidades das políticas públicas aplicadas naquele contexto.

1 A Escola e a produção do saber

A escola tradicionalmente é considerada o espaço da sistematização do saber. Durante muito tempo esses saberes estiveram relacionados às práticas docentes e aos fundamentos nos quais estas se ancoravam quer teorias quer metodologias. Estas perspectivas gradativamente abriram espaço para concepções que consideram os sujeitos como produtores de saberes e conhecimentos diferentes dos escolares, passando a dialogar com alunos, pais e funcionários enquanto participantes e produtores do currículo escolar e dos demais processos educativos.

Esse diálogo mais estreito entre os diferentes membros da comunidade escolar não descaracteriza a ação docente e suas práticas, mas produz outros sentidos aos fazeres docente bem como aos processos de ensino/aprendizagem nos contextos escolares.

A propositura de valorização do magistério anunciada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9394/96, reafirmado no Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014/2020 fortalece os processos formativos dos profissionais da educação, em especial dos professores quanto a sua formação inicial e a continuada.

Os cursos de magistério, pedagogia e licenciatura devem proporcionar uma compreensão sistematizada da educação, a fim de que o trabalho pedagógico se

desenvolva para além do senso comum e se torne realmente intencional. (ARANHA, 1996, filosofia da educação da educação, p. 152).

A pedagogia faz com o professor possa ir além do senso comum, mas com um horizonte amplo de conhecimentos, com novos saberes além daquilo que trazemos como bagagem.

As políticas públicas educacionais de forma bastante pontuais contemplam a temática das formações enquanto possibilidades de melhoria dos resultados “produzidos” pelas crianças e professores, entretanto não se reduzem a isto, porém é preciso considerar que a discussão da qualidade passa também pela participação nos processos decisórios da escola que vão além do acompanhamento do desenvolvimento da criança, passando pela proposta pedagógica na qual este desenvolvimento ocorre no envolvimento da comunidade em relação ao atendimento, que diz respeito a modalidades ofertadas, horário de funcionamento, procedimentos didáticos/metodológicos, aos investimentos nos equipamentos pedagógicos, a estrutura física e mobiliários entre outros, caracterizando elementos importantes no processo democrático da gestão e na qualidade da educação.

Pressupõe que a qualidade do ensino, passa pelos processos formativos do professor, das elaborações dos diferentes saberes gestados nos espaços escolares, os quais por vezes são chamados de culturas escolares, essas culturas são representadas nas organizações dos espaços escolares, na forma como a comunidade se inter-relaciona, produzindo identificações próprias para cada instituição, constituindo-se formas singulares de atender a comunidade, planejarem suas ações, entre outros.

Qualificação: o professor deve adquirir os conhecimentos científicos indispensáveis para o ensino de um conteúdo específico; Formação pedagógica: a atividade de ensinar deve superar os níveis do senso comum, tornando-se uma atividade sistematizada, Formação ética e política: o professor deve educar a partir de valores e tendo em vista um mundo melhor;(ARANHA, 1996, p. 152).

Na atualidade a escola é considerada como uma organização que é o espaço de aprendizagem que se dá a partir de seus participantes, alunos, professores, pais, coordenadores constituindo – se em uma comunidade participativa onde os diversos conhecimentos culturais e históricos se encontram, oportunizando a riqueza nos contextos de aprendizagens. Essa abertura de construção do conhecimento a partir do coletivo reordena as discussões a cerca do que se constitui o ato educativo.

Para que o ensino seja revertido em aprendizagem, é necessário revolver a terra, penetrar nos saberes, nos talentos, nas motivações, nos afetos, nas dúvidas e nos medos daqueles que aprendem. Aquele que semeia sem revolver a terra consegue,

no máximo, espalhar as sementes sobre a superfície sem esperança de que algum dia crie raízes, cresçam e deem frutos (TORRES apud PIMENTA: LIMA, 2004, p.306).

O processo educativo adquire novos contornos que sai da visão de que a escola é o lugar de transmissão do conhecimento, avançando para o lugar de encontro dos conhecimentos. Neste sentido a busca por uma identidade do professor não se processa na centralização de sua ação, mas em como este dinamiza a ação a partir do contexto no qual encontra inserido.

1.1 IDENTIDADE DOCENTE

Na busca de compreender como se constitui a identidade do professor e como ele faz a leitura das políticas públicas que regem a educação brasileira e como isso acontece no espaço da escola. Freitas 2002, p.138 aponta dois movimentos que considera contraditório: o movimento dos educadores e a sua trajetória em prol das reformulações dos cursos de formação dos profissionais da educação e o processo de definição das políticas públicas no campo da educação na formação dos professores.

Essa identidade não é constituída no processo de formação inicial, como também não se programam nas diferentes formações continuadas percorridas ao longo de suas vidas, mas atravessadas por muitos significados e contornos advindos de diferentes elementos (regulamentações jurídicas, vivências, experiências, inserções sociais), bem como pelas práticas adquiridas ao longo de sua docência.

A identidade profissional é a forma como os professores se definem a si mesmos e aos outros. É uma construção do seu *eu* profissional, que evolui ao longo da sua carreira docente e que pode ser influenciada pela escola, pelas reformas e contextos políticos, que “integra o compromisso pessoal, a disponibilidade para aprender a ensinar, as crenças, os valores, o conhecimento sobre as matérias que ensinam e como as ensinam, as experiências passadas, assim como a própria vulnerabilidade profissional”. (MARCELO, 09 p.11)

As discussões acerca da identidade docente percorrem os caminhos por onde os saberes docentes vão se constituindo, mas não se consolidam, visto que a discussão pauta-se em um processo contínuo que não se estancam.

Com Tardif (2008) Os saberes docentes não reduzem a transmitir o conhecimento construído e diferente práticas de saberes estabelecidas pelas tradições pedagógicas, mas como os professores produzem o seus saberes didáticos/pedagógicos a partir do já produzido, do já pensado. Os saberes docentes não reduzem a transmitir o conhecimento construído, e diferente prática de saberes, esses saberes docentes podem ser divididos em plural, por novas,

mais ou menos correntes de saberes oriundos da formação profissional e de saberes, disciplinares, curriculares e experiências.

As produções intelectuais dos professores são materializadas nos currículos, na organização escolar, nas relações estabelecidas a partir das oportunidades reelaboradas, não são apenas relações diretas entre conhecimentos e sujeitos, mas em como estes sujeitos vão dizendo o que pode ser lido enquanto conhecimento.

[...] é muito mais pertinente conceber o ensino como a mobilização de vários saberes que formam uma espécie de reservatório no qual o professor se abastece para responder a exigências específicas de sua situação concreta de ensino (GAUTHIER, 2006, p. 28).

Para Tardif (2008) os saberes docentes vão se constituindo através dos saberes disciplinares, curriculares e profissionais, não sendo acionadas em um determinado momento, mas manifestam-se de forma orgânica e sincronizadas no cotidiano das instituições.

A formação continuada apresenta-se como oportunidades aos professores, de manterem-se atualizados e em comunicação com outras formas de conhecimento. As políticas públicas destinadas a valorização do magistério produziu ao longo dos anos diversas conquistas, entretanto ainda à quem do ideal proclamado na própria LDB nº 9394/96 bem como no PNE (2014/2020) de educação, não sendo um fato dado mas uma conquista gradual dos professores enquanto luta por valorização na sua profissionalização, que ainda encontra-se muito distante do real necessário, pois a qualificação está relacionado as condições de trabalho, que dentre outros abarcam jornada de trabalho e infraestrutura, entre outros. Ou seja, por mais que se tenha escrito nos documentos legais a necessidade de políticas que assegurem esses direitos, ainda os estados e municípios possuem dificuldades em garanti-las aos docentes em diferentes níveis e modalidades. Como pode ser analisados na coletada com o instrumento de entrevista.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

No presente artigo realizou-se a pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, com objetivo de contribuir com os professores do ensino fundamental da cidade de Jaciara, para que ele não fique estagnado, ou seja, o professor deve estar em constante desenvolvimento ser um professor ativo que busque novos conhecimentos visando o ensino de qualidade aos seus alunos. Bem como fazer jus ao direito de qualificar-se no exercício de sua profissão.

Amparados pela pesquisa bibliográfica, empregando o “método dedutivo – que, partindo das teorias e leis, na maioria das vezes prediz a ocorrência dos fenômenos particulares (conexões descendentes)”. (Lakatos, 2001, p.106).

Para a coleta de dados utilizamos questionário com perguntas abertas, com a professora A, na Escola Estadual Milton da Costa Ferreira em Jaciara-MT.

Ainda indicando como a pesquisa será realizada, devem-se anexar ao projeto os instrumentos referentes às técnicas selecionadas para a coleta de dados. Desde os tópicos da entrevista, passando pelo questionário e formulário, até os testes ou escalas de medida de opiniões e atitudes, a apresentação dos instrumentos de pesquisa deve ser feita, dispensando-se tal questão apenas no caso em que a técnica escolhida for a de observação. (Lakatos, 2001, p. 113).

ANÁLISES

Realizamos na Escola Estadual Milton da Costa Ferreira a pesquisa de campo com o questionário de perguntas abertas, para que obtivéssemos um panorama de como na prática essas discussões vem se assentando.

Segue o questionário realizado com a professora A, sendo a primeira pergunta, Como a Sr.^a compreende a constituição da identidade do professor?

Acredito que a construção do professor acontece no dia-a-dia do profissional, é claro que cada um tem sua identidade, e pode está buscando aprimoramento em formação. A busca por melhorias é uma prática em qualquer profissão e não pode ser diferente entre professores. As experiências vividas engloba tanto a vida pessoal quanto a profissional, e isso faz com que o educador se inteire do saber fazer com relação aos processos formativos. (Professora A)

Percebemos que a professora A, nos leva a acreditar que estar compromissada com a docência, pois fica evidente que a professora acredita que o professor constrói sua identidade no ambiente escolar aonde vamos, ou seja, a graduação ela vai nos dar uma bagagem de conhecimentos e teorias que são de suma importância para o profissional que almejamos ser, ela nos fundamenta, mas o cotidiano nos fortalece.

O saber profissional está, de certo modo, na confluência entre várias fontes de saberes provenientes da história de vida individual, da sociedade, da instituição escolar, dos outros atores educativos, dos lugares de formação (TARDIF,2002,p.64).

Como são socializadas as possibilidades de leitura das políticas de orientações curriculares? Há possibilidade de constituição docente?

Como em qualquer estudo que utiliza a participação do coletivo, nunca vamos alcançar a participação de todos os educadores. Mesmo sabendo que a leitura nos impulsiona a construir uma educação, onde não mais se ignore as diferenças, nos ajuda a amenizar as dificuldades encontradas no dia-a-dia impulsiona-nos a descoberta de conhecimentos, e coloca a educação a favor da vida humana, potencializando a diversidades. Nós enquanto educadores deveram fazer da prática da leitura uma compreensão plural e decisiva para toda a vida, sendo a principal forma de construir opiniões próprias e embasamento necessário para qualquer construção de saberes. (Professora A).

Diante de tudo o que estudamos na graduação nos faz refletir como nós vamos ser enquanto professor, pois vimos que a educação ela se da no coletivo, onde devemos respeitar o aluno com seus ideais, de culturas diferentes. O professor necessita estar atento, buscar caminhos de como possibilitar ao seu aluno a construir novos conhecimentos. Que o ambiente escolar seja um lugar de acolhimento, respeitando cada singularidade, não apenas do aluno como da comunidade.

Como acontece o desenvolvimento do seu trabalho, considerando a relação teoria e prática?

Teoria e prática precisam caminhar juntas na sala de aula, pois uma necessita da outra para que o trabalho educacional seja harmonioso, preciso, firme e válido. O professor deve estar sempre atento as novas teorias que possam ajuda-los na sua prática pedagógica. O saber docente não é formado apenas da prática, sendo também nutrido pelas teorias. A teoria tem importância fundamental, pois nos apropriamos de fundamentação teórica nos beneficiamos de variados ponto de vistas para uma tomada de decisão, adquirindo perspectiva de julgamento para compreender os diversos contextos do cotidiano escolar. (Prof.A)

Quando estamos fazendo a nossa graduação estudamos as teorias que são as bases que vão dar sustentação enquanto ao saber que vamos ministrar em sala, pois a pratica e a teoria andam juntas isso é de fundamental importância para tomadas de decisões a compreender os nossos alunos no cotidiano escolar.

Quais são as atribuições dos professores no exercício profissional.

Nas atribuições dos profissionais na organização do sistema de ensino e na organização escolar, o docente é incumbido e caracterizado por processos e práticas de geração reorganização e adaptação do conhecimento que é desenvolvido no espaço educativo escolar. O professor é definido como uma pessoa que interage com os alunos produzindo o saber para a realidade. (Prof. A)

De acordo com o que buscamos que e o nosso objetivo de como o professor se constitui o professor é um facilitador, ou seja, um mediador de conhecimentos à medida que ele trabalhe com os alunos realmente conteúdos que vão fazer com que seu aluno entenda a

matéria e com isso ele possa dar sentido ao que foi aprendido, ou seja, o conteúdo passado tem que ter significado.

A educação escolar é uma tarefa eminente social, pois a sociedade necessita prover as gerações mais novas daqueles conhecimentos e habilidades que vão sendo acumulados pela experiência social da humanidade[...] investigar objetivos e métodos seguros e eficazes para a assimilação dos conhecimentos.(LIBÂNEO,1994,p.54).

Como os professores podem utilizar a avaliação para ampliar os conhecimentos dos alunos?

É indispensável dar ênfase a aprendizagem do que as provas como uma única prática comum em nossas escolas, pois no processo ensino aprendizagem, conceitos, ideias e métodos devem ser elaborados mediante procedimentos e atitudes, para que ocorram é preciso que o professor demonstre profissionalismo com sucesso dos alunos. (Prof. A)

O professor ele tem autonomia dentro da sala de aula de como avaliar o aprendizado, trabalhando novas metodologias para que alcance a todos com um bom aprendizado.

Para que o ensino seja revertido em aprendizagem, é necessário revolver a terra, penetrar nos saberes, nos talentos, nas motivações, nos afetos, nas dúvidas e nos medos daqueles que aprendem. Aquele que semeia sem revolver a terra consegue, no máximo, espalhar as sementes sobre a superfície sem esperança de que algum dia crie raízes, cresçam e deem frutos (TORRES apud PIMENTA:LIMA, 2004, p.306).

Relacione as características de um bom professor?

Ter domínio do conteúdo, experiência profissional, entusiasmado, dinâmico, cativante, simpático, líder, ser atualizado, ético, transparente, democrático, tolerante, flexível, humilde, ter boa didática, ter postura profissional, comprometido, pontual, exigente, e ser apaixonado pelo que faz. (Maria Jose)

O professor ele precisa estar atento, pois não basta só a sua graduação o bom profissional de educação busca novos conhecimentos através de pós-graduação é participante nas diferentes formações continuadas ofertadas. As políticas de valorização do magistério contemplam o estudo permanente do professor enquanto possibilidade de elevação dos níveis de ensino com o qual o professor atua.

Qual o papel que o professor exerce na escola o no Projeto Político Pedagógico.?

O PPP é um projeto que se dá em um trabalho coletivo na escola, no qual deve ser vivenciado e reconstruído por todos os envolvidos com o processo educativo escolar sendo, um processo de reflexão e discussão dos problemas, dos processos, da organicidade, da intencionalidade da escola. Dessa forma, buscando como fim subsidiar a organização do trabalho pedagógico. (Prof.A)

O Projeto Político Pedagógico da escola passa a ser significativo quando toda a comunidade escolar é participante, é atuante. No coletivo é uma reflexão onde coloca os problemas e vão se organizando revendo a forma de trabalhar e com isso atingir o objetivo comum que é o aprendizado dos alunos, a educação de qualidade.

O saber que a prática docente espontânea ou quase espontânea, “desarmada”, indiscutivelmente produz é um saber ingênuo, um saber de experiência feito, a que falta a rigorosidade metódica que caracteriza a curiosidade epistemológica do sujeito. Este não é o saber que a rigorosidade do pensar certo procura. Por isso, é fundamental que, na prática da formação docente, o aprendiz de educador assuma que o indispensável pensar certo não é presente dos deuses nem se acha nos guias de professores que iluminados intelectuais escrevem desde o centro do poder, mas, pelo contrário, o pensar certo que supera o ingênuo tem que ser produzido pelo próprio aprendiz em comunhão com o professor formador. (FREIRE 1996, p. 18).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios que c a campo para colher informações que contribuíssem com os objetivos propostos, que o de saber como se constitui a identidade de professor e como ele ver as políticas públicas os dados da pesquisa elas nos evidenciaram que são grandes os desafios desse profissional é permanente e de uma grande complexidade o educador ao chegar ao ambiente escolar com sua graduação inicial tem que estar em constante aprendizado sempre através dos cursos de formação continuada, pós-graduação, mestrado, doutorado. A formação do professor ela vem contribuir com as práticas pedagógicas dando significado. A formação continuada ela faz com que o professor passe a olhar sobre qual é o seu papel na sua profissão perante a sociedade percebemos que não é um caminho fácil é com lutas e conflitos mas que os profissionais da educação cada dia mais buscam novos conhecimentos e através deles elevam a educação de nossos filhos porque temos professores cada vez mais atuantes em buscar qualificação em melhorar é um profissional que é capaz de rever as suas praticas despertando sempre um olhar critico em relação as suas concepções e trabalhando em possíveis melhorias para que de fato o aprendizado aconteça e que possa contempla o todo na educação.

REFERÊNCIA

Freire, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Gauthier, Clermont et al. **Por uma teoria da pedagogia: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente**. 2ª ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2006.

Marcelo, Carlos (2009). **Desenvolvimento Profissional Docente: passado e futuro**. Sísifo. Revista de Ciências da Educação, 08. Jan/abri 09 ISSN 1646-4990, pp. 7-22. Consultado em setembro de 2015 em <http://sisifo.fpce.ul.pt>[HTTP://www.pucsp.br/ecurriculum](http://www.pucsp.br/ecurriculum)

Lakatos, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científica**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos/ Mariana de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. – 6. Ed. – São Paulo: Atlas, 2001. Revista E-Curriculum, São Paulo, v.1, n1. - jul. 2005-2006.

Tardif, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional** / Maurice Tardif. 9ª Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GESTÃO DA ESCOLA PÚBLICA DE QUALIDADE: o papel do gestor escolar.

Andreia Cristina Ferreira da Silva
Angela Maria de Lima Silva Vieira
Ingrid Laís Silva França
Josimeire silva Pereira
Natanna Mony Sampaio Sarmiento
Diego Campos Pereira
Marla Denilse Rheinheimer

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo problematizar o papel da gestão escolar na atualidade e quais as principais atribuições dos gestores junto a comunidade. Enquanto gestor quais ações priorizam, como faz para manter o dialogo, a participação e o envolvimento de todos na construção dessa escola. Com Luck (2009), Paro (2002), Libâneo (2009) apoiadas nas discussões sobre democracia, educação e gestão apresentadas por estes autores construímos o referencial teórico que nos sustentou no decorrer deste trabalho. Enquanto espaço de investigação da atuação do gestor escolhemos a escola Municipal Maria Villany Delmondes em Jaciara-MT, por acreditar, que a coleta de dados junto a profissionais que já atuam na gestão contribui significativamente com o tema proposto, nominamos esta pesquisa qualitativa e bibliográfica, pois sem referencial teórico condizente com a proposta, caímos no vazio e na operacionalização do fazer. A comunicação entre gestores e comunidade torna-se importante para o compartilhamento de diferentes saberes, a atualização tecnológica agregando outros valores a qualidade do ensino.

PALAVRA CHAVE: Gestão Democrática. Políticas Públicas. Educação.

ABSTRACT

This article aims to discuss the role of school management today, what the main tasks of managers in the community are and how they experience the public policy in the activities. While manager, which prioritize actions, as it does to maintain the dialogue, participation and involvement of all in the construction of this school. With Luck (2009), Paro (2002), Libâneo (2009) supported the discussions on democracy; education and management presented by these authors build the theoretical framework that sustained us throughout this work. As manager of the performance of the research, area chosen the Municipal School Maria Villany Delmondes in Jaciara-MT, believing that the collection of data with professionals already working in management significantly contributes to the theme, nominamos this qualitative and literature, because without consistent theoretical framework with the proposal, we fall into the void and operationalization of doing. Communication between managers and community becomes important for sharing different knowledge, technology update adding other values the quality of teaching.

Key Word: Democratic Management. Public policy. Education.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo problematizar o papel da gestão escolar na atualidade e quais as principais atribuições dos gestores junto a comunidade. compreender alguns aspectos sobre o papel do gestor no ambiente escolar, A pesquisa será realizada na escola da rede municipal Maria Villany Delmondes em Jaciara, Mato Grosso. O mesmo será pautado em pesquisa bibliográfica fundamentadas em autores como: Luck (2009) Paro (2003), Libâneo (2008), dentre outros que pontuam sobre a importância do papel do gestor. Utilizamos como técnica o questionário, o qual foi elaborado e estruturado de acordo com as discussões propostas por estes teóricos a fim de nos ajudar a entender melhor o papel do gestor no contexto escolar. Diante das experiências oriundas do nosso estágio nos deixou muitas dúvidas em relação ao papel do gestor

Espera-se que o gestor exerça a liderança no cenário escolar, que planeje e organize todo o ambiente educacional, incentivando para que toda a comunidade esteja envolvida no trabalho educacional. Conforme trata a lei das diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, de 1996),

Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com suas peculiaridades e conforme alguns princípios como: a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola, participação da comunidade escolar e local em conselho ou equivalentes. (BRASIL, 2001, p.17)

O papel do gestor neste aspecto encontra-se como de articulador dos diferentes interesses ao bem comum, que é a efetivação dos diferentes processos de ensino/aprendizagens ofertadas pelas escolas no atendimento dos seus alunos.

De acordo com a Constituição Federal de (1988) em seu Artigo 205, a gestão é direcionada pela LDB, as resoluções, portarias e o conselho Nacional de Educação onde destaca que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 2004, p. 121).

O papel do gestor escolar não se resume apenas a administrar, mas a ser responsável por mudanças que visem à qualidade do ensino ofertada.

Na atualidade o gestor precisa interagir com a comunidade escolar atualizando as tecnologias e compartilhando conhecimentos a fim de proporcionar recursos para que os alunos consigam alcançar conhecimento em diferentes áreas.

1 O CONCEITO DO PAPEL DO GESTOR

Para que aconteça a gestão democrática é fundamental criar processos de instâncias deliberativas que viabilizem a participação e o envolvimento de todos, de maneira integrada. No entanto o modelo tradicional da organização escolar é um grande desafio ainda hoje postos a diversos contextos educacionais. Para reverter esse quadro a equipe gestora necessita encaminhar junto à comunidade as demandas apresentadas no cotidiano das instituições e tomar decisões conjuntas eliminando as práticas autoritárias. A construção de uma gestão descentralizada é uma perspectiva para transformar a cultura da escola que na maioria das vezes é centrada no poder hierárquico do diretor para que venha a construir o diálogo.

Segundo a autora Heloísa Luck (2004, p.66)

É do diretor da escola a responsabilidade máxima quanto à consecução eficaz da política educacional do sistema e desenvolvimento pleno dos objetivos educacionais, organizando, dinamizando e coordenando todos os esforços nesse sentido, e controlando todos os recursos para tal.

O gestor é um componente importante para o bom funcionamento da instituição escolar, ele enfrenta muitos desafios, pois a escola é composta por uma diversidade de sujeitos, cabe a ele propiciar um ambiente harmonioso, manter bom relacionamento com seus pares, é necessário ouvir, deixar que sua equipe se expresse que exponham suas idéias para assim chegarem a objetivos que eles almejam.

2 GESTÃO DEMOCRÁTICA

A gestão democrática está amparada pela legislação brasileira na Constituição Federal de 1988. O trabalho do gestor é direcionado por aportes legais como LDB, as resoluções e portarias da CNE (Conselho Nacional de Educação), CEB (Câmara da Educação Básica); as diretrizes legais da secretaria estadual de educação do Estado de Mato Grosso e Regimento Escolar todos amparados pelas leis maiores.

A lei das diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, de 1996), destaca que:

Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com suas peculiaridades e conforme alguns princípios como: a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola, participação da comunidade escolar e local em conselho ou equivalentes. (BRASIL, 2001, p.17)

Para que a gestão democrática aconteça, o modelo tradicional da organização da escola precisa ser construído e reconstruído, cabe ao diretor e equipe tomarem as decisões sobre a escola e a sua comunidade, todos os profissionais precisam estar envolvidos e empenhados para que esse processo democrático seja alcançado.

Para tal desempenho vários conhecimentos são necessários, entre eles os mais importantes são: habilidades, e atitudes profissionais visando sempre as melhores condições no trabalho a ser desenvolvido.

O gestor não trabalha sem fazer planejamento de suas ações e envolve o conselho Deliberativo Escolar para as tomadas de decisões.

Embora a participação de pais e alunos nas decisões do Conselho da Escola nem sempre se faça da forma intensa que muitos poderiam esperar, o fato de ser aí o local onde se tomam ou se ratificam decisões de importância para o funcionamento da unidade escolar tem feito com que este órgão se torne a instância onde se explicitam e procuram resolver importantes contradições da vida escolar. (PARO, 1995, p.154).

A unidade escolar como um sistema educativo, torna-se um espaço importante para o desenvolvimento social, proporcionando melhor qualidade de vida na educação a todos que neles estão inseridos em busca de aprendizagem, pois a escola como instituição socializadora tem o papel de assegurar ao aluno conhecimentos que sejam capazes de intervir em toda a sua formação.

Luck (2009) argumenta que o gestor escolar precisa estar em constante monitoramento do seu próprio desempenho profissional, fazer sempre auto-avaliação para ter visão mais abrangente sobre suas competências a fim de conseguir êxito na busca de uma gestão, que ouça os envolvidos com o processo educacional, que pondere acerca das normatizações do ensino e que prime pela qualidade do serviço ofertado.

A função do gestor não é somente tomar decisões, mas sim contribuir para que todos que convivem no espaço educativo possam ser motivados para melhorar o desenvolvimento profissional, visando não apenas bem estar dos mesmos, mas o comprometimento com a causa pública e com o ensino de qualidade. Primar pelo envolvimento de todos os sujeitos, não é uma tarefa fácil, porém possível. Uma vez que parte da ação dialógica entre diferentes sujeitos que buscam os mesmos objetivos, aprendizagem.

Nesse sentido, Luck (2002, p. 66), diz que:

A participação significa, portanto, a intervenção dos profissionais da educação e dos usuários (alunos e pais) na gestão da escola. Há dois sentidos de participação articulados entre si: a) a de caráter mais interno, como meio de conquista da

autonomia da escola, dos professores, dos alunos, constituindo prática formativa, isto é, elemento pedagógico, curricular, organizacional; b) a de caráter mais externo, em que os profissionais da escola, alunos e pais compartilham, institucionalmente, certos processos de tomada de decisão.

O gestor vai dar o direcionamento de pessoas para que as atividades sejam desenvolvidas, com comprometimento social, visando além da eficácia a inserção cada vez mais da comunidade. A intencionalidade educativa, cooperativa deve guiar os demais projetos na escola, não apenas a gestão, como a organização do ensino, a ocupação dos tempos e espaços que devem ser destinados a produção de diferentes saberes. Significa fazer algo, direcionar e dirigir o que tem sentido para a escola, espelham-se nos objetivos que orientam a atividade produtiva da ação, da comunicação. (Segundo Libâneo apud Almeida 2009, p.27) os processos de gestão assumem diferentes concepções: como concepção técnico - científica e em outra a sócio crítica. Na concepção técnico/científica a visão burocrática e tecnicista da escola é o que prevalece, onde a escola tende a ser neutra, objetiva, controlada, direção centralizada no papel do diretor e não há participação coletiva.

A organização escolar se refere aos procedimentos relacionados à ação de planejar o trabalho escolar; ela se caracteriza por ser um sistema de relações humanas e sociais, o que se diferencia das empresas convencionais. O espaço escolar é um local onde a intencionalidade pedagógica necessita orientar todas as demais ações.

Segundo LUCK (2004, p.32) “é o gestor que tem a maior responsabilidade na realização dos objetivos e organização controlando os recursos. Sua posição desempenha uma forte influência seja positiva ou negativa sobre a escola”.

As ações da prática realizada a partir do comprometimento são representados pelo compromisso mediante a ação pelo respeito ao ser humano dentro das instituições no desenvolvimento de uma sociedade nas ações de cada um.

Um bom empenho nas relações interpessoais pressupõe uma ação participativa com melhor aprendizagem, participação de toda a comunidade escolar na construção da escola organizada, democrática na tomada de decisões em conjunto, orientada pelo compromisso com valores princípios educacionais respeitando e aceitando as diferentes, isso conduzira a escola a percorrer caminhos mais próximos a realidade que encontra inserida. Paro (2003) valoriza, portanto, “a participação da comunidade escolar no processo de tomada de decisão, na construção coletiva dos objetivos e das práticas escolares, no diálogo e na busca de consenso”

Enfim, o resultado alcançado na realização deste trabalho, na medida em que fortalece e amplia a possibilidade de contribuir para o desenvolvimento da gestão escolar,

sugere que mesmo existindo referências sobre participação coletiva, sobre gestão democrática na gestão escolar, é necessário que o estudo e a reflexão não se esgotem. Para a melhoria do ensino, é preciso a participação de todos na gestão escolar. Somente assim estaremos contribuindo para uma sociedade mais justa, humanitária e responsável para a transformação, para a tão sonhada gestão democrática. É preciso entender que o diretor é muito importante no processo, mas não é o único responsável por sustentar o projeto democrático na escola.

Teixeira (2003, p16) afirma que: O diretor é o principal articulador dos interesses e motivações dos diversos grupos envolvidos com a escola, precisa ter uma visão não só administrativa, assim terá a capacidade para diagnosticar o perfil da população que será atendida no ambiente escolar e saber quais serão as expectativas dos pais e os alunos em relação à escola, pois, o objetivo da educação é fornecer um serviço de qualidade a todos que estiverem matriculados na instituição. É através das políticas educacionais adotadas pelo gestor que ira resultar em sucesso pedagógico/administrativo.

Segundo (TACHIZAWA E ANDRADE, 2006, p. 103).

[...] são orientações de caráter geral que apontam os rumos e as linhas de atuação de uma determinada gestão. Devem ser apresentadas de forma a se tornar de domínio do público interno da instituição de ensino, explicitando as intenções de sua administração.

O papel do gestor é proporcionar o envolvimento com toda equipe da escola estar atento e saber ouvir articular junto aos pais/responsáveis os diferentes interesses e necessidades e direcionar objetivos educacionais é através das documentações (diário de classe, memorandos, atas, arquivos, listagens, etc.) e os recursos materiais, que irá estabelecer algumas regras e as rotinas para cumprir a legislação e através disso buscar o consenso para o funcionamento do ambiente escolar.

O gestor tem que acompanhar as transformações do sistema tecnológico e sociedade com a visão principal de preparar o aluno para o futuro. Tendo em todos os aspectos sociais, econômico, político e tecnológico.

3. REFERENCIAL METODOLÓGICO

A pesquisa foi realizada em uma escola da rede municipal Maria Villany Delmondes em Jaciara Mato Grosso.

Pautadas em pesquisa bibliográfica fundamentada em relatos de alguns autores como: Heloisa Luck (2009) Paro (2002), Almeida apud Libâneo (2008), dentre outros que pontuam sobre a importância do papel do gestor.

A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Todavia, em virtude da disseminação de novos formatos de informações, estas pesquisas passaram a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas, CDs, bem como o material disponibilizado pela internet (GIL, 2008, p. 29).

A pesquisa trará uma abordagem qualitativa a qual:

Se aplica nas ciências sociais com uma realidade que não pode ser quantificado, ou seja, leva em conta o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que condiz com um estudo mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalidade de variáveis. (Minayo 2000, p. 21-22).

Segundo Ruiz (2002), metodologia é o conjunto de métodos e técnicas aplicadas para um determinado fim, é o caminho percorrido, a maneira utilizada para atingir o objetivo. Assim o “método serve para significar o traçado das etapas fundamentais da pesquisa”.

A técnica são os diversos procedimentos, ou a utilização de vários recursos próprios a cada objeto de pesquisa, dentro das diversas etapas do método, ou seja, é a instrumentalização específica da ação.

A técnica utilizada para a presente pesquisa será a de aplicação de questionário, na qual será bem elaborado e estruturado de acordo com as normas, podendo selecionar cuidadosamente os informantes, na qual será feito análise de dados através da entrevista. De acordo com a entrevistada, continuar o processo de eleição pela comunidade escolar são pontos a considerar para os avanços da política da Gestão Democrática que definirão as normas do ensino público.

O art. 206; IV garante uma gestão participativa no ensino público assegurando o caráter democrático de educação de forma “que as instituições públicas possam criar uma cultura política educativa de exercício do princípio democrático no seu cotidiano”.

Os pontos positivos e negativos no processo educativo segundo a entrevistada são: a participação da comunidade escolar e a descentralização dos recursos, o processo de eleição

pela comunidade escolar. Já os pontos negativos têm as burocracias e documentos, poderiam gerar mais recursos para a escola.

O gestor não trabalha sem fazer planejamento de suas ações, para isso regularmente é convocado os membros do conselho para tomadas de decisões segundo a entrevistada. Para Libâneo (2004, p.79)

A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática da escola possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo da tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. Além disso, proporciona um melhor conhecimento dos objetivos e metas das estruturas organizacionais e de sua dinâmica das relações de escola com a comunidade, e favorece uma aproximação maior entre professores, alunos, pais.

O envolvimento do gestor é realizar reuniões frequentes com as famílias, bem como eventos como dia das mães e dia da família na escola. Além disso, diariamente atendemos famílias na escola. De acordo com as necessidades pedagógicas ou sociais dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

É importante pensar a função social da escola repensando o papel do diretor e da comunidade escolar nas relações de poder no caminho da gestão democrática. Percebemos que muitos avanços foram conquistados no sentido de termos uma escola melhor e democrática. Os avanços são significativos, porém, a escola não está isenta de dificuldades. O objetivo desse estudo era de averiguar a forma como se dão as relações do papel do gestor na escola, em que a princípio, presume a participação da comunidade escolar. Percebe-se que a gestão democrática, vem acontecendo com avanços, mas também com retrocessos na construção de sua história. Isto é constatado na medida em que a comunidade escolar tem a oportunidade de opinar e decidir sobre as relações da escola. Ou seja, o fato de pais, alunos, professores e funcionários participarem das reuniões, não significa que estejam participando do processo. Muitas vezes, essa participação, acontece de forma limitada. Os profissionais algumas vezes já decidem e isso, por vezes, resultado da falta de uma consciência participativa, falta de uma cultura organizacional.

REFERENCIAS

ALMEIDA, Juara R Arthury de Almeida Ferreira. Professora do Colégio Estadual Professora Lindaura Lucas em São Jose dos Pinhais PR, participante do PDE/2008 junto a SEED-PR.

BRASIL. Ministério da Educação (1996) – LDB: **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 2º ed. Brasília: MEC, 2004.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LIBANELO, Jose Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. Ed.5. Goiânia: Alternativa 2004.

LUCK, Heloisa, **Dimensões de gestão escolar e suas competências** Curitiba: Editora Positiva, 2009.

MINAYO, M. C.de S. et al. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 16ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2003.

PARO, Vitor Henrique. **Por dentro da escola pública**. São Paulo: Xamã, 1995

RIOS, Dermival Ribeiro. **Minidicionário escolar de língua portuguesa**. São Paulo – SP: DCL, 2009.

TEIXEIRA, Hélio Jonny. **Da administração Geral a administração Escolar: Uma Revalorização do Diretor da Escola Pública**. São Paulo – SP: Editora Edgard Blucher Ltda, 2003.

TACHIZAWA, Takeshi; ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de. **Gestão de Instituições de Ensino e Organizações Escolares**. 4. ed. Rio de Janeiro – RJ: Editora FGV, 2006.

O papel do diretor escolar frente a educação contemporânea os desafios da gestão na escola. <http://www.seduc.mt.gov.br/Paginas/o-papel-do-diretor-escolar-frente-%c3%80-educa%c3%87%c3%83o-contempor%c3%82nea-os-desafios-da-gest%c3%83o-na-escola.aspx>

MODELAGEM DE SOFTWARE PARA CLÍNICA VETERINÁRIA

Eunice Aparecida de Paula⁶
Eugênio Guimarães de Souza⁷
Julio César Gavilan⁸
Maico Luis Rheinheimer⁹
Renato Arnaut Amadio¹⁰

RESUMO

Nos dias atuais, o computador se tornou uma ferramenta de grande utilidade em diferentes ramos, trabalhos que eram realizados manualmente agora estão sendo executados por computadores. A proposta deste trabalho consiste na modelagem de um software de controle de vacinação para clínica veterinária, em função da necessidade de se ter um controle dos processos realizados em empresas desta área, visando organizar e agilizar sua execução, deixando o registro das vacinas, que antes eram feitos em blocos de papéis e fichas cadastrais, mais eficazes. Como requisito do curso de graduação em Sistemas de Informação esse trabalho monográfico será demonstrado através da teoria e da prática das disciplinas estudadas ao longo do curso. Para a modelagem do software, segundo os padrões da Engenharia de Software, foi utilizada a Linguagem de Modelagem Unificada (UML), através do Diagrama de Caso de Uso, Diagrama de Classes e Diagrama de Sequência. Foi utilizado a ferramenta CASE Argo UML. Para modelar o banco de dados, através da Linguagem de Consulta Estruturada (SQL), foi utilizado a ferramenta IB EXPERT e ERStudio. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, método dedutivo e o método de estudo de caso. O desenvolvimento deste trabalho contribuiu para aperfeiçoar técnicas e conhecimentos adquiridos no curso de graduação.

Palavras-chave: Modelagem de software, controle de vacinação, Clínica Veterinária.

ABSTRACT

Nowadays, the computer has become a very useful tool in different branches, works that were performed manually are now being executed by computers. The purpose of this work consists in modeling a vaccination control software for veterinary practice, due to the need to have a control of processes conducted in companies in this area, in order to organize and streamline their implementation, leaving a record of vaccines that before they were made in blocks of papers and registration forms, more effective. As undergraduate course requirement in Information Systems this monograph will be demonstrated through the theory and practice of the subjects studied throughout the course. For software modeling, by the standards of software engineering, the Unified Modeling Language (UML) was used by the Diagram Use Case Diagram Class and Sequence Diagram. CASE Argo UML tool was used. To model the database through the Structured Query Language (SQL), we used the IB EXPERT and ERStudio tool. The methodology used was the bibliographical research, deductive method

⁶ Aluna 8º Semestre do Curso de Sistemas de Informação, da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – Eduvale

⁷ Professor Especialista da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – Eduvale

⁸ Professor Mestre da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – Eduvale

⁹ Professor Especialista da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – Eduvale

¹⁰ Professor Especialista da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – Eduvale.

and the case study method. The development of this work has contributed to improve skills and knowledge acquired at the undergraduate level.

Keywords: Software modeling, vaccination to control, Veterinary Clinic.

INTRODUÇÃO

No Brasil, o mercado de animais de estimação e de produtos veterinários tem apresentado um potencial cada vez maior nos últimos anos. Hoje a população de animais de estimação cresce proporcionalmente ao número de pessoas, e são criados como "pessoas da família".

Manter a carteira de vacinação atualizada é fundamental para a saúde desses animais. De acordo com as “Novas diretrizes vacinais para cães: uma abordagem técnica e ética”, publicadas na revista científica *Clínica Veterinária*, a vacinação ainda é o método de proteção mais confiável e eficaz contra as doenças infecciosas que acometem os animais.

Será modelado um software para auxiliar o profissional da clínica veterinária a manter os dados referentes as vacinas atualizadas e, com isso, tornar os serviços prestados mais ágeis e mais seguros.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (SI)

Para O'Brien (2006, p.6), “Sistema de Informação é um conjunto organizado de pessoas, hardware, software, redes de comunicações e recursos de dados que coleta, transforma e dissemina informações em uma organização”.

Para Rezende (1999), apud Rezende e Abreu (2013, p.38), “Todo sistema, usando ou não recursos de Tecnologia da Informação, que manipula e gera informação pode ser genericamente considerado Sistema de Informação”.

Os sistemas de informação são compostos por software, hardware, pessoas, regras, intranets, Internet, portais e repositórios de dados e interfaces que atuam juntos, com objetivo comum, para receber entradas de dados, processá-los, produzir e distribuir informações e feedbacks para o sistema, nas saídas. Estes sistemas estão cada vez mais presentes no dia-a-dia das pessoas e das organizações. (SHITSUKA, 2005).

Para Rezende e Abreu (2013, p.42), “Os benefícios providos pelos Sistemas de Informação são muito profícuos tanto para as empresas como para as pessoas a elas vinculadas, sejam do corpo interno, sejam clientes”.

Há três razões fundamentais para todas as aplicações de tecnologia da informação nas empresas. Elas são encontradas nos três papéis vitais que os sistemas de informação podem desempenhar para uma empresa.

- Suporte de seus processos e operações;
- Suporte na tomada de decisões de seus funcionários e gerentes; e
- Suporte em suas estratégias em busca de vantagem competitiva. (O'BRIEN, 2006, p.18).

Um Sistema de Informação eficiente pode ter um impacto relevante na estratégia corporativa e no sucesso da empresa. Esse impacto pode beneficiar a empresa, os clientes, usuários e qualquer indivíduo ou grupo que interagir com o sistema. Entre os benefícios que as empresas procuram obter por meios dos Sistemas de Informação estão: redução dos custos e desperdícios, produtividade, flexibilidade, qualidade e inovação. (REZENDE E ABREU, 2013).

ENGENHARIA DE SOFTWARE

Para Pfleeger (2004, p.2), “Como engenheiros de software, utilizamos nosso conhecimento sobre computadores e computação para ajudar a resolver problemas.” A Engenharia de Software abrange um conjunto de três elementos fundamentais: métodos (como fazer), ferramentas (CASE) e procedimentos (elo que mantém juntos os métodos e as ferramentas). Esses elementos possibilitam ao profissional uma base para a construção de software de alta qualidade produtivamente. (PRESSMAN, 1995).

Uma primeira definição de engenharia de software foi proposta por Fritz Bauer na primeira grande conferência [NAU69] dedicada ao assunto: O estabelecimento e uso de sólidos princípios de engenharia para que se possa obter economicamente um software que seja confiável e que funcione eficientemente em máquinas reais. (PRESSMAN, 1995, p.31).

Para nos ajudar a resolver um problema, utilizamos uma variedade de métodos (método ou técnica é um procedimento formal para produzir algum resultado), ferramentas (é um instrumento ou sistema automatizado utilizado para realizar uma tarefa da melhor maneira), procedimentos (é como uma receita: a combinação de ferramentas e técnicas que, em harmonia, produzem um resultado específico) e paradigmas (representa uma abordagem ou filosofia em particular para a construção de software). (PFLEEGER, 2004).

SOFTWARE

Para Hirama (2011, p.5), “Consideram-se “softwares” os artefatos resultantes das atividades de levantamento de requisitos, análise de requisitos, projeto, codificação, testes e outras dentro do seu ciclo de vida”.

O software é composto de: instruções (os programas de computador) que quando executados fornecem a função e desempenho desejados; de estruturas de dados que permitem aos programas manipular as informações de forma adequada e os documentos que descrevem a operação e uso dos programas. (PRESSMAN, 1995).

MODELAGEM

Para Booch (2012, p.7), “Construímos modelos de sistemas complexos porque não é possível compreendê-los em sua totalidade”.

Cada processo pode ser descrito de várias maneiras, utilizando texto, figuras ou uma combinação desses recursos. Os pesquisadores de engenharia de software têm sugerido várias maneiras de se fazer essa descrição, geralmente organizada como modelo que contém as principais características do processo. (PFLEEGER, 2004, p.38).

A modelagem de sistemas de software consiste na representação concisa do sistema, utilizando notações gráficas (diagramas) e textuais (informações) com o objetivo de construir modelos que representam as partes essenciais de um sistema, considerando-se várias possibilidades diferentes e complementares. (BEZERRA, 2007).

FERRAMENTA CASE

Para Guedes (2004, p. 35), “São softwares que de alguma maneira colaboram para a execução de uma ou mais atividades realizadas durante o processo de Engenharia de Software”.

O termo CASE é uma sigla em inglês para Engenharia de Software Auxiliada por Computador. Essa ferramenta auxilia na construção de modelos do sistema, na integração no trabalho de cada membro da equipe e no gerenciamento do andamento do desenvolvimento. Essa ferramenta tem as seguintes características:

Criação de diagramas e manutenção da consistência entre os mesmos; verificar a validade de um conjunto de modelos e a consistência entre os mesmos; capacidade de interagir com o código-fonte do sistema em desenvolvimento e rastreamento de requisitos. (BEZERRA, 2007).

LINGUAGEM DE MODELAGEM UNIFICADA (UML)

A UML é utilizada para a modelagem de sistemas, independente da linguagem de programação utilizada na implementação do sistema e da forma (processo) de desenvolvimento adotada, esse é um fator importante para a sua utilização, pois, diferentes sistemas de software requerem abordagens distintas de desenvolvimento. (BEZERRA, 2007).

A UML pode ser utilizada para visualizar, especificar ou documentar um problema. Ela é especialmente útil para descrever diferentes projetos alternativos e, eventualmente, documentar os artefatos do projeto. Os diagramas em UML incluem a visão dinâmica e estática do sistema, além das restrições e da formalização. A visão dinâmica é representada com os casos de uso, listas de atividades, diagramas de interação mostrando sequência e colaboração, e as máquinas de estado, a fim de ilustrar os estados e suas mudanças. A visão estática é retratada pelos diagramas de classe, que mostram as relações (associação, generalização, dependência e realização) e a extensibilidade (restrições, valores identificados por *tags* e estereótipos). (PFLEEGER, 2004, p.220).

Para Booch (2012, p.13), “A visualização, a especificação, a construção e a documentação de sistemas orientados a objetos é exatamente o objetivo da UML”.

CLASSES

Para Booch (2012, p.53), “Uma classe é uma descrição de um conjunto de objetos que compartilham os mesmos atributos, operações, relacionamentos e semântica”.

Uma classe é representada por uma “caixa” com no máximo três compartimentos, no primeiro (de cima para baixo) é exibido o nome da classe no singular, no segundo são declarados os atributos e no terceiro são declaradas as operações.

Estruturalmente, uma classe é composta de atributos, que correspondem às informações que um objeto armazena e de operações, que correspondem às ações que um objeto sabe realizar. Ao contrário dos atributos (para os quais cada objeto tem seu próprio valor), objetos de uma classe compartilham as mesmas operações. (BEZERRA, 2007).

ATRIBUTOS

Para Booch (2012, p.497), atributo é “uma propriedade nomeada de um classificador, descrevendo uma faixa de valores que as instâncias da propriedade poderão manter”.

Os atributos representam as características de uma classe que costumam variar de um objeto para outro e que possibilitam diferenciar um objeto de outro da mesma classe por causa de tais variações. São apresentados na segunda divisão da classe e possui duas informações, o nome que identifica o atributo e o tipo de dado que o atributo armazena. Na realidade, não é exatamente a classe que contém os atributos, e sim, os objetos dessa classe, portanto, os objetos têm os atributos relativos à classe à qual pertencem. (GUEDES, 2004).

ASSOCIAÇÃO

A associação é um elemento que representa relacionamentos que são formados entre objetos durante a execução do sistema. Embora associações sejam representadas entre classes do diagrama, tais associações representam ligações possíveis entre objetos das classes envolvidas na associação, isto significa que, durante a execução do sistema haverá a possibilidade de troca de mensagens entre objetos dessas classes. (BEZERRA, 2007).

Uma associação é um relacionamento estrutural que especifica objetos de um item conectados a objetos de outro item. A partir de uma associação conectando duas classes, você é capaz de navegar do objeto de uma classe até o objeto de outra classe e vice-versa. (BOOCH, 2012, p.72).

Em uma associação, indica-se que as instâncias de uma classe estão de alguma forma, ligada às instâncias de outra classe, podendo haver troca de informações entre elas e compartilhamento de métodos. (GUEDES, 2004).

GENERALIZAÇÃO

O relacionamento de generalização é também chamado de herança e representa os relacionamentos entre classes. Os termos para evidenciar o relacionamento de herança são bastante variados, o termo subclasse é utilizado para indicar a classe que herda as propriedades de outra classe e, o termo superclasse para a classe que possui propriedades herdadas por outras classes. É importante notar que não somente os atributos e operações são

herdados pelas subclasses, mas também as associações que estão definidas na superclasse. (BEZERRA, 2007).

BANCO DE DADOS

Para Medeiros (2004, p.180), banco de dados é “Uma coleção de dados inter-relacionados e armazenados de forma independente das aplicações que os utilizam“. “Para termos um banco de dados, são necessários três ingredientes: uma fonte de informação, da qual derivamos os dados, uma interação com o mundo real e um público que demonstra interesse nos dados contidos no banco”. (ALVES, 2009, p.23). Para Norton (1996); Stair (1998); Laudon e Laudon (1999), apud Rezende e Abreu (2013, p.195):

Os dados são geralmente organizados em uma hierarquia de dados, no qual o Banco de Dados tem o nível mais alto. Nessa hierarquia, os campos formam um registro, e os registros formam o arquivo. A entidade de um Banco de Dados é uma classe generalizada de arquivo, ou seja, registros específicos que têm seus respectivos atributos ou campos ou itens de dados.

Banco de dados é um sistema de armazenamento de dados, baseado em computador, que possui um arquivo físico de dados, armazenado em dispositivos periféricos, onde estão guardados os dados relacionados entre si, de diversos sistemas, para consulta e atualização pelo usuário. (MEDEIROS, 2006).

Para Medeiros (2004, p.180), “Enquanto um valor é visto isoladamente em um campo, ele é apenas um dado. Quando relacionamos esses dados é que obtemos a informação”.

Informação é qualquer fato ou conhecimento do mundo real e que pode ou não ser registrado/armazenado. Dado é a representação da informação, que pode estar representado em papel, num quadro de aviso ou no disco rígido do computador. (ALVES, 2009).

SISTEMA GERENCIADOR DE BANCO DE DADOS (SGBD)

Para Silberschatz et al. (1999, p.1): Um *Sistema Gerenciador de Banco de Dados* (SGBD) é constituído por um conjunto de dados associados a um conjunto de programas para acesso a esses dados. O conjunto de dados, comumente chamado banco de dados, contém informações sobre uma empresa em particular. O principal objetivo de um SGBD é

proporcionar um ambiente tanto *conveniente* quanto *eficiente* para a recuperação e armazenamento das informações do banco de dados.

Para Medeiros (2006, p.6), “O SGBD é o software responsável pelo gerenciamento, armazenamento e recuperação dos dados“. Um Sistema Gerenciador de Banco de Dados (SGBD) é um conjunto de ferramentas e programas capaz de tornar mais simples o processo de definição/estruturação, criação, manipulação e manutenção do banco de dados. (ALVES, 2009).

LINGUAGEM SQL

Para Silberschatz et al. (1999, p.109): Embora nos refiramos à linguagem SQL como uma “linguagem de consulta”, ela possui muitos outros recursos além da consulta ao banco de dados, como meios para a definição da estrutura de dados, para modificação de dados no banco de dados e para a especificação de restrições de segurança.

A linguagem SQL é a mais utilizada para consulta em banco de dados, e também é utilizada para criar tabelas, inserir, excluir e alterar dados do banco de dados, entre outras utilizações na definição e na manipulação de dados. A SQL oferece o paradigma cliente/servidor, e seu principal objetivo é fornecer ao usuário uma interface de alto nível, capaz de isolá-lo completamente das dificuldades de implementação do sistema. (BAPTISTA, 2011).

MODELO DE DADOS LÓGICO E FÍSICO

O modelo de dados é um conjunto de ferramentas conceituais usadas para a descrição, relacionamento e significado dos dados e regras de consistência. Os modelos lógicos, com base em objetos, são caracterizados por dispor de recursos de estruturação bem mais flexíveis e por viabilizar a especificação clara das restrições dos dados. Os modelos Físicos de dados são usados para descrevê-los nos níveis mais baixos e captam os aspectos de implementação do sistema de banco de dados. (SILBERSCHATZ et al., 1999).

FIREBIRD

Firebird é um banco de dados relacional que disponibiliza muitos recursos padrão ANSI SQL. O software foi desenvolvido para funcionar em Windows, Mac OS e Linux e sua

utilização tem ocorrido desde 1981, em diversos sistemas de produção. (SITE FIREBIRD SQL.ORG, 2015).

O projeto Firebird é um projeto comercialmente independente de programadores C e C++ e consultores técnicos. Esses profissionais trabalham desenvolvendo e melhorando uma plataforma multi-sistema de gerenciamento de banco de dados relacional baseada no código fonte liberado pela Inprise Corp (hoje conhecida como Borland Software Corp). Ele tem o código aberto, portanto, não há nenhuma taxa para download, registro, licenciamento ou implantação, mesmo que você distribua o Firebird como parte de seu pacote de software comercial. (SITE FIREBIRD SQL.ORG, 2015).

IB EXPERT

O IBExpert (anteriormente HK-Software), fundada em 1991 por Holger Klemt, é uma ferramenta que possibilita o gerenciamento de bases de dados de interbase e Firebird em diversas versões. Reconhecido por muitos, como uma ótima ferramenta para administração e manipulação de bancos de dados, o IBExpert possui uma rica e completa interface contendo centenas de opções e ferramentas para o total controle do servidor e bancos de dados IB/FB. Através do site oficial, é possível também baixar a versão completa da ferramenta (trial), a qual contém todos os recursos da ferramenta, entre eles, engenharia reversa de banco de dados, criação do banco a partir da criação do diagrama de ER. (IB EXPERT.NET/IBE/INDEX.PHP, 2015).

ERStudio

O ER/Studio é uma ferramenta CASE, desenvolvido pela Embarcadero Technologies, especializada em modelagem de dados, que atende as necessidades básicas e avançadas dos Analistas de Sistemas, Analistas de Negócios, Administradores de Dados (ADs) e Administradores de Banco de Dados (DBAs) durante todas as fases de análise, projeto, dicionarização, construção e manutenção da estrutura lógica e física do banco de dados.

O ER/Studio Em geral o ER Studio permite Engenharia reversa e geração de scripts precisos, uma rápida e eficiente comparação de alterações, controle de versões simplificado com repositório, modelo lógico e múltiplos físicos para uma completa visão de projeto. A

família ER / Studio inclui: Data Architect, Software Architect, Team Server Core, MetaWizard, Model Repository, Business Architect. (SITE EMBARCADERO, 2015).

PENCIL

Uma ferramenta de prototipagem GUI (Graphical User Interface ou, Interface Gráfica do Usuário, em português) de código-fonte aberto que está disponível para todas as plataformas, as pessoas podem facilmente instalar e usar para criar maquetes em plataformas de desktop populares. Os principais recursos do lápis: fácil prototipagem GUI, o pencil fornece várias coleções formas internas para desenhar diferentes tipos de interface de usuário que variam de desktop para plataformas móveis; exporta para formatos de saída diferentes, você pode ter seu desenho exportado como um conjunto de arquivos png ou como uma página da web que pode ser entregue para os clientes. (SITE PENCIL.EVOLUS, 2015).

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

A segurança da informação tem por objetivo proteger os dados, informações e sistemas contra ações indesejáveis de pessoas mal-intencionadas, bem como, contra as ameaças de vírus, perdas por qualquer que seja o motivo. A política de segurança da informação abrange quatro objetivos básicos: integridade, confidencialidade, disponibilidade e legalidade. É importante que toda organização defina essa política como um item essencial para a garantia de segurança da informação. (SHITSUKA, 2005).

METODOLOGIA

Os métodos utilizados serão: bibliográfico, dedutivo e estudo de caso. A Pesquisa bibliográfica é aquela realizada através de registro disponível anteriormente, em documentos como, livros, revistas, artigos, tese. Utilizando dados ou teorias já estudadas por outros pesquisadores, devidamente registrados. (SEVERINO, 2007).

Para Gil (2010, p.29):

Praticamente toda pesquisa acadêmica requer em algum momento a realização de trabalho que pode ser caracterizado como pesquisa bibliográfica. Tanto é que, na maioria das teses e dissertações desenvolvidas atualmente, um capítulo ou seção é dedicado à revisão

bibliográfica, que é elaborada com o propósito de fornecer fundamentação teórica ao trabalho, bem como a identificação do estágio atual do conhecimento referente ao tema.

Para Severino (2007, p.105), “Dedução: procedimento lógico, raciocínio, pelo qual se pode tirar de uma ou de várias proposições (premissas) uma conclusão que delas decorre por força puramente lógico. A conclusão segue-se necessariamente das premissas”.

Para Ludwig (2009, p. 7): O estudo de caso diz respeito a uma investigação de fenômenos específicos e bem delimitados, sem a preocupação de comparar ou generalizar. Algumas peculiaridades são próprias do estudo de caso. Uma delas é a de que ele visa identificar novos elementos que muitas vezes o pesquisador não pensa em descobrir. Enquanto que para Gil (2002, p. 48): Estudo de caso consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados.

História

A CliniVet iniciou suas atividades em setembro de 2014, visando atender os animais de pequeno porte (cães e gatos), devido a crescente procura desses serviços no Vale de São Lourenço. A clínica, atualmente está preocupada em aumentar a capacidade de resposta em termos de qualidade e disponibilidade de serviços, com o objetivo de prestar um atendimento preciso e personalizado para cada um dos seus clientes, valorizando a comunicação entre veterinário e proprietário. Ao informar o proprietário de “quando” e “quais” vacinas seu animal deve tomar, ele se torna um aliado na luta para uma boa saúde e melhor qualidade de vida desses animais.

O sistema para a Clínica Veterinária trata do gerenciamento das vacinas realizadas em animais domésticos (cães e gatos). O sistema deve avisar, automaticamente, as vacinas aos clientes, através de e-mails ou SMS, com antecedência e avisar se o cliente esqueceu de vacinar.

Requisitos Funcionais

- O sistema deve permitir a inclusão, alteração e busca de Proprietários;
- O sistema não deve permitir a exclusão de proprietário que contenha registros;
- O sistema deve permitir a inclusão, alteração e busca de animais;

- O sistema não deve permitir a exclusão de animal que contenha registros;
- O sistema deve permitir a inclusão, alteração e busca de vacinas;
- O sistema não deve permitir a exclusão de vacina que contenha registros;
- O sistema deve permitir o registro de vacinação no histórico do animal;
- O sistema deve, a partir do registro da primeira vacina, criar uma agenda com as próximas vacinas e enviar e-mail ou sms para o proprietário.

Lembrando que os atores que irão interagir com o sistema são: a secretária e o veterinário. De acordo com Booch (2012, p.154), “*include* especifica que o caso de uso origem incorpora explicitamente o comportamento de outro caso de uso em um local especificado pela origem”. Para Guedes (2004, p. 242), *include* “indica que um Caso de Uso inclui a funcionalidade de outro em determinado ponto”.

CONCLUSÃO

O sistema proposto neste trabalho foi modelado com o objetivo de oferecer uma solução simples, permitindo informatizar uma das principais atividades da clínica veterinária, que é a vacinação. Um controle eficiente das vacinas e o envio de mensagens é uma forma de garantir que o proprietário vá à clínica sempre que for necessário vacinar seu animal de estimação, assim, melhorando o relacionamento com os clientes e a fidelização dos mesmos.

Devido ao crescimento da concorrência, é importante que a clínica procure e adote novas formas de intensificar a relação com seus clientes e, ter as informações corretas e atualizadas, com fácil acesso demonstra profissionalismo e preocupação com a saúde dos animais.

Por meio das pesquisas realizadas, e a partir delas a realização da modelagem e desenvolvimento do protótipo foram possíveis.

A modelagem é extremamente importante e está relacionada com o formato do negócio, como ele está organizado. Entender a rotina de vacinação na clínica, conhecer os tipos de vacinas e os períodos que devem ser aplicadas foram decisivos para definir o que era preciso fazer para alcançar os resultados esperados.

É importante ressaltar que na modelagem do software não são verificadas as soluções tecnológicas para o problema, ou seja, nesta modelagem não foram considerados aspectos referentes à implementação. De um modo geral a realização deste trabalho, permitiu ampliar conhecimentos adquiridos durante o decorrer do curso de graduação.

Tenho como perspectivas futuras, modelar outros módulos, aprender uma linguagem de programação e desenvolver esse sistema.

REFERÊNCIAS

ALVES, William Pereira. **Banco de Dados: Teoria e Desenvolvimento** 1ª. Ed., São Paulo: Érica, 2009.

ArgoUML, site sobre. Disponível em: < <http://argouml.tigris.org/>>. Acesso em 10 dez. 2014.

BAPTISTA, Luciana Ferreira. **Linguagem SQL: Guia Prático de Aprendizagem**. 1ª. Ed., São Paulo: Érica, 2011.

BEZERRA, Eduardo. **Princípios de Análise e Projeto de Sistemas com UML**. 9ª. reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

GUEDES, Gilleanes T.A. **UML: Uma Abordagem Prática**. 1ª. Ed., São Paulo: Novatec Editora, 2004.

HIRAMA, Kechi. **Engenharia de Software: qualidade e produtividade com tecnologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

IBEXPERT.NET site **ibe/index.php?n=Main.IBExpertKG** Disponível em: < <http://ibexpert.net/ibe/index.php?n=Main.IBExpertKG> > Acesso em 20 outubro. 2015.

LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane P. **Sistemas de Informação**. 4ª. Ed., Rio de Janeiro: LTC, 1999.

LUDWIG, Antonio Carlos Will. **Fundamentos e Prática de Metodologia Científica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MEDEIROS, Marcelo. **Banco de Dados para Sistemas de Informação**. Florianópolis, SC: Visual Books, 2006.

MEDEIROS, Ernani. **Desenvolvendo Software com UML 2.0: Definitivo**. 1ª. Ed., São Paulo: Pearson Makron Books, 2004.

NOGUEIRA, Marcelo. **Engenharia de Software: Um Framework para a Gestão de Riscos em Projetos de Software**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2009.

NORTON, Peter. **Introdução à Informática**. São Paulo: Makron Books, 1996.

O'BRIEN, James A. 1936- **Sistema de Informação e as decisões gerenciais na era da internet**. Tradução Célio Knipel Moreira e Cid Kinpel Moreira - 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

PENCIL, site sobre. Disponível em: <<http://pencil.evolus.vn/>>. Acesso em 18 dez. 2015.

PFLIEGER, Shari Lawrence. **Engenharia de software teoria e prática**. Tradução Dino Franklin; Revisão técnica Ana Regina Cavalcante da Rocha. 2ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

REZENDE, D. A. e ABREU, A. F. de. **Tecnologia da Informação Aplicada a Sistemas de Informações Empresariais**. 9ª. Ed., São Paulo: Atlas, 2013.
SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23ª. Ed. rev. E atual., São Paulo: Cortez, 2007.

SHITSUKA, Rablith I.C.M; SHITSUKA, Caleb D.W.M; SHITSUKA, Ricardo; SHITSUKA, Dorlivete M. **Sistemas de Informação. Um Enfoque computacional**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda., 2005.

SILBERSCHATZ, Abraham; KORTH, Henry F.; SUDARSHAN, S. **Sistema de Banco de Dados**. São Paulo: Pearson Makron Books, 1999.

STAIR, Ralph M. **Princípios de Sistemas de Informação: Uma Abordagem Gerencial**. 2ª. Ed., Rio de Janeiro: LTC, 1998.

A IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA CONSTRUÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR

Gisllene Oliveira Souza
Jéssica Fernanda Rocha Franco
Karoline Saraiva Pultrini
Pollyanna da Silva Moura Marion
Viviane Almeida Branco Santana
Ideylson da SilvaVieira dos Anjos
Gustavo Leandro Martins dos Santos

RESUMO

Este artigo tem como tema A Importância do Projeto Político Pedagógico na Construção da Gestão Escolar, com o intuito de problematizar como o PPP é significado pelos diferentes agentes públicos no cotidiano escolar. Enquanto estudantes do curso de Pedagogia, concebemos as ações do mesmo como indispensáveis para a emancipação da própria comunidade escolar. O Projeto Político Pedagógico tem sido objeto de estudos para professores, pesquisadores e instituições educacionais em níveis: nacional, estadual e municipal enquanto potencializadora da melhoria da qualidade do ensino. Com o objetivo de compreender como a gestão colabora com a efetivação do Projeto Político Pedagógico na aquisição da escola pública de qualidade, foi realizado uma entrevista com um gestor de escola pública da cidade de Jaciara/MT, onde constavam questões com perguntas abertas e fechadas para compreender como a gestão proporciona as discussões da elaboração do Projeto Político Pedagógico em relação às maiores dificuldades enfrentado pela escola. Ancoramos em alguns autores, que discorrem sobre tema entre eles: (GADOTTI, 1994; VEIGA, 2005; FREITAS, 2004; TARDIF E GAUTHIER, 1996; LIBÂNEO, 2004; PARO, 2003; MONFREDINI, 2002; FONSECA, 2002), para sustentar nossas discussões.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico. Currículo. Gestão Escolar.

ABSTRACT

This article focuses on the importance of the Pedagogic Political Project in the Construction of School Management, in order to discuss how the PPP is meant by different public in everyday school life. As students of the Faculty of Education, we design shares the same as indispensable for the emancipation of their own school community. The Educational Policy Project has been the subject of studies for teachers, researchers and educational institutions at levels: national, state and municipal as potentiating improving the quality of education. In order to understand how the management works with the execution of the Pedagogic Political Project in the acquisition of quality public school, it was conducted an interview with a public school manager of the city of Jaciara / MT, which contained questions with open and closed questions to understand how management provides discussions of the preparation of the Pedagogic Political Project in relation to the major difficulties faced by the school? Anchored in some authors who talk about theme among them: (GADOTTI, 1994; VEIGA, 2005;

FREITAS, 2004; Tardif and GAUTHIER, 1996; Libâneo, 2004; PARO, 2003; MONFREDINI, 2002; FONSECA, 2002), to support our discussions.

Keywords: Pedagogical Political Project. Curriculum. School management.

INTRODUÇÃO

De acordo com as experiências vividas no estágio anterior, e pesquisas realizadas acerca do Projeto Político Pedagógico, este artigo aborda a importância do Projeto Político Pedagógico na Construção da Gestão Escolar, consideramos que as ações advindas geradas por ele norteiam o cotidiano educacional. Com o intuito de evidenciar qual sua importância e se os resultados estão sendo alcançados com a elaboração do Projeto implementado, nos lançamos a problematizar como a escola Estadual Modelo Santo Antônio vem ancorando os seus fazeres mediante ao planejado no texto.

O Projeto Político Pedagógico (PPP), preocupa-se com a gestão dos resultados de aprendizagem, através da organização, planejamento e acompanhamento do universo escolar, levando sempre em consideração a realidade que os alunos e famílias estão inseridos, pois a realidade social dos mesmos, afeta sua vida escolar. Entretanto para construir o PPP, a escola deve ter autonomia e se basear em referenciais com teorias pedagógicas, que tenham compromisso de solucionar problemas educativos e de ensino.

Sabemos que o PPP vai além de elaboração de planos para cumprir exigências, sendo ele um instrumento que busca direção, e é produzido coletivamente considerando os objetivos e prioridades propostos pela maioria, já que é uma construção coletiva que conta com a instituição de ensino, os pais, alunos, funcionários e conselho escolar e membros da comunidade que se interessam em colaborar para a melhoria significativa da qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

Para nortear essas questões, buscou-se suporte na teoria de alguns autores renomados, que discorrem sobre nosso tema que são eles: (GADOTTI, 1994; VEIGA, 2005; FREITAS, 2004; TARDIF E GAUTHIER, 1996; LIBÂNEO, 2004; PARO, 2003; MONFREDINI, 2002; FONSECA, 2002). As considerações desses autores serviram de fundamentação para este estudo.

A pesquisa realizada nesse trabalho tem caráter qualitativo, buscando informações através das concepções teóricas, na qual realizamos uma pesquisa através de questionário com a Diretora da Escola Estadual Modelo Santo Antônio, a qual se encontra no seu primeiro ano de exercício, em referência ao exposto, no desenvolvimento desse trabalho, procuramos

responder a pergunta: Como a gestão proporciona as discussões da elaboração do Projeto Político Pedagógico em relação às maiores dificuldades enfrentado pela escola?

1 Projeto Político Pedagógico

O projeto político-pedagógico tem sido objeto de estudos para professores, pesquisadores e instituições educacionais em nível nacional, estadual e municipal, como elemento propositor da melhoria da qualidade do ensino. NOGARO (1995, p.68) afirma que a ausência do Projeto Político Pedagógico, impossibilita o desenvolvimento educacional de qualquer instituição de ensino.

Conceituando o projeto político pedagógico no sentido etimológico, o termo projeto vem do latim *projectu*, particípio passado do verbo *projicere*, que significa lançar para diante. Plano, intento, desígnio. (Ferreira 1975, p. 1.144).

Neste sentido o intuito da construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) é tornar a escola o lugar de debate, discussões, diálogos fundamentada na reflexão sobre a sociedade, onde atue e em ações que promovam a atenção na qual está imersa, é o espaço de pensar as concepções de sociedade, homem, cidadania e cultura, realizar e avaliar o seu projeto educativo, para contemplar seus alunos, a comunidade escolar, uma vez que necessita da organização do seu trabalho pedagógico com base em sua realidade.

O PPP é uma ação intencional com o compromisso definido coletivamente, além de pedagógico é também um projeto político, pois, “é político no sentido de formação do cidadão para um tipo de sociedade, e é pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e suas intencionalidades”. (VEIGA, 1995, p.13). As dimensões políticas e pedagógicas são indissociáveis, pois a intencionalidade educativa é a formação do homem indivisível, que ao ser participativo e crítico, transforma a si e compromete-se com a causa humana.

Segundo Veiga (2005) o Projeto Político Pedagógico (PPP) busca um rumo uma direção, sendo um projeto político visando à formação do cidadão não é um simples agrupamentos de planos de ensino e de atividades diversas, mas é constituído e vivenciado em todos os momentos, por todos envolvidos, evidenciando o que será feito no processo educativo, visando à organização de toda equipe escolar e assim assegurando todo o processo do aluno e o seu desenvolvimento quanto cidadão, sendo um processo permanente de reflexão e discussão das problemáticas que envolvem o cotidiano institucional, buscando alternativas para o seu melhoramento.

Na construção dos projetos das escolas planeja-se o que tem a intenção de fazer, de realizar. Lançando para diante, buscando o possível. É antever um futuro diferente do presente, com possibilidades de repensar o proposto. Nas palavras de Gadotti:

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores. (1994, p. 579)

Nessa perspectiva, o projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas conduzidas pelo coordenador pedagógico. Não é algo que é construído e em seguida arquivado pelos gestores ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola. A sua elaboração, implementação e acompanhamento deve fazer parte dos planos de ações dos gestores escolares.

Para Veiga “o projeto político-pedagógico da escola, ao se identificar com a comunidade local, busca alternativas que imprimam dimensão política e social à ação pedagógica.” (2001, p.62). Nesse sentido é imprescindível o esforço coletivo para buscar os pressupostos teóricos e metodológicos que irão permear o “pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (art.2º da Lei nº 9.394/96).

2 Gestão democrática

A construção da gestão democrática intenciona uma igualdade de autonomia para a unidade escolar, e ela é responsável para apoiar o ensino de qualidade e buscar os caminhos com uma visão mais ampla no desenvolvimento da escola, articulando as diferentes áreas e profissionais que atuam na escola para o alcance de objetivos e metas.

Esta chamada para que todos os membros da escola participem é algo novo, porque há alguns anos atrás, os demais funcionários e membros da escola, não podiam fazer parte nas tomas de decisões das instituições educacionais e hoje em dia, essas regras foram mudadas, pelo pressuposto de que todos educam no espaço escolar e porque a gestão é um grupo social de pessoas, e o pressuposto de que todos.

(...) A gestão é a atividade pela qual são mobilizados meios e procedimentos para se atingir os objetivos da organização, envolvendo, basicamente, os aspectos gerenciais e técnico-administrativos. Nesse sentido é sinônimo de administração. (LIBÂNEO, 2004, p. 101).

O zelo com o espaço físico da escola, bem como da cidade é um dever de todos devido a escola pertencer á comunidade e fazer parte de um bem público, comA gestão democrática é aquela que todos participam nas tomadas de decisões da escola, como: gestores, professores, funcionários, pais e outros responsáveis, porque A democratização da gestão tem por finalidade a possibilidade para melhorar a qualidade de ensino nas práticas pedagógicas, e no processo educacional das escolas, na construção do currículo, que contemple a realidade da comunidade, na comunhão de todos os sujeitos que trabalham na escola.

2.1 Currículo

A escola abarca as questões sociopolíticas, visando à formação do cidadão para a sociedade, tendo o currículo o espaço onde se dá as definições das ações educativas para que se cumpra a proposta da escola.

O currículo não é só uma relação de matérias e disciplinas com seu corpo de conhecimento organizado numa sequência lógica, mas parte-se dos aspectos socioculturais, da dinâmica do dia-a-dia que interferem no ensino/aprendizagem. Envolver a todos na discussão sobre o currículo torna-se primordial na busca de objetivos mais condizentes com o esperar de todos, pois através do debate que são discutidas e concretizadas as metas do currículo, para que todos os alunos tenham a mesmas condições de aprendizagens.

O PPP ao ser elaborado tem a função de ajudar na conquista e consolidação da autonomia da escola necessita assim, ser organizado e conduzido por concepções de conhecimento, promovendo o desenvolvimento integral dos indivíduos, atualizando-se e transformando-se de acordo com os avanços e as mudanças da comunidade escola.

Neste contexto, a escola tem autonomia para decidir que caminho seguir, que identidade deseja ter, as concepções que deseja desenvolver frente aos seres humanos que deseja formar. Mas para que todo esse processo resulte em práticas pedagógicas crítica e transformadora da realidade atual, é necessário que antes o professor e demais membros da comunidade escolar tenham conhecimento sobre o que é um projeto político-pedagógico, que é apresenta-se como um instrumento de exercício da autonomia.

A autonomia é delegada às escolas públicas no Brasil e responsabilizam individualmente cada unidade escolar e os profissionais que nela atuam pela inclusão ainda que formal dos diferentes interesses existentes no espaço escolar (Monfredini, 2002). Segundo Monfredini:

Ainda que os projetos pedagógicos se traduzam em diferentes e inúmeras iniciativas, a maioria delas prevê o envolvimento dos professores em sala de aula. Geralmente as escolas planejam as ações com base na escolha de uma temática central — tema gerador — que orienta o planejamento de palestras, seminários, atividades com os pais e a comunidade e o trabalho dos professores nas respectivas disciplinas. A maioria dos professores se envolve com estes temas na própria sala de aula. Ou seja, de acordo com a temática central, privilegiam determinados conteúdos do programa a serem trabalhados com os alunos (Monfredini, 2002 p. 50).

Para que se possa realizar uma prática pedagógica comprometida com a realidade escolar, é indispensável que, além do conhecimento desta realidade, promova-se um processo de reflexão crítica, sensibilizando a comunidade escolar para a elaboração do projeto político-pedagógico buscando soluções práticas para os problemas detectados ou futuros problemas a serem enfrentados, observando que este é um processo em constante construção/reconstrução, estando sempre abertos as novas análises, argumentações e questionamentos quanto às necessidades no decorrer de sua organização. A construção do PPP visa uma nova organização no trabalho pedagógico com a participação da comunidade, visando a integração dos diferentes saberes.

2.3 O saber docente

O educador tem papel fundamental em educar as crianças, jovens e adultos, por isso deve ter conhecimentos diversificados para cada situação em que atua, agindo de maneira diferenciada, com concepções teorias/ metodologias distintas. Desse modo, o “saber profissional” dos docentes não é organizado apenas por “saber específico”, mas por diversas atribuições, de diferentes originalidades.

Segundo Gauthier (2006, p.28):

Quando esclarece que é muito mais pertinente conceber o ensino como a mobilização de vários saberes que formam uma espécie de reservatório no qual o professor se abastece para responder a exigências específicas de sua situação concreta de ensino.

Portanto no cotidiano escolar, os professores projetam, realizam o plano didático, adotam metodologias apropriadas para cada disciplina e criam instrumentos necessários de avaliação. Melhor dizendo, o docente tem a função de planejar e atuar suas aulas, atingindo a aprendizagem dos alunos, à vista disso, recorre diferentes saberes necessários para a concretização de objetivos propostos.

De acordo com Tardif, Lessard e Lahaye (1991, p. 218):

A relação dos docentes com os saberes não se reduz a uma função de transmissão dos conhecimentos já constituídos, (pois) sua prática integra diferentes saberes, com os quais o corpo docente mantém diferentes relações.

Neste sentido, para conseguir alcançar as metas elaboradas, o professor emprega os saberes das matérias, saberes curriculares, saberes de sua formação profissional e os saberes da prática.

Os saberes do docente compreendidos no decorrer da sua formação inicial, serão reorganizados e se reconstruindo no cotidiano da sala de aula, desde os saberes curriculares, da prática e de outros saberes profissionais no decorrer de sua formação continuada.

Para Ghautier (2006, p.33):

Quer se trate de um momento único ou repetido infinitas vezes, a experiência do professor não deixa de ser uma coisa pessoal e, acima de tudo, privada. Embora o professor viva muitas experiências das quais tira grande proveito, tais experiências, infelizmente, permanecem confinadas ao segredo da sala de aula. Ele realiza julgamentos privados, elaborando ao longo do tempo uma espécie de jurisprudência composta de truques, de estratégias e de maneiras de fazer que, apesar de testadas, permanecem em segredo. Seu julgamento e as razões nas quais ele se baseia nunca são conhecidos nem testados publicamente.

Tardif, Lessard e Lahaye (1991, p. 227) afirmam que “para os professores, os saberes adquiridos através da experiência profissional constituem os fundamentos de sua competência, (pois) é através deles que os professores julgam sua formação anterior ou sua formação ao longo da carreira”. Portanto, é relevante entender os saberes da realidade dos educadores, pois eles nos proporcionarão subsídios necessários para compreender como os professores expressão seu trabalho pedagógico. E como estes se encontram registrados, contemplados ou esperados no PPP da escola.

Para compreender como os gestores coordenam os saberes e as práticas na organização do PPP, fez-se necessário uma pesquisa de campo para coleta dos dados que foram analisados e estão apresentados a seguir.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

Nossos estudos foram pautados na técnica de coleta de informações por meio de pesquisas bibliográficas realizadas em livros, artigos e sites na internet, e autores que contemplaram o tema abordado.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

A pesquisa realizada nesse trabalho tem caráter qualitativo, buscando informações através das concepções teóricas, na qual faremos as devidas análises dos questionários buscando nos apropriarmos dos detalhes, para melhor compreensão das experiências compartilhadas pelo sujeito.

Segundo Minayo (2010, p. 57), o método qualitativo pode ser definido como:

...é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam. Embora já tenham sido usadas para estudos de aglomerados de grandes dimensões (IBGE, 1976; Parga Nina et.al 1985), as abordagens qualitativas se conformam melhor a investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais sob a ótica dos atores, de relações e para análises de discursos e de documentos.

A metodologia é muito mais que técnicas. Ela inclui as concepções teóricas da abordagem, articulando-se com a teoria, com a realidade empírica e com os pensamentos sobre a realidade. No entanto, nada substitui a criatividade do pesquisador.

Foi aplicado um questionário confeccionado sob inspiração teórica onde se realizou uma entrevista com uma Diretora no ano de 2016, a qual se encontra em seu primeiro ano de exercício na Escola Estadual Modelo Santo Antônio. Em conversa com a mesma explicamos sobre este questionário e fomos bem recebidas.

No questionário dirigido a Diretora aqui identificada por Ferreira, onde foram aplicadas dez questões, as quais foram combinadas com questões abertas e fechadas.

4 ANÁLISES E RESULTADOS DA PESQUISA

No primeiro momento perguntamos a Diretora se o Projeto Político Pedagógico (PPP) e gestão democrática necessariamente caminham juntos? A Diretora respondeu que sim, onde justificou a sua afirmação, para a mesma “*a elaboração do PPP, precisa da participação de todos os segmentos da escola*”. Conforme Veiga (2005) um PPP busca um rumo, uma direção com um propósito intencional definido coletivamente por decisões democráticas pelos envolvidos no processo educativo da escola, visando uma homogeneização do processo pedagógico.

Na segunda questão, questionamos de que maneira o Projeto Político Pedagógico pode garantir a eficácia do currículo da escola? A Diretora argumentou assim, “*porque ele que direciona todos os conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais com foco na realidade da nossa clientela*”. Demerval Saviani no seu livro: Sobre a natureza e especificidade da Educação, concebe o currículo como a “... organização do conjunto das atividades nucleares distribuídas no espaço e tempos escolares, um currículo é, pois, uma escola funcionando, quer dizer, uma escola desempenhando a função que lhe é própria” (1992 (b), p. 36).

Portanto a Diretora disse que segue a Teoria de Saviani, pois ela contribui para a concretização das atividades propostas, respeitando a realidade escolar em determinados tempos e espaços.

Em seguida na terceira questão, perguntamos se para ela, o Projeto Político Pedagógico é uma realidade nas escolas brasileiras ou ainda estamos distante dessa prática? A mesma respondeu que, “*o fazer PPP já é uma realidade, porém ainda a sua prática em alguns lugares acontece de forma lenta*”. NOGARO (1995, p.68) afirma que a ausência do Projeto Político Pedagógico, impossibilita o desenvolvimento educacional de qualquer instituição de ensino.

Na sequência a quarta questão indagamos a Diretora se na sua unidade escolar acontecem momentos de discussão do coletivo para a (re) elaboração do Projeto Político Pedagógico? A mesma respondeu que *sim*. Então pedimos para que justificasse a sua resposta, “*na semana pedagógica faz a revisão do PPP juntamente com todos os segmentos*”.

Sob esta ótica, o projeto é um meio de engajamento coletivo para integrar ações dispersas, criar sinergias no sentido de buscar soluções alternativas para diferentes momentos do trabalho pedagógico-administrativo, desenvolver o sentimento de pertença, mobilizar os protagonistas para a explicitação de objetivos comuns, definindo o norte das ações a serem desencadeadas, fortalecer a construção de uma coerência comum, mas indispensável, para que a ação coletiva produza seus efeitos. (VEIGA, 2003, p.275).

A atuação efetiva do coletivo, além de colaborar com a gestão democrática permite, ao mesmo tempo, a construção de um PPP graças ao qual propicia espaço de participação nos processos decisórios da escola.

A quinta questão, a qual perguntamos sobre a sua opinião, em, pensar na construção de Projeto Político Pedagógico é pensar na melhoria da qualidade de ensino? Para a Diretora *sim*, “*porque ele é o direcionamento de todas as atividades a ser realizadas na escola*”. Segundo Veiga (2005) o Projeto Político Pedagógico (PPP) busca um rumo uma direção, sendo um projeto político visando à formação do cidadão não é um simples agrupamentos de planos de ensino e de atividades diversas, ele é constituído e vivenciado em todos os momentos, por todos envolvidos, mostrando o que será feito no processo educativo da escola, visando à organização de toda equipe escolar garantindo todo o processo do aluno e o seu desenvolvimento quanto cidadão, sendo um processo permanente de reflexão e discussão, busca alternativas para melhorar o âmbito escolar.

Na sexta questão a qual perguntamos o que você gestor (a) entende por gestão democrática? A mesma justificou dizendo que, “*é a descentralização do poder, que a tomada de decisões repasse por todos os segmentos (participação de todos)*”.

“... a participação democrática não se dá espontaneamente, sendo antes um processo histórico de construção coletiva, coloca-se a necessidade de se preverem mecanismos institucionais que não apenas viabilizem mas também incentivem práticas participativas dentro da colégio pública. Isso parece tanto mais necessário quanto mais considerarmos nossa sociedade, com tradição de autoritarismo, de poder altamente concentrado e de exclusão da divergência nas discussões e decisões” (Paro, 2003, p. 46)

Na sétima questão indagamos se é possível afirmar que a gestão na sua escola é encaminhada por meio de um processo democrático? A Diretora nos afirmou que *sim*, onde justificou dizendo que “*todas as decisões são tomadas no coletivo da escola*”. De acordo com Paro (2006, p.25), “Não pode haver democracia plena sem pessoas democráticas para exercê-las”.

Na sequência na oitava questão perguntamos a Diretora, quais as medidas que você como gestor (a) tomaria para formar uma escola democrática? A mesma nos indagou da seguinte forma, “*incentivar a participação de todos no processo escolar*”. Para Dourado (2002), a gestão democrática constitui-se como um processo de aprendizado e de luta política, possibilitando a criação e efetivação de canais de participação, de aprendizado do “jogo democrático”, e tendo como resultado a reflexão das estruturas autoritárias, com vistas à sua transformação.

A nona questão seguinte questionamos se a construção do saber docente se dá por diferentes saberes? Neste momento a Diretora só respondeu que *sim*, sem justificar a sua resposta. Segundo Tardif e Gauthier (1996, p. 11), “O saber docente é um saber composto de vários saberes oriundos de fontes diferentes e produzidos em contextos institucionais e profissionais variados”.

Na última questão perguntamos se os saberes necessários ao ensino são reelaborados e construídos pelos professores em confronto com as práticas do cotidiano escolar? Mais uma vez a Diretora só afirmou que *sim*, sem justificar a sua resposta. De acordo com Tardif, Lessard e Lahaye (1991, p. 218) “a relação dos docentes com os saberes não se reduz a uma função de transmissão dos conhecimentos já constituídos, (pois) sua prática integra diferentes saberes, com os quais o corpo docente mantém diferentes relações”.

5 Considerações

Este trabalho teve como objetivo investigar a importância do Projeto Político Pedagógico (PPP) na construção da Gestão Escolar. Diante disso podemos destacar que o PPP é um documento norteador das atividades realizadas na escola, na qual o mesmo é a identidade da instituição, que deve andar em consonância com a realidade que os alunos e a escola estão inseridos, voltada para a educação do cidadão.

O Projeto Político Pedagógico não deve ser guardado e esquecido em gavetas, pois através de suas ações que foram propostas de acordo com as necessidades encontradas, que a escola alcançará seus objetivos. E para que isso aconteça é de fundamental importância o acompanhamento e a construção do mesmo, para que estejam pautados numa administração participativa e coletiva, que englobe todos os membros da comunidade escolar, e que o processo de avaliação seja constante, visando à oportunidade de reflexão para mudança de direção e novos caminhos se necessário. O Projeto Político Pedagógico de uma escola democrática têm princípios democráticos, em especial na democracia participativa, dando direitos de participação para estudantes, professores e funcionários. Na construção de um Projeto Político Pedagógico, a escola deve levar em consideração as práticas e necessidades da comunidade escolar.

Desse modo é fundamental que o educador tenha os saberes docentes para um bom desenvolvimento pedagógico, além de criar novos saberes que contribuirão na gestão democrática. No qual são saberes diversificados que precisam ser organizados na prática.

A Gestão Democrática procura melhorar as práticas que, regularmente emprega, pretendendo o desenvolvimento de qualidade da educação. Além disso, a Gestão Democrática vem nos mostrando como é de suma importância o trabalho interativo, e o reconhecimento de princípios trazidos pela comunidade escolar para que todos possam se sentir membro do processo Educativo.

Ao longo deste estudo percebemos a importância e a necessidade de se construir coletivamente um Projeto Pedagógico da escola. Todos devem entender que a gestão democrática, é sinônimo de projeto coletivo, que pode ser viabilizado se o conjunto de todos os segmentos que lidam com a educação-governo, escolar e sociedade, estiverem dispostos a participar de forma compartilhada.

Concluimos que apesar das dificuldades relacionadas ao processo de gestão democrática, é possível se construir um ambiente em que cada membro da comunidade educacional sintam-se parte importante do mesmo. Através da ação verdadeiramente política-pedagógica do gestor escolar, atuando como um incentivador, um líder democrático que ouve que dá oportunidade a todos os componentes de opinarem e decidirem as soluções adequadas aos problemas existentes, portanto tem o dever de realizar uma ação comprometida e acima de tudo, democrática.

REFERÊNCIAS

DOURADO, Luiz Fernandes. **A gestão democrática e a construção de processos coletivos de participação e decisão na escola.** In:AGUIAR, Márcia Ângela da S.; FERREIRA, Naura Syria Carapeto. Para onde vão a orientação e a supervisão educacional? Campinas: Papyrus, 2002. p.149-160

FERREIRA, Naura S. C.; AGUIAR, Márcia Ângela (orgs.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

GAUTHIER, Clermont et al. **Por uma teoria da pedagogia: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente.** 2ª ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2006.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (orgs.). **Autonomia da escola: princípios e propostas.** 6ª ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2004. Disponível em:http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_sonisvaldo_souza_ribeiro.pdf> acesso em 23/03/12.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão Escolar Teoria e Prática.** Goiânia: Ed. Alternativa, 5ª edição, 2004.

MARTINS, Paulo de Sena. Planejamento e plano nacional de educação. **Cadernos Aslegis**, Brasília, n. 39, jan./abr.2010.

MINAYO, M.C. de S. (2010). **O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**.(12ª edição). São Paulo: Hucitec-Abrasco.

NOGARO, Arnaldo. **Reflexão Sobre Pressupostos que norteiam o Projeto Político Pedagógico da Escola Perspectiva**. Erechim. V.19, nº 67 – 74 setembro 1995.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática na colégio pública**. 3ª ed. São Paulo: Editora Atica, 2003.

VEIGA, Ilma A. Passos. **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível**. 19 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2005.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória?** CEDES , São Paulo: Cortez, vol.23, n.61, p.267-281, dez. 2003.

VEIGA, Ilma P.A. (Org.). **As Dimensões do Projeto Político-Pedagógico**. Campinas, 4. ed. SP: Papyrus, 2001.

_____. **Escola: Espaço do Projeto Político-Pedagógico**. 7. ed. Campinas, SP: Papyrus. 1998

_____. **Projeto Político-Pedagógico da Escola: Uma Construção Possível**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

_____. **Projeto Político-Pedagógico: Educação Superior**. Campinas, SP; Papyrus, 2004.

A VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Chryslaine Monteiro
Gleice da Silva Anderson
Laura Brandalise Borges
Maria Auxiliadora Pereira
Milena Ap.Rodrigues Rosa
Renata Ap.Delfino Araújo

RESUMO

Este texto tenciona debater sobre “A valorização dos profissionais da educação”. Faz parte da disciplina “Seminário Integrador de Práticas Pedagógicas” do curso de Pedagogia. A questão que norteia o mesmo é: Será que o profissional da educação está sendo valorizado na atualidade? Intencionamos saber de que maneira este profissional se projeta no contexto de sua prática docente e como á partir desta vislumbra a construção de uma sociedade futura. Pressupondo que quando há reconhecimento e respeito por estes profissionais todos passam a ter satisfação em relação ao trabalho ofertado (comunidade) como na realização do mesmo (profissionais). Sustentamos teoricamente o texto com os autores: Antunes (2007), Sant’Anna (1995), entre outros. A metodologia utilizada para o estudo foi qualitativa de cunho bibliográfico, onde analisamos textos de vários autores que conversam sobre o tema, nos aprofundando mais nas recentes Políticas Educacionais, com técnica de entrevistas, realizamos um questionário com questões semiestruturadas, com a presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Educação e com uma professora da escola pública ambos residentes em Jaciara. Os resultados obtidos da pesquisa nos mostra que o profissional da educação precisa de maiores condições para desenvolver práticas educativas mais condizente com as necessidades sociais.

Palavras-chave: Valorização, Educação, atualidade.

SUMMARY

This text intends to discuss "The value of education professionals". It is part of the discipline "Integrating Seminar of Pedagogical Practices" of the Pedagogy course. The question that guides the same is: Is the education professional being valued at the present time? We intend to know how this professional projects in the context of his teaching practice and how from this he envisions the construction of a future society. Assuming that when there is recognition and respect for these professionals, they are all satisfied with the work offered (community) and the work (professionals). We theoretically supported the text with the authors: Antunes (2007), Sant'Anna (1995), among others. The methodology used for the study was a qualitative bibliographical one, where we analyzed texts of several authors that talk about the subject, going deeper into the recent Educational Policies, using interview technique, conducted a questionnaire with semistructured questions, with the president of the Union of Education Workers and a public school teacher both residing in Jaciara. The results

obtained from the research show that the education professional needs greater conditions to develop educational practices that are more in keeping with social needs.

Key words: Appreciation, Education, current affairs.

Introdução

Na atualidade, as discussões sobre a qualidade da educação têm caminhado muito próximo, das pautas sobre a Valorização do Magistério, principalmente quando se atribui esta qualidade ao desempenho obtido pelos alunos em diferentes níveis e modalidades do ensino. Os resultados produzidos pelos alunos seriam o reflexo do desempenho dos profissionais que atuam nas instituições públicas, seria a grande pergunta que se faz ao analisarmos a quantidade de formações promovidas pelos órgãos que regulamentam a educação nas esferas estaduais, municipais e federal nos últimos anos, como se apenas os aspectos formativos fossem responsáveis por produzir as mudanças no cenário educativo do Brasil.

A questão que nos move neste texto é: Será que o profissional da educação está sendo valorizado na atualidade? Apoiadas na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN 9394/96), em autores como Antunes (2007) e Sant'Anna (1995), que teorizam a cerca da docência e dos desdobramentos da mesma nos diferentes cotidianos, problematizamos que a desvalorização desses profissionais não é algo pontual, bem como não se pode trazer para a singularidade do sujeito, mas na observação de um conjunto de fatores que concorrem tanto para aquilo que esta sendo chamado de valorização como de qualidade do ensino na escola pública. Para enriquecimento do tema foi realizados pesquisa qualitativa, bibliográfica com o auxílio de estudo de caso, para coletar informações que foram documentadas em forma de relatório, que envolvendo a consulta de fontes, a leitura e também técnicas para investigar o assunto.

A referida pesquisa foi realizada no Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso (SINTEP) e com uma professora de escola pública de Jaciara.

Este estudo está organizado em três partes sendo a primeira a “a gestão educacional e os processos de valorização do magistério (professor) e os principais entraves no cotidiano” a segunda parte “Qualificação um bem necessário para o profissional da educação” e a terceira “opções metodológicas e procedimentos na análise de dados”.

Nas considerações finais, traremos reflexões sobre a importância da formação permanente como meio de fortalecimento das lutas coletivas em prol da valorização não

apenas o professor, mas de todos os profissionais que atuam na educação, ao desmistificar que por traz do discurso de que valorizar é conceder formação aos sujeitos, como se outros fatores como investimento em infraestrutura, salários baixos e falta de equipamentos não fossem fatores que produzissem interferências para a desvalorização do ensino e da profissão. Com SANT'ANNA (1995, p.26) “Avaliar significa atribuir algum valor, e não implica em desvalorização,” demarcamos que é preciso avaliar o trabalho ofertado pelos profissionais sim, mas não só a eles.

1 A IMPORTÂNCIA DA VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO (PROFESSOR) E SEU COTIDIANO.

Os processos formativos dos profissionais da educação em especial dos professores necessitam dar condições a estes a produzirem diferentes significados e respostas ao seu lócus de trabalho, possibilitando as crianças e demais alunos a produzirem conhecimentos atualizados e em comunicação com as necessidades sociais, de forma que os processos de ensino/aprendizagem ofertem a eles meios de manterem-se produtivos na sociedade que se encontram. Os processos formativos dos professores asseguram práticas diferenciadas, renovação dos conhecimentos, atualização de formas de conectarem-se com o mundo. Entretanto os demais investimentos para a efetivação da elevação da qualidade são tão necessários quanto o investimento na formação.

A falta de investimento e outros eventos do podem provocar a desmotivação dos profissionais em especial dos professores.

Embora com todos os entraves apresentados ao longo dos anos, os profissionais não devem permitir que tais situações venham a provocar interferência na vida profissional. Sobretudo os professores que são considerados como formadores de opiniões são cobrados a serem reflexíveis a cada situação, cumpridores não apenas dos seus deveres, mas algumas vezes abrindo mão dos seus direitos pelos seus ideais.

No entanto o educador não deve esquecer sua função educativa, pois mais que qualquer outro profissional, a sociedade espera que o professor tenha a capacidade de transformar um contexto negativo existente na escola, na comunidade na qual a escola encontra-se inserida, a partir de práticas pedagógicas mais conciliadoras. Com a problematização apresentada: será que o profissional da educação está sendo valorizado na atualidade? Intencionamos saber de que maneira este profissional se projeta no contexto de sua prática docente e como á partir desta vislumbra a construção de uma sociedade futura.

Sendo assim, pode-se afirmar que não apenas o processo de auto valorização dos profissionais proporcionará resultados satisfatórios, passando pelas políticas públicas, que contemplam investimentos em equipamentos e recursos humanos adequados. Enquanto elemento a ser considerado traz a questão da autovalorização, pois, acreditamos que quando todos os profissionais da educação ou pelo menos a maioria se for valorizado enquanto trabalhadores terá uma grande mudança de mudança na forma com que desenvolvem seus fazeres diários. Segundo a Conferência de Jomtien (2002) diz que:

“As autoridades nacionais e locais responsáveis pela educação têm a obrigação prioritária de proporcionar educação básica a todos, mas não se pode esperar delas que proporcionem a totalidade dos elementos humanos, financeiros e organizacionais necessários para essa tarefa. Será necessária a harmonização de ações entre todos os subsetores e todas as formas de educação (...) a harmonização de ações entre o Ministério da Educação e outros ministérios (...) a cooperação entre organizações governamentais e não-governamentais, o setor privado, as comunidades locais, os meios de comunicação, os grupos religiosos e a família (...)” (Declaração Mundial sobre Educação para Todos, Jomtien. UNESCO, 2002:125).

Consideramos que a motivação é um fator importante ao sujeito, mas ressaltando que somente motivação não é o suficiente, são as políticas públicas, ou seja, a contribuição dos todos os setores envolvidos é que transformará este desamino coletivo que tal categoria se encontra. Segundo Aurélio, 1993: “Motivação é o ato ou afeto de motivar, exposição de motivos ou causas conjuntos de fatores, ou quais agem entre si, e determinam a conduta de indivíduo”.

A valorização de si mesmo é um processo que se constrói no dia-a-dia e que pode ser ajudado através do autoconhecimento. Quem se conhece, sabe da riqueza que existe em seu mundo interior, sabe dos recursos de que pode lançar mão nos momentos bons e ruins, confia mais em si mesmo, entretanto a pessoa que não se valoriza que não sabe para onde está indo, qualquer caminho serve. É preciso fazer uma mobilização do coletivo, as escolas, diretores e professores precisam resgatar a alegria, o prazer que estão associados a motivação do comportamento humano que é fundamental para uma escola emancipadora e que ofereça uma educação de qualidade, buscando força para encampar as lutas do cotidiano em busca da qualidade do serviço a ser ofertado.

“O educador, em qualquer instância ou representação de ensino formal, representa um ser humano ímpar em subjetividades, inter-relações e construções de saberes. Sempre em desenvolvimento, compõe em si valores, hábitos, concepções e ações educativas que o identificam como tal.” (ANTUNES, 2007, p. 38)

A busca pela qualidade na educação, tem sido quase que um caminho solitário por parte dos profissionais que atuam no contexto escolar, não é uma busca para encontrar algo que está em consigo ou parte de si mesmo, mas por vezes quando se nomina que falta qualidade é como se apenas os docentes e os demais profissionais que esse encontram no espaço escolar fossem responsáveis, minimizando por vezes os demais fatores que produzem ou impedem a produção de bons resultados. Segundo (SANTOS, 2008) “No campo das políticas educacionais, porém é relevante destacar que não tem sido oferecida condições favoráveis ao trabalho docente como: infraestrutura, material nas escolas, plano de carreira e salários, formação continuada”.

A prevenção de muitos entraves passa pela formação de professores, no sentido desta contribuir para que a prática profissional seja experienciada e vivenciadas com satisfação e autoconfiança, encorajando a construção de um percurso profissional caracterizado pelo êxito e satisfação pessoal, enquanto critérios fundamentais do bem-estar docente, mas não é a única a produzir sentidos para a qualidade.

Então, concebe aos professores investir nos processos de conhecimento e desenvolvimento humano, que implicam na construção de uma educação de qualidade, não sendo exclusivamente sua responsabilidade.

2 Qualificação um bem necessário para o Profissional da Educação

Os profissionais da educação sobre tudo os professores tem sido cada vez mais cobrado a progredir na sua profissionalização, a criar maneiras de trabalhar que permitam aos seus alunos uma melhor aprendizagem, tanto no que se refere aos diferentes conhecimentos e no domínio dos conteúdos curriculares como nos aspectos formativos mais amplos da formação pessoal.

O professor é chamado a responder demandas de diferentes áreas sociais, exigindo que ele esteja preparado para as diversidades, para o novo considerando que vivemos em um mundo que se modifica a cada segundo. A preparação docente para estas novas exigências, faz com que ele busque sua autoformação cada vez com mais intensidade, isto lhes dá certa satisfação, a busca constante pelo aprimoramento.

Os professores e as orientações curriculares, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96, Plano Nacional de Educação de 2014, apresenta metas e objetivos onde a valorização dos profissionais é contemplada, desde os investimentos nas diferentes formações (inicial e continuada), passando pelas questões estruturas, de financiamento entre outras,

enquanto elementos fundamentais para o crescimento na vida profissional desses trabalhadores como no serviço ofertado.

O professor diante das novas realidades e da complexidade dos saberes envolvidos presentemente na sua formação profissional precisaria da sua formação teórica mais aprofundada, capacidade operativa nas exigências da profissão, propósitos éticos para lidar com a diversidade cultural e a diferença, além, obviamente, da indispensável correção nos salários, nas condições de trabalho e de exercício profissional. (LIBÂNEO, 2003, p. 77).

A formação e o trabalho docente é uma questão importante uma vez que o mesmo deve estar consciente que sua formação deve ser contínua e está relacionada ao seu dia-a-dia.

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam (REVISTA NOVA ESCOLA).

O docente não deve privar-se de estudar, pois a cada dia o mercado de trabalho exige profissionais qualificados, por isso manter-se atualizado e desenvolver práticas pedagógicas é indispensável para que haja maior mobilização na formação de professor, é necessário criar condições adequadas tanto na formação continuada quanto na valorização do mesmo, para que essa busca seja possível.

Entre os princípios nacionais da educação está a valorização do profissional da educação, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, no Parágrafo primeiro do artigo 57 da resolução nº 4 de 13 de julho de 2010 e parecer n. 7/2010 diz:

§1º- A valorização do profissional de educação escolar vincula-se a obrigatoriedade da garantia e qualidade e ambas se associam a exigência de programa de formação inicial e continuada de docentes e não docentes, no contexto do conjunto de múltiplas atribuições definidas para os sistemas educativos, em que se escrevem as funções do professor (CNE, 2010)

Ao observar a trajetória das leis que versão sobre a educação, desde 1932 o assunto sobre a formação dos professores na educação vem sendo um dos comentários com criticidade sobre o trabalho em sala de aula, no desenvolvimento do aluno quanto a professores sem preparo pedagógico.

O manifesto dos pioneiros da educação nova que participava do desenvolvimento dos professores em cursos de nível superior, em virtude disso não foi concebida a orientação de discussões de formação do magistério nos anos seguintes.

E isso foi persistindo até os anos de 1970, contradizendo a lei nº 4.024/1961, que é uma lei importante para a legislação educacional brasileira no século 20, sendo um período que passou por processos industriais no país, havendo necessidade de escolaridade tanto da rede pública quanto na rede privada.

Esta lei tem como capacitação formar professores, e toda equipe que fazem parte do contexto escolar, exclusivo para a educação infantil, sendo em 1960, importante nesse período a formação do magistério, para professores incluindo no seu ensino normal.

Mesmo reconhecendo a necessidade da educação infantil em 1970 conforme a lei nº 5.692/1971, iniciada em momento do regime militar: sendo eliminadas as escolas normais, é colocada a formação para o magistério durante o nível médio o chamado 2º grau, que tem objetivo de profissionalizar durante o final do ensino fundamental o então 1º grau, e conteúdos do ensino médio 2º grau, em licenciatura (Art. 30b), e ainda coloca alternativas de formação com estudos a mais (Art.30).

Esta lei também estabeleceu a remuneração dos docentes habilitados, conforme Art.39, o que interferem com professores de todo o país, com a observação da (CPB) Confederação dos Professores do Brasil, sendo debatida a valorização docente no final dos anos de 1970.

E isso foi até 1974 e o (CEPERS) Centro de Professores do Estado do rio Grande do Sul, o principal formador relacionado a busca de “reconhecimento objetivo e concreto”, do magistério.“[...] do valor da própria educação como processo prioritário e essencial na formação e preparo do indivíduo para a vida comunitária e cultural [...]”. (WEBER, 2003, p.1143-1144)

De acordo com André (2010), a inexistência de um Sistema Nacional de Educação no Brasil pode ser uma das razões pelas quais a profissão docente se apresenta, hoje, extremamente diferenciada e fragmentada, onde Estados e municípios, considerados entes autônomos, conforme a Constituição Federal de 1988 correspondem cada um a um sistema de ensino.

Diante desta ótica, há professores federais, estaduais e municipais, professores concursados e não concursados, professores urbanos e rurais, professores das redes pública e particular e professores titulados e sem titulação. No entanto, essa situação origina planos de carreira distintos (ou ausência de planos), salários diferenciados e duplicação de jornada em

carreiras diferentes: estadual/municipal, pública/privada, educação básica/educação superior (ANDRÉ, 2010).

Para produzir impactos na qualidade da educação e na alteração das relações Estado/ sociedade, é fundamental que a gestão democrática disponha de mecanismos em dois níveis distintos: em nível dos sistemas – federal, estadual e municipal – e em nível das unidades de ensino. No primeiro caso, entre os mecanismos de democratização, encontram-se os conselhos de educação – nacional, estaduais e municipais. Na escola, estão os conselhos escolares, a eleição de diretores e a autonomia financeira. Podemos dizer, também, que os planos de educação das três esferas desempenham um papel relevante para qualificar e democratizar a educação. (p.32)

As pesquisas sobre a profissão de professor revelam exaustivamente uma série de problemas e desafios para a elevação do estatuto socioeconômico da categoria, destacando-se, dentre outros aspectos: os baixos salários predominantes e a deterioração das condições de trabalho, esta decorrente das longas jornadas, de salas superlotadas, do crescimento da indisciplina e da violência na escola, da dificuldade em realizar atualizações de conteúdo e metodológicas, das cobranças de maior desempenho profissional (ANDRÉ, 2010).

3 Caminhos Metodológicos e Procedimentos na Análise dos Dados

Para a realização desta pesquisa, procedeu-se um estudo de caso, que foi feito por uma professora que trabalha em escola pública e a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Educacionais Públicos de Mato Grosso (SINTEP) que é um sindicato que luta por causas em relação ao profissional da educação. Esta, pautou-se em uma abordagem qualitativa, no qual os dados recolhidos não podem ser quantificados. Para Minayo (1994, p.22), a pesquisa qualitativa:

Trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 1994, p.22)

Após abordagem qualitativa, foi realizado um estudo bibliográfico, baseado em autores que abordam em suas obras sobre o currículo, este estudo bibliográfico serviu como fonte de enriquecimento para a presente pesquisa. Segundo Cervo (1996, p.48) “A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências publicadas em documentos”.

A pesquisa bibliográfica auxilia no desenvolvimento do trabalho, através das leituras já publicadas que subsidiam este trabalho.

A coleta dos dados procedeu-se por meio de questionário que foi aplicado à professora escolhida para a presente pesquisa e ao membro do SINTEP. Para (Gil 2010, p.103) “A elaboração do questionário consiste basicamente em traduzir os objetivos específicos da pesquisa em itens bem redigidos”. Para Cervo (1996, p.138) “O questionário é a forma mais usada para coletar dados, pois possibilita medir com exatidão o que se deseja.”

O questionário foi aplicado a uma professora de 41 anos de idade, formada em Pedagogia e especializada em psicopedagogia, está atuando na educação há seis anos.

Foi entregue à professora voluntária um questionário aberto com seis questões referentes a valorização do profissional da educação, e sobre os seus conhecimentos sobre o assunto da presente pesquisa.

4 ANÁLISE E REFLEXÃO SOBRE DOS DADOS

No decorrer do presente estudo foi elaborado um questionário, entregue à uma professora que iremos chamar de I. da Educação Infantil e a presidente do SINTEP na qual iremos chamar de D. para preservar ambas identidades, este questionário foi constituído com cinco perguntas abertas e uma fechada sendo semi-estruturado, que contribuíram para a análise do trabalho.

A primeira questão foi **“Os pais e a comunidade valorizam o professor da sua escola?”** Segundo a professora I. Relatou que **não**.

Diante da perspectiva da presidente do SINTEP, **não também**. Segundo Gadotti (2008 a) A sustentabilidade é um conceito poderoso, uma oportunidade para que a educação renove seus velhos sistemas, fundados em princípios e valores competitivos.

A segunda questão foi **“Qual perspectiva há cinco ou seis anos você visualiza a valorização dos professores? Justifique:”** segundo a professora I. **“Acredita que a cada dia esta mais desvalorizada e tendo uma diminuição do quadro de professores”** segundo a presidente do SINTEP:

“Depende da administração que assumira prefeitura de Jaciara, pois a cada ano que passa os profissionais da educação tem perdido muito em termos de valorização com relação á rede estadual. Já na rede estadual a perspectiva é de melhora, tendo em vista a lei complementar 510/13 do estado de Mato Grosso aprovada” e que garante a dobra do poder de compras em 10 anos que fechará em 2013.

Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação- FUNDEB, de que trata o artigo. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; alerta a Lei nº 10.195 de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de nove de junho de 2004, e 10.845 de março de 2004; e da outras providências. (lei nº 11.494, de 20 de Junho de 2007)

Essa lei refere-se a manutenção ao fundo que o governo disponibiliza para a valorização e capacitação do profissionais da educação para o seu desenvolvimento, ou seja temos subsídios, para que seja feito um bom trabalho mas isso vai da gestão da parte da distribuição de verbas para cada setor escolar.

A terceira questão foi **“A escola desenvolve algum incentivo na formação dos professores cite-os: a professora I. respondeu que “sim a sala do educador” condizente com a resposta da presidente do sindicato D.** “atualmente o projeto desenvolvido nas escolas para a formação dos professores é a sala do educador”

A educação deve ser esse meio propiciador de condições que possibilitem o poder de manifestação e expressão externa ao eu infantil, das necessidades e dos interesses existentes no interior de cada individuo. (...) O caráter dessa educação reflete-se no respeito às condições de realização em que a criança se encontra em cada um dos períodos de desenvolvimento. Assim o conhecimento da criança é garantia para proporcionar-lhe um processo educativo, gradual realizando os seus interesses e necessidades interiores num processo de crescimento. ANGOTTI (2003, p.7)

A quarta questão foi **“você professor se sente capacitado para lidar com situações conflituosas?** A resposta da professora I. foi: “Sim sempre temos um método a ser utilizado por isso a importância da formação” sendo a mesma da presidente do sindicato D.

O professor é encarado como o vilão das mazelas que povoam o espaço escolar tais como: o descompasso entre a teoria e a prática, o fracasso escolar, os problemas de indisciplinas e, até mesmo de violência, dificuldades de aprendizagem entre outras problemáticas enfrentadas na escola. (FACCI 2004 p. 21)

A quinta questão foi **“Como você se sente valorizado atualmente?”** A resposta da professora I foi: “Me sinto mal pelo fato de estudar igual outras profissões e não ter o mesmo valor” segundo presidente do sindicato D. “ atualmente a valorização não é das melhores”.

A sexta questão foi **“Quais capacitações você realizou nos últimos dois anos ?** a resposta “Psicopedagogia.” Segundo a presidente do sindicato D:

“Pelo fato de estar com disponibilidade para o SINTEP/MT, as capacitações realizadas foram na área sindical. Como exemplo financiamento da educação, organização dos planos de

cargos, carreiras e salários, formação sindical oferecida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

[...] professores se engajam a fundo num trabalho que chega a tornar um tempo considerável, até mesmo invadindo sua vida particular, as noites, os fins de semana, sem falar das atividades de duração mais longa, como cursos de aperfeiçoamento, de formação específica, atividades para escolares ou sindicais, das associações profissionais, dos clubes esportivos para jovens, etc. (TARDIF E LESSARD 2007 p. 113)

O professor diferente de outras profissões exerce além de sua carga horária levando trabalhos para casa e trabalham vários turnos sendo uma realidade com relação aos salários pagos atualmente para que um compense o outro este faz várias funções como aulas particulares, etc. E isso o faz ficar cansado e pode não ter uma aula com qualidade.

5 Considerações Finais

O presente artigo foi realizado com uma professora de uma instituição de Educação Infantil na rede particular e com a presidente do SINTEP de Jaciara-MT, podemos observar que a insatisfação está presente e condizente em ambos os lados tanto da professora quanto da presidente do SINTEP, elas dizem que não se sentem valorizadas pela comunidade e sentem-se frustradas quanto a falta de subsídios para fazer um bom trabalho.

Percebemos a importância desse profissional em sentir-se valorizado não só pela comunidade, mas também pela própria sociedade, sabemos que o futuro da nossa sociedade precisa do professor e dos demais servidores da educação, que esteja capacitado para atender a demanda dos alunos com suas peculiaridades atuais.

As entrevistadas nos evidenciaram entre as perspectivas um futuro que não depende somente dos profissionais e sim de políticas públicas nos trazendo certo receio, pois estamos em um começo não tão promissor para tal profissão.

Sabemos o quanto é importante o papel dos educadores e demais profissionais para o futuro da sociedade durante o nosso curso, mas também estamos cientes dessa desvalorização presente, sendo desafiados todos os dias, mas o amor maior pela profissão e essa paixão que nos envolve faz o ser professor cada dia melhor.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. **Formação de professores:** a constituição de um campo de estudos. In: Educação, Porto Alegre, v. 33, n. 3, set.-dez, 2010.p. 174-181.

ANTUNES, Denise Dalpiaz. *Relatos significativos de professores*, 2007. SANTOS, Terezinha F. A. M. dos. **Conversas impenitentes sobre a gestão na educação**. 22 ed. Belém: EDUFPA, 2008.

AURÉLIO BUARQUE DE OLANDA FERREIRA 1993.

BARRETTO, E. S. S.; GATTI, B. (Coord.). **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 02**, de 28 de maio de 2009.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Pradime: **Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. – Brasília, DF : Ministério da Educação, 2006. 192p. : il. – (Caderno de Textos ; v.3).

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. *Metodologia Científica*. 4ª ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

SANT'ANNA, Ilza Martins. *Por que Avaliar? Como Avaliar? Critérios e instrumentos*. 9.ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 1995.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CNE/CEBNº04/2010. **Resolução n. 4, de 13 de julho de 2010 e Parecer n. 7/2010**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 9 de julho de 2010.(acessado em 09/10/2016).

FACCI, M. G. D.; **Valorização ou esvaziamento do trabalho do professor?** : um estudo crítico-comparativo da teoria do professor reflexivo, do contrutivismo e da psicologia Vigotiskiana. Campinas, SP: 2004.

GADOTTI, MOACIR, 2008 a. *Educar para a sustentabilidade*. São Paulo: Instituto Paulo Freire.

GARCIA, C. M. Desenvolvimento profissional docente: passado e futuro. In: Sísifo. **Revista de Ciências da Educação**, n. 8, p. 7-22, jan./abr. 2009.

GIL, Antonio Carlos. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010. www.planalto.gov.br acessado dia 05-09-2016.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?**: novas exigências educacionais e profissão docente.–7. ed.–São Paulo: Cortez, 2003.
<http://acervo.novaescola.org.br/politicas-publicas/pne-meta-15-691933.shtml> (acessado em 11/09/2016).

LUDWIG, Antonio Carlos Will. **Fundamentos e práticas de Metodologia Científica**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria método e criatividade**. 17ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 80 p.

POLONIAL, J. **As Novas Tecnologias e a Intencificação do Trabalho Docente**. Educação, Folha 670, Anápolis 25 a 31 de janeiro de 2013. disponível em <http://www.portal670.com.br/folha670/arquivos/pag%2022/-20130125-084319.pdf>

STEVE, J. M. **O mal-Estar Docente**. Trad. Durley de. Cavicchia. Bauru: EDUSC, 1999.

UNESCO. **Educação na América Latina: Análise de Perspectivas**. Brasília: OREALC, 2002.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Tradução de João Batista Kreuch. 3. Ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2007.

WEBER, S. **Profissionalização Docente e Políticas Públicas no Brasil**. Educ.Soc., Campinas, v. 24, n. 85, p. 1125-1154, 2003.

ESTATUTO DO NASCITURO: UM RETROCESSO NA GARANTIA DOS DIREITOS DAS MULHERES BRASILEIRAS

Sarah Caroline de Deus Pereira¹¹

RESUMO:

O gênero “mulher” perpassou metade de toda história como figurante, não galgando do direito a ter direitos, marginalizada política e socialmente, vez que a sua identificação na sociedade era de mero objeto a serviço da reprodução da espécie. Da antiguidade aos dias atuais, a mulher labuta por conquistas de direitos. No contexto brasileiro, a tão sonhada igualdade entre homens e mulheres no plano legal veio com Constituição Federal em 1988. A perspectiva do feminino enquanto incubadora teve ressalvas legais no percurso dos anos, por intermédio do Decreto-Lei nº 3.688, 3 de outubro de 1941, se possibilitou no Brasil o abortamento para os casos de gravidez que lhe implicassem perigo de morte e dos advindos de violência sexual. Afastou-se a necessidade da mulher levar a termo uma gestação que lhe implicasse afetação a saúde física, psíquico e emocional.

Palavra Chave: Estatuto do Nascituro, mulheres, direitos humanos

Introdução

Além disso, novas demandas foram levadas ao Judiciário, dentre elas o caso da anencefalia, em que a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Saúde – CNTS propôs uma Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF n. 54, no ano de 2004, postulando que se interpretasse conforme a Constituição a disciplina correlata ao abortamento pela legislação penal infraconstitucional, com o intuito de se estabelecer a não incidência da legislação penal nas antecipações terapêuticas de gestação de fetos anencefálicos¹², logrando êxito no Supremo Tribunal Federal oito anos depois da propositura da referida demanda.

¹¹ Mestra em Teoria do Direito e do Estado, no Centro Universitário Eurípedes de Marília/UNIVEM. Especialista em Direito e Processo do Trabalho na Universidade Anhanguera-Uniderp (2012). Possui graduação em Direito pelo Centro de Ensino Superior de Rondonópolis (2010). Advogada. Pós graduanda em Direito Administrativo e em Direito Notarial e Registral pela Universidade Anhanguera - Uniderp (2014 - 2016). Professora da Pós Graduação da Faculdade de Sinop - FASIPE em Direito do Trabalho, Processo do Trabalho, Engenharia e Segurança do Trabalho e Direito Civil. Docente na Universidade Federal de Mato Grosso, Campus de Rondonópolis. Advogada.

¹² “A anencefalia é ainda, nos dias de hoje, uma doença congênita letal, mas certamente não é a única; existem outras: acardia, agenedia renal, hipoplasia pulmonar, atrofia muscular espinhal, holoprosencefalia, ostogênese imperfeita letal, trissomia do cromossomo 13 e 15, trissomia do cromossomo 18. São todas afecções congênicas letais, listadas como afecções que exigirão de seus pais bastante compreensão devido à inexorabilidade da morte. Por que foi escolhida a anencefalia para provocar-se a antecipação da morte, ainda no ventre materno, não se

Entretanto, a ADPF n. 54 não foi bem recebida por alguns representantes da sociedade, dentre eles, os deputados Osmânio Pereira e Elimar Máximo Damasceno, que em 2005 apresentaram o Projeto do Estatuto do Nascituro, arquivado em 31 de janeiro de 2007, mas redimensionado pelos senhores Luiz Bassuma e Miguel Martini, por meio do Projeto de Lei n.º 478/2007, aprovado em 2010, pela Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados em Brasília, o qual veda expressamente todas as garantias de direitos supramencionadas das mulheres brasileiras no tocante a interrupção da gestação.

Frente a este quadro emblemático do caminhar histórico da mulher pela autonomia do corpo e o conflito que é gerado em relação à norma penal, o presente trabalho por intermédio de uma metodologia dedutiva se propõe a responder de que maneira a luta do feminino pelo direito a levar ou não ao fim uma gestação se contrapõe ao Projeto do Estatuto do Nascituro.

2. O PERCUSSO HISTÓRICO DA MULHER PELA AUTONOMIA DO CORPO: DO ASPECTO GLOBAL AO NACIONAL

Foi na Antiguidade que a mulher começou a ser visualizada como um ser frágil e sem capacidade para gerir o grupo familiar, sendo a referida função delegada ao único capacitado para fazê-lo, o homem. A sociedade desde a imposição desse paradigma machista dominante e opressor explorou e humilhou mulheres ao longo da história, as tornando objetos do prazer sexual e da reprodução da espécie.

Contudo, apesar da visão da mulher enquanto incubadora humana ser uma concepção que atravessa os séculos, isso nem sempre foi tão categórico, vez que nos primórdios as mulheres detinham a possibilidade de utilizar técnicas contraceptivas para frustrar uma prenhez indesejada.

O abortamento e o infanticídio na Antiguidade eram os instrumentos utilizados para o controle populacional. Campos (2007, p. 15) informa que a prescrição contraceptiva mais arcaica data de 2.700 a.C.; na qual se apresentava nos termos da autora, “ [...] um tampão

esperando o nascimento natural? Em primeiro lugar, a anencefalia é um termo que induz ao erro. Há uma grande desinformação, que faz prevalecer e difundir a ideia de que a anencefalia significa ausência do encéfalo. Na realidade, anencefalia corresponde à ausência de uma parte do encéfalo. O nome mais correto para anencefalia seria ‘meroencefalia’, já que ‘mero’ significa ‘parte’”. (BRASIL, 2012, p. 16).

vaginal obtido através das raízes da acácia, ricas em goma arábica, com substâncias ácidas que, após a fermentação, libertariam um espermicida – o ácido láctico”.

Não obstante, a supramencionada prática, pregavam outros procedimentos, por exemplo, no Antigo Testamento se propagava o coito interrompido. Do mesmo modo, mas no que concerne aos judeus, ntre os séculos II e V a.C, aludiam a possibilidade de abortamento nos casos de perigo de morte a mulher, além da possibilidade de se utilizar esponjas vaginas na execução de movimentos violentos com o objetivo de expelir o sémen ou a utilização de substâncias de raízes que acarretavam a esterilidade na mulher. (CAMPOS, 2007, p. 15).

Nessa delimitação temporal, o aborto era de extrema violência ao corpo da mulher, isso era evidente nas sociedades gregas e romanas que não se têm relatos sobre a prática de coito interrompido, revela Campos (2007, p. 17), porque na cultura greco-romana os maridos ensinavam as suas esposas as práticas contraceptivas que aprendiam com as profissionais do sexo, em razão do aborto causar mais danos à saúde da mulher e também pelo fato de inseri-la em um contexto de risco de morte. Por isso, nesse período os casais que não conseguiam êxito nas práticas abortivas optavam em esperar a criança nascer para matá-las, pois o aborto era algo destinado a mulheres de “segunda classe”, tais como: escravas, concubinas e “prostitutas”.

Entretanto, essa visão liberal no tocante ao aborto não perdurou eternamente, sua queda veio na Era Cristã, que impôs o casamento com a finalidade de procriação e reprimiu o prazer advindo das relações sexuais. (CAMPOS, 2007, p. 19). Não bastava a mulher ser considerada uma “parideira”, a ela também era vedado o direito ao gozo, sendo lhe retirado toda e qualquer autonomia sobre o seu corpo, na medida em que afastou os prazeres e “consagrou” o dever de gestar.

A Idade Média foi tortuosa para as mulheres, a mudança paradigmática da função do feminino na sociedade e a negação completa de atos que viessem a interromper a prenhez, inseria um grupo de mulheres na clandestinidade, no tocante aos usos de ervas para fins abortivos, o que a Igreja puniu severamente com a Inquisição, o terror da Caça as Bruxas.

A saber, a Igreja era parceira dos burgueses, de tal maneira que juntos elaboraram na Idade Média uma legislação familiar que classificava a mulher como incapaz, determinando a sanção da fogueira para aquelas que não preservassem as respectivas virgindades ou praticassem o aborto, o que acarretou um genocídio feminino que perdeu apenas estatisticamente para a dizimação dos judeus por Hitler.

A Idade Média representou para a mulher uma opressão pelo sexo masculino, uma subordinação desenfreada que foi minimizada no Renascimento pela necessidade do

operariado feminino. Alega Alambert (1997, p. 47) que a mulher trabalhava aproximadamente de 14 a 15 horas por dia com salários ínfimos, fator que aumentava o número de prostituição. As mulheres que tinham bens eram obrigadas a passá-los ao marido, portanto, o casamento não era apenas um instrumental perpetuativo, mas também financeiro, por conta dos regimes dotais.

Importante esclarecer que apesar dessa abertura da mão de obra feminina, isso não significou um abandono as práticas de subordinação ao marido em virtude do casamento, mas um *plus*, que constituiu em uma nova forma de exploração, a sua força de trabalho, desmerecida quando em contraste com o labor masculino.

Diante desse contexto, Alambert (1997, p. 51) pondera a respeito do século XVIII o enaltecimento do feminino e a conseqüente rotulação do “século das mulheres”, mas o que de fato aconteceu foi à adulação das ricas e nobres, que galgavam de livre acesso a Corte, na qual pleiteavam liberdade sexual em busca do auto prazer, todavia ficava no campo da utopia visto contraditório ao aparato normativo que a considerava incapaz. Alegavam a necessidade da liberdade, mas não queriam trabalhar, porque se consideravam valorosas demais para o labor.

A intervenção proativa do feminino na esfera política adveio com a Revolução Industrial em 1789, haja vista que os lemas da “igualdade”, “fraternidade” e “liberdade” lhe eram extremamente caros, mas não contemplados. No aspecto legal nem a Declaração dos Direitos do Homem que aconteceu após a assinalada Revolução lhe assegurava qualquer espécime de direito, pois não as consideravam enquanto cidadãs. Sobreleva anotar que o Código de Napoleão firmava sobre a mulher casada, a tutela do marido, comprovando a subordinação e a inferioridade que lhe era reservada. Napoleão acreditava piamente que a mulher servia tão somente para a procriação, não lhe sendo possibilitado meio algum de instrução, muito menos a liberdade para dispor do próprio corpo.

Após a morte de Napoleão engana-se quem pensa que a vida da mulher melhorou, no Romantismo se discutia assuntos que minimamente contribuía para uma melhoria de vida do feminino, tais como: a malignidade de Eva; fertilidade; feitiçaria; virgindade; passividade; submissão, etc.

A dificuldade de se ver a mulher como ser humano e cidadã digna de direitos percorreram mais do que metade da história. Na União Soviética governada por Stálin se condecorava as mulheres que tinham muitos filhos, sem prejuízo da criminalização do aborto em 1930 nas terras soviéticas.

Alambert (1997, p. 56), nessa confluência, adverte que a mulher foi uma das principais vítimas do nazi-fascismo, ao lecionar que nas sociedades fascistas, leia-se, Alemanha, Itália,

Espanha, reinava o filho, cozinha e igreja, lhe sendo apontado o encargo de dona de casa e parideira. Indispensável constar que muitas foram prisioneiras, cobaias de experimentos laboratoriais, lutaram em batalhas como soldados, enfermeiras, mensageiras, etc., trabalhavam nas fábricas na produção de alimentos e armamentos, todavia com o término da guerra o seu labor perdeu terreno e reforçou o preconceito contra a mulher casada trabalhadora, motivo que consubstanciava um salário inferior aos homens, o que em muitas áreas se observa ainda nos dias atuais.

Silva (2011, p. 1) obtempera que a mulher era extremamente submissa na sociedade, de modo que a sua imagem era associada à dona de casa, esposa, mãe, o que lhe rendida uma desvalorização social.

No Brasil, o Código Civil de 1916 estabelecia que a mulher não possuía autoridade sobre os seus filhos, concomitantemente a esse cenário, não lhe eram conferidos nenhum direito. O mencionado *Codex*, esclarecia na norma do art. 380 o pátrio poder ao marido, sendo admitido apenas nos casos de ausência ou incapacidade dele que a mulher preenchesse essa atribuição. A legislação brasileira era tão discriminatória que instituía que a opinião predominante no lar era a masculina, a qual só poderia ser discutida em sede judicial por parte de uma demanda proposta pela mulher.

Dias (2011, p. 98) comunica que a sujeição da mulher ao homem se dava no aspecto físico, de modo a acarretar à mulher em consequência do casamento a perda da sua capacidade, tornando-se relativamente incapaz, o que lhe ocasionava um quadro de dependência, porque para que ela laborasse o cônjuge precisava autorizar.

Em 1998, a que hoje é a atual Constituição Federal, adentrou ao cenário jurídico como uma inovação indispensável à vida das mulheres, ao consagrar no art. 5º, a igualdade de todos, sem qualquer distinção, não sendo possível violar o direito a igualdade, em específico, a de gênero, que ainda apresenta no país discrepância entre o disposto formalmente e o que é aferido no aspecto material.

A extensão das luzes constitucionais na legislação civil aconteceu com a publicação do vigente Código Civil, o qual dentro dos seus institutos sagrou os princípios da igualdade, da solidariedade e da cooperação no cuidado com os filhos e do lar, permitindo assim a liberação da mulher do fardo que lhe foi passado por milhares de anos, não lhe exigindo mais a virgindade, a devoção a casa, não prevendo mais questões sobre o “desfloramento”, lhe apartando da administração da vida do casal e abolindo o “Estatuto da Mulher Casada”, que era uma involução na sociedade brasileira em pleno século XXI.

O século XXI trouxe na realidade brasileira uma série de questionamentos jurídicos acerca do papel da mulher dentro da sociedade, mas principalmente a autonomia do feminino perante o seu corpo, sexualidade e os seus afetos.

Todavia, os movimentos em prol da conquista dos direitos civis da mulher não a afastaram da incidência moralista que gravita em torno da sua decisão em manter uma gestação. Apesar da legislação constitucional e a civilista a amparem em direitos, isso não as resguardou da esfera penal.

Com arrimo nessa problemática do lugar da mulher na gestão do seu corpo *versus* o papel do Estado penal em legitimar condutas da parturiente contra os nascituros, se faz necessário discutir questão do abortamento na legislação pátria, o que será abordado no próximo item.

3. O ABORTAMENTO NO BRASIL

A previsão da criminalização do aborto no Brasil advém do primeiro Código Criminal em 1830, o qual substituído pelo então vigente Código Penal, por intermédio do Decreto-Lei n. 2.848, de 07 de dezembro de 1910.

O aborto significa nos termos de Lima (2012, p. 53), “[...] privação do nascimento. Advém de *ab*, que significa privação, e *ortus*, nascimento”. Assim, acrescenta a autora que o aborto consiste em interromper a ciese, por meio da aniquilação do produto da concepção, no caso, o ovo, o embrião ou o feto. Salienta-se que a legislação penal tipifica o aborto na forma dolosa (intencional).

O Código Penal protege a vida à luz da Constituição Federal, que impõe a regra da vida enquanto tutela do direito. Por isso, criminaliza o aborto, entre os artigos 124 a 128, punindo primeiramente o aborto em que a gestante provoca o autoaborto ou permite que terceiro a auxilie, instigue ou a induza na prática do aludido ato. No art. 125 do Código Penal, e o legislador contemplou o aborto provocado sem o consentimento da gestante, o qual recebe uma pena recrudescida. Enquanto o art. 126 estabelece as hipóteses em que a parturiente permite que um terceiro atue diretamente na cessação da gravidez. Por conseguinte, o art. 127 majora as penas dos arts. 125 a 126, em um terço, para os casos em que a gestante sofre lesão corporal de natureza grave; cabendo a duplicação na hipótese em que sobrevenha a morte como nexos de causalidade das condutas acima descritas.

A prova do aborto no Brasil é feita em regra por meio de exame pericial, mas quando não é possível realiza-la é admitida a prova testemunhal para suprir a falta, porque é necessário saber se a mulher estava grávida, posto que para fins penais a vida têm relevância após a nidação, “[...] que diz respeito à implementação do óvulo já fecundado no útero materno, o que ocorre 14 (quatorze dias) após a fecundação”. (GRECO, 2014, p. 331)

O Código Penal possibilita expressamente no art. 128, os casos em que a mulher pode abortar legalmente, *in verbis*, “Não se pune o aborto praticado por médico: I - se não há outro meio de salvar a vida da gestante; II - se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal”. (BRASIL, 1940).

As hipóteses acima são definidas na doutrina, conforme explica Greco (2014, p. 334) em: “aborto terapêutico (curativo) ou da profilático (preventivo); e b) aborto sentimental, humanitário ou ético”.

O aborto terapêutico é aquele em que a vida da gestante é colocada em periclitização, sendo esse o único meio hábil para preservar a vida da parturiente. Mirabete & Frabrini (2014, p. 65) alegam, “Num país como o Brasil, todavia, em que é elevado o nível de pobreza, precário o atendimento médico do Estado e inexistentes as condições de saúde e higiene, especialmente em lugares distantes, não é descabida a justificativa legal”.

Por sua vez, o aborto sentimental segundo Mirabete & Frabrini (2014, p. 66), “Justifica-se a norma permissiva porque a mulher não deve ficar obrigada a cuidar de um filho resultante de coito violento, não desejado. Além disso, frequentemente o autor do estupro é uma pessoa degenerada, anormal, podendo ocorrer problemas ligados à hereditariedade”.

Em 2012, outra ressalva foi abrangida dentro do estudo do Direito Penal, o aborto eugenésico, resultado da ADPF n. 54, facultando a mulher a antecipar o parto de feto anencéfalo (defeito na fechadura do tubo neural). Para Mirabete & Frabrini (2014, p. 67) essa ressalva legal em razão da,

[...] inviabilidade da vida extrauterina do feto e os danos psicológicos à gestante justificam tal posição, apoiando-se alguns na tese da inexistência da possibilidade do aborto terapêutico e outros no reconhecimento da excludente de culpabilidade ou inexigibilidade de conduta diversa.

Filho (2011, p. 1387) corrobora o exposto por Mirabete & Frabrini, nos dizeres, “A ausência de potencialidade faz com que seja atípica tanto a conduta da gestante, quando a conduta do médico que realize o procedimento”.

Esse atual estágio de autonomia da mulher representa um avanço no seu histórico de marginalização e penalização. Além disso, é a afirmação histórica dos seus direitos humanos, no que tange a sexualidade, saúde, afeto e a liberdade. Entretanto, isso provoca inquietações nas alas fundamentalistas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que contrariamente a estas garantias de direitos das mulheres brasileiras, bradam pela aprovação do Projeto de Lei do Estatuto do Nascituro, conforme será contemplado a seguir.

4. O PROJETO DE LEI N. 478/2007: ESTATUTO DO NASCITURO

O Estatuto do Nascituro que teve o seu projeto embrionário em 2005, mas por ter sido arquivado, se apresentou um substitutivo de n. 478/2007, o qual ganhou notoriedade após o julgamento da ADPF n. 54.

O citado projeto apresenta trinta e dois artigos, que são em sua extensão afrontosos as garantias de direitos conquistados pelas mulheres brasileiras até a data atual. Abaixo cita-se os três primeiros artigos para fins de debate,

Art.1º Esta lei dispõe sobre a proteção integral ao nascituro.

Art. 2º Nascituro é o ser humano concebido, mas ainda não nascido.

Parágrafo único. O conceito de nascituro inclui os seres humanos concebidos “in vitro”, os produzidos através de clonagem ou por outro meio científica e eticamente aceito.

Art. 3º O nascituro adquire personalidade jurídica ao nascer com vida, mas sua natureza humana é reconhecida desde a concepção, conferindo-lhe proteção jurídica através deste estatuto e da lei civil e penal.

Parágrafo único. O nascituro goza da expectativa do direito à vida, à integridade física, à honra, à imagem e de todos os demais direitos da personalidade.

O primeiro dispositivo absolutiza os direitos do concebido, mas não nascido em face da mãe, que não pode de maneira alguma obstar uma gestação, porque tem que resguardar os direitos do nascituro, à luz da Corrente Natalista, posto que segundo Souza (2013, p. 8), o referido Estatuto preza por uma Teoria da Personalidade Condicional, atribuindo a aquisição da personalidade na dependência de uma condição suspensiva, que é o nascimento com “vida”. Por isso, em nenhuma razão se torna admissível o abortamento.

O parágrafo único do art. 2 é uma aberração jurídica, vez que esclarece que até os embriões são mais importantes do que a vida da mãe. Os três primeiros artigos demonstram a

sacralidade da vida do nascituro, o que é refutado ardentemente por Souza (2013, p. 12), nos dizeres,

[...] o marco do início da vida humana é um conceito forjado e artificial, posto que varia de cultura para cultura e se modificou ao decorrer da história. Assim, como a vaca é um animal sagrado para os indianos e alimento para nós, e o cachorro sagrado para nós e alimento para os chineses, o sentimento em relação ao aborto não é universal, pois está em função da cultura e do contexto histórico.

O Estado por intermédio do projeto aqui discutido quer mandar no corpo das mulheres, lhes retirarem toda autonomia conquistada até o presente momento com o estandarte da defesa da vida do nascituro.

Não obstante, a incoerência continua com as disposições seguintes,

Art. 4. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar ao nascituro, com absoluta prioridade, a expectativa do direito à vida, à saúde, à alimentação, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar, além de colocá-lo a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Art. 5º Nenhum nascituro será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, sendo punido, na forma da lei, qualquer atentado, por ação ou omissão, à expectativa dos seus direitos.

A pergunta que exsurge: Estado à criança nasceu? Se não nasceu, de que maneira dará guarida satisfatória do que é exposto neste artigo? Quais os critérios para que se afira objetivamente que o feto não está a salvo de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão? Aliás, de que maneira uma mãe pode explorar o feto no útero? São perguntas que se quedam perante a irracionalidade do aludido diploma.

Contudo, o ataque direto a ADPF n. 54 veio disciplinada sorrateiramente nos artigo 9ª e 10ª, *in verbis*:

Art. 9º. É vedado ao Estado e aos particulares discriminar o nascituro, privando-o da expectativa de algum direito, em razão do sexo, da idade, da etnia, da origem, da deficiência física ou mental ou da probabilidade de sobrevivida.

Art. 10º. O nascituro deficiente terá à sua disposição todos os meios terapêuticos e profiláticos existentes para prevenir, reparar ou minimizar sua deficiências, haja ou não expectativa de sobrevivida extra-uterina.

Ora, a conquista em prol da saúde física, psíquica, emocional que foi dada a mulher que assim entender por fazê-lo, em não carregar um feto com anencefalia pelo estresse abusivo que acarreta, resta no esquecimento com a aprovação desse projeto.

Entretanto, o ponto mais crítico é o art. 13 que regulamenta:

Art. 13 O nascituro concebido em um ato de violência sexual não sofrerá qualquer discriminação ou restrição de direitos, assegurando-lhe, ainda, os seguintes:

I – direito prioritário à assistência pré-natal, com acompanhamento psicológico da gestante;

II – direito a pensão alimentícia equivalente a 1 (um) salário mínimo, até que complete dezoito anos;

III – direito prioritário à adoção, caso a mãe não queira assumir a criança após o nascimento.

Parágrafo único. Se for identificado o genitor, será ele o responsável pela pensão alimentícia a que se refere o inciso II deste artigo; se não for identificado, ou se for insolvente, a obrigação recairá sobre o Estado.

Esse artigo criou uma polêmica que afronta a legislação penal, porque contempla a escusa legal do aborto humanitário, aqui o projeto rasga o Código Penal e a Constituição Federal ao retirar completamente a noção de dignidade humana da mulher gestante em casos de violência sexual.

Souza (2013, p. 6) argumenta que “[...] a lei impeliria a vítima a encobrir o criminoso para que ele e seu filho não fossem vinculados a ele e o Estado teria que arcar com uma infinidade de “Bolsas Estupros” como já foram apelidadas pela sociedade brasileira”. Não satisfeito, o autor complementa:

Podemos assim, lançar a hipótese do incentivo à ocultação da identidade do violentador e, portanto, da impunidade do mesmo, já que para a vítima, que terá que levar a cabo a gravidez, poderá ser terrível ter o nome de um estuprador na certidão de nascimento de seu filho- pois, como sabemos, estuprador é considerado por nossa sociedade a espécie mais baixa dentre os criminosos – e o pior: a vinculação do criminoso à criança e a vítima por pelo menos 18 anos, visto que o estuprador será responsável pela pensão.

O projeto invisibiliza a mulher brasileira, a inserindo novamente no contexto de mero receptáculo de gametas para a reprodução, não sendo permitido a ela em nenhuma hipótese das escusas legais trabalhadas no item 3 deste trabalho.

Diante desse prisma, Brito (2014, p. 62) comenta, “O Estatuto do Nascituro propõe a entrada de um novo ator, o nascituro, propondo também a assimetria das relações humanas, garantindo ao nascituro maior importância de direitos do que à mulher adulta”.

A situação do projeto é tão aviltante que em países em que foram adotados Projetos semelhantes, mulheres com câncer tiveram que parar o tratamento de saúde para não prejudicar o nascituro, em detrimento da própria existência, ela teve que se subjugar para levar a gestação a termo.

Em síntese, esse projeto representa um retrocesso às garantias de direitos das mulheres brasileiras, que se aprovado for, retirará delas os direitos humanos, sexuais e reprodutivos, as inserindo novamente no posto de incubadoras humanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do percurso histórico da mulher por emancipação, o sexo feminino foi tarjado muitas vezes por “objeto”, um ser que não possuía vontade própria, submetido às vontades e comandos dos seus respectivos cônjuges. Elas foram consideradas absolutamente incapazes da Antiguidade ao Renascimento, sendo que apenas no final do século XX que os instrumentos normativos sagraram a ela os direitos que sempre lhe foram inerentes em razão da sua natureza humana.

As escusas penais e as garantias de direitos à luz da Constituição Federal brasileira romperam o ranço patriarcal quanto à concepção feminina de incubadoras humanas, de maneira que a visualizou como um ser humano digno de ter os seus direitos garantidos.

Em sentido semelhante, a antecipação terapêutica do parto para fetos anencefálicos representou uma emancipação na trajetória da mulher, lhe sagrando mais autonomia quanto ao seu corpo, em especial, em dispor dele nos casos de prenhez, algo que lhe foi rechaçado até o século XX, ora pela igreja, pelo Estado, que lhe impunham uma ordem de reprodução indeterminada, muitas vezes a premiou pela vasta prole, fadando-a ao julgo do marido em todas as decisões, enclausurando-as no lar e subjugando o seu prazer e a liberdade de discernir acerca do próprio corpo aos ditames do marido.

Em sentido contrário ao até aqui exposto, representa o Projeto do Estatuto do Nascituro, a concessão ao Estado de uma sua sistemática criminalização da autonomia, dos direitos reprodutivos e da sexualidade da mulher. Falar de gestação é pensar em um ato que apenas a mulher deveria decidir a respeito, ter a liberdade de fazê-lo sem os tentáculos do Direito Penal.

Em síntese, a depender das condições físicas, psíquicas e emocionais da mulher, se torna necessário lhe dar segurança, deixando e possibilitando a ela, por intermédio do atendimento do Sistema Único de Saúde a possibilidade de interromper uma gravidez ou de antecipar terapêuticamente um parto, sendo inconcebível admitir a aprovação do Projeto do Nascituro, porque ele representa um retrocesso às garantias de direitos das mulheres brasileiras.

REFERÊNCIAS

ALAMBERT, Zuleika. **Mulher uma trajetória épica**: o esboço histórico da antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de S.A Imesp, 1997.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 11 jan. 2014.

_____. **ADPF n. 54**. Voto do Ministro Ricardo Lewandowski. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF54RL.pdf>>.

_____. **Projeto de Lei n. 478/2007**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=A9155467DBA92294100D6DF5A0DE08CD.proposicoesWeb2?codteor=443584&filename=PL+478/2007>.

BRITO, Ricardo José Braga Amaral de. O nascituro enquanto ator: A agência do Projeto de Lei 478/2007. **Revista Habitatus/ IFCS – UFRJ**. Vol. 12. N. 1. Ano 2014, pp. 53-67.

CAMPOS, Ana. **Crime ou Castigo?**: Da Perseguição Contra as Mulheres até a Despenalização do Aborto. Portugal, Almedina, 2007.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 8 ed. Editora RT. São Paulo, 2011.

GRECO, Rogério. **Código Penal Comentado**. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora Impetus, 2014.

LIMA, Carolina Alves de Souza. **Aborto e Anencefalia**: Direitos Fundamentais em Coalisção. Curitiba: Juruá, 2012.

MIRABETE, Julio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. **Manual de Direito Penal**. Parte Especial: Arts. 121 a 234 B do CP. São Paulo: Atlas, 2014.

SILVA, Yasmin Timoteo: Mulher: o sexo forte. In: BRASIL, Presidência da República. Secretaria de Políticas para as mulheres. **7º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero – Redações, artigos científicos e projetos metodológicos premiados - 2011**. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, 2011.

SOUZA, Lorena Carmo de. Estatuto do Nascituro: Absolutização dos direitos do concebido, mas não nascido, suas implicações e relações com o direito comparado. **Virtù: Direito e Humanismo**. Brasília. Ano 3, n. 8. V. 1, jan – abril. 2013.

**PERFIL SOCIOECONÔMICO E OBSTÉTRICO DE PUÉRPERAS QUE
REALIZARAM PRÉ-NATAL NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA EM
CUIABÁ, MATO GROSSO, 2013**

Aline Spanevello Alvares¹³
Áurea Christina de Paula Corrêa¹⁴
Rayssa Basílio Arantes¹⁵

RESUMO

O cuidado pré-natal objetiva prevenir, diagnosticar e tratar intercorrências que possam vir a interferir na condução do processo gestacional, sendo, para tanto, necessário seja oferecida uma assistência de qualidade, com vistas a atingir seus objetivos, por essa razão, as mulheres precisam estar atentas para realizá-lo de maneira adequada, porém, dados comprovam que dependendo da condição socioeconômica da mulher tem-se maior ou menor procura das unidades de saúde para essa assistência. Para alcançar a melhor adequação da atenção pré-natal é fundamental que os serviços de saúde ofereçam informações adequadas à mulher, segundo o perfil socioeconômico de sua clientela, sendo assim, propõe-se traçar o perfil socioeconômico e obstétrico de puérperas, nas primeiras 48 horas pós-parto, internadas em um dos hospitais de referência ao parto, que realizaram pré-natal na Estratégia Saúde da Família em Cuiabá, Mato Grosso. Trata-se de um estudo do tipo descritivo, de abordagem quantitativa, com uso de dados secundários do banco de dados do projeto matricial - Avaliação da assistência pré-natal: em foco a estrutura e o processo assistencial, a amostra foi composta por 350 puérperas, nas primeiras 48 horas pós-parto, que se encontravam internadas em um dos dois hospitais de referência para este tipo de atendimento. Os resultados demonstram que a maior parte das puérperas (66,3%) estava na faixa etária de 20-34 anos, 74 delas possuíam ensino fundamental incompleto, mais de 60% encontravam-se fora do mercado de trabalho, dentre outros dados relevantes. Os dados levantados possibilitam melhor conhecer a demanda que tem procurado pela assistência pré-natal em unidades básicas de saúde do município, o que favorece a organização deste serviço segundo as características próprias da população usuária.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objeto de pesquisa o perfil socioeconômico e obstétrico de mulheres que realizaram pré-natal, exclusivamente, em unidades de saúde da família do município de Cuiabá-MT e que tiveram parto em dois hospitais referência para o parto no município.

A realização do pré-natal abrange diversos procedimentos que visam prevenir, diagnosticar e tratar intercorrências na gestação, no parto, pós-parto e ao recém-nascido. Desta forma, a realização inadequada ou a ausência deste é diretamente relacionado ao

¹³ Aline Spanevello Alvares: Enfermeira. Mestranda do Programa de Pós Graduação em Enfermagem FAEN/UFMT. Membro do Grupo de Pesquisa Projeto Argos/Gerar.

¹⁴ Áurea Christina de Paula Corrêa. Enfermeira. Doutora em enfermagem. Docente da Faculdade de Enfermagem da UFMT. Diretora da FAEN/UFMT. Líder do Grupo de Pesquisa Argos/GERAR.

¹⁵ Rayssa Basilio Arantes: Enfermeira. Mestre em Enfermagem. Docente do Instituto de Ensino Superior de Mato Grosso. Membro do Grupo de Pesquisa Projeto Argos/Gerar.

aumento dos índices de morbimortalidade materna e perinatal ¹. Consiste na realização de práticas assistenciais que visam a detectar fatores de risco para a gestação e a prevenção da morte materna e neonatal, bem como dos agravos frequentes no período gravídico puerperal e do nascimento de recém-nascidos prematuros e de baixo peso ². Desta forma, destaca-se a importância da qualidade na realização desta assistência e a adesão das gestantes à mesma.

Segundo Rocha e Silva (2012) ³, os níveis de saúde das mães e dos conceitos estão estreitamente interligados com a qualidade da assistência pré-natal, de modo que esta interfere significativamente na redução das taxas de morbimortalidade materna e perinatal. Assim, com a finalidade de assegurar uma assistência livre de riscos ao binômio mãe-feto, há a necessidade de ofertar serviços de atenção pré-natal de qualidade.

A atenção pré-natal de qualidade pode contribuir com a diminuição dos coeficientes de mortalidade materna e infantil, os quais estão entre os principais indicadores de condições de vida e saúde de uma população ⁴. Além de possibilitar à mulher um puerpério de melhor qualidade.

O puerpério, por sua vez, compreende o momento do parto até 45 dias após este. É o período cronologicamente variável de âmbito impreciso, durante o qual se desenrolam todas as manifestações involuntivas e de recuperação materna ocorridas após o parto. Há, contemporaneamente, importantes modificações gerais que perduram até o retorno do organismo às condições vigentes antes da gravidez ⁵.

Alguns estudos feitos no Brasil revelaram que mulheres com menor renda familiar, menor escolaridade e não brancas são as que ingressam mais tardiamente no pré-natal e, quando o realizam, este é de mais baixa qualidade, revelando iniquidades sociais presentes na assistência ^{6,7}.

Com vistas a alcançar a melhor adequação da atenção pré-natal, é fundamental que os serviços de saúde ofereçam informações adequadas ao perfil sociodemográfico de sua clientela, proporcionando atenção integralizada e eficiente com respeito às individualidades de cada gestante, objetivando uma assistência qualificada para cada realidade ⁸.

Diante dos fatores exposto destaca-se a importância de identificar o perfil socioeconômico e obstétrico das puérperas, objetivando conhecer a realidade dessa população na cidade de Cuiabá-MT. Dessa forma, vindo a auxiliar os profissionais em seu trabalho, pois estes passam a conhecer um pouco da realidade das mulheres.

OBJETIVO

Traçar o perfil socioeconômico e obstétrico de puérperas, nas primeiras 48 horas pós-parto, internadas em um dos hospitais de referência para este tipo de atendimento que realizaram pré-natal na Estratégia Saúde da Família em Cuiabá, Mato Grosso.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo do tipo descritivo, de abordagem quantitativa, com uso de dados secundários do banco de dados do projeto de pesquisa matricial - Avaliação da assistência pré-natal: em foco a estrutura e o processo assistencial.

A amostra foi composta por puérperas, nas primeiras 48 horas pós-parto, que se encontravam internadas em um dos dois hospitais de referência para este tipo de atendimento. Optou-se por esta população por ser o puerpério o momento oportuno para realizar as indagações sobre o processo assistencial recebido durante a atenção pré-natal e também pela facilidade de captar estas puérperas em um mesmo espaço.

Para o cálculo amostral considerou-se o número de mulheres que aderiram à assistência pré-natal na rede pública de serviços de saúde segundo o DATASUS, no ano de 2011. Considerando a população de 3.887 mulheres e um nível de confiança de 95% ($z=1,96$) com um erro máximo de 5%, uma proporção de 50%, uma vez que, a prevalência da população era desconhecida, o tamanho da amostra foi constituída por 350 puérperas. Não foi utilizado percentual de perda considerando que as entrevistas seriam realizadas até totalizar o tamanho da amostra.

Como critérios de inclusão foram definidos: puérperas que realizaram as consultas do pré-natal em unidades da ESF do município de Cuiabá-MT e que tivessem em mãos o cartão da gestante e como critérios de exclusão: puérperas referenciadas para serviços de maior complexidade e que não foram contra referenciadas para a unidade de origem; puérperas que não foram atendidas no hospital que foi escolhido como local para coleta de dados do estudo; puérperas que não estivessem em condições cognitivas para compreensão dos questionamentos; puérperas que tiveram consultas de pré-natal em Cuiabá-MT mas não as concluíram neste município.

A coleta de dados foi realizada por duas mestrandas e uma aluna de iniciação científica previamente treinadas, em dois hospitais conveniados ao SUS, referência para atenção ao parto, no período de março a maio de 2013, de segunda-feira a domingo, em diferentes períodos, visando abranger todas as puérperas.

Para a análise dos dados utilizou-se o *software* Excel 14.0. sendo posteriormente transferidos para o *software* Epi-Info, versão 7.0 para descrever as puérperas por meio de

análise estatística descritiva simples, com a aplicação de medidas de frequência (absoluta e relativa) e média aritmética.

Para realização deste estudo estão sendo seguidas as orientações do Conselho Nacional de Saúde através das Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos - Resolução 196/96 (Brasil, 1996). O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética do HUJM sob nº 206.839 de 27/02/2013.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na tabela 1, buscou-se apresentar o perfil socioeconômico das 350 puérperas entrevistadas. Segundo este levantamento de dados, 101 (28,9%) destas mulheres estavam na faixa etária de 13-19 anos e 232 (66,3%) puérperas na faixa etária 20-34 anos. Os dados evidenciam um número expressivo de puérperas na adolescência, isto é considerado um sério problema de saúde pública em função do impacto que pode trazer à saúde, tanto da mãe quanto do feto, como também ao bem-estar social e econômico de um país, sendo considerado um problema de saúde pública, uma vez que estudos já demonstram que as adolescentes, principalmente menores de 18 anos e seus bebês, estão mais expostos a consequências negativas da experiência gestacional e do parto, quando comparados às mães adultas e seus bebês⁹.

Tabela 1- Perfil socioeconômico de puérperas que realizaram pré-natal na Estratégia Saúde da Família (ESF) em Cuiabá, Mato Grosso, 2013.

Variáveis	n = 350	%
Faixa etária (anos)		
13-19	101	28,9
20-34	232	66,3
35 ou mais	17	4,8
Escolaridade		
Nenhuma/analfabeta	3	0,9
1º grau incompleto	74	21,1
1º grau completo	46	13,1
2º grau incompleto	106	30,3
2º grau completo	106	30,3
Superior incompleto	10	2,9
Superior completo	5	1,4
Estado civil		
Relação estável/casada	277	79,1
Solteira	70	20,0

Divorciada/separada	-	-
Viúva	3	0,9
Raça/cor		
Branca	32	9,1
Preta	61	17,4
Amarela	7	2,0
Parda	247	70,6
Indígena	3	0,9
Inserção no mercado de trabalho		
Formal	81	23,1
Informal	33	9,4
Fora do mercado de trabalho	236	67,5
Renda familiar (salários mínimos)*		
< 1	46	13,1
1-3	280	80
>3	24	6,9

Segundo a variável escolaridade, entre estas puérperas 74 (21,1%) possuíam 1º grau incompleto, e apenas 5 (1,4%) ensino superior completo, dado que remete à faixa etária 13 a 19 anos, tendo em vista o grande número de adolescentes puérperas adolescentes. A associação dessas variáveis evidencia a incipiência de conhecimentos/experiências de vida para lidar com a vivência gravidez, parto e maternidade, pois na idade em que se encontram, algumas ainda não terminaram o ensino fundamental, ou até mesmo abandonaram os estudos por conta da própria gravidez. A imaturidade para lidar com essas experiências podem determinar conseqüências negativas para a vida de mãe e recém nascido.

Podemos comparar este resultado com o estudo de Sabrosa et al (2004)¹⁰, intitulado por perfil sócio demográfico e psicossocial de puérperas adolescentes do Município do Rio de Janeiro, Brasil – 1999-2001, que teve como resultado a identificação de grande número de puérperas adolescentes que abandonaram os estudos, fato determinado, principalmente, pelo receio de serem discriminadas na escola e por não considerarem que os estudos ofereçam às suas vidas possibilidade de ascensão social.

Este mesmo estudo aponta que a maioria das adolescentes não tinha trabalho remunerado, sendo dependentes financeiramente, seja da família, seja do companheiro. Nos resultados do estudo conduzido em Cuiabá, apesar de não ter sido realizado apenas com adolescentes, em relação à inserção no mercado de trabalho, 236 (67,5%) delas encontravam-se fora do mercado de trabalho, o que a leva a condição de dependente financeiramente da renda familiar ou do cônjuge¹⁰.

Em relação ao estado civil, chama atenção a categoria solteiras, em que 70 (20%) delas se encaixam, ou seja, a experiência da gestação e parto e vivenciada sem a participação obrigatória do pai da criança, o que pode determinar a ocorrência de dificuldades emocionais para enfrentar esta nova condição. Para além, tal condição pode gerar dificuldade para a realização de um pré-natal de qualidade, assim como a dificuldade nos cuidados com o recém-nascido, por não terem o suporte familiar necessário (matrimonial) para realização deste.

Das 350 puérperas, 247 (70,6%) se consideram pardas. Em relação a esta variável é preciso lembrar que, estudos apontam diferenças significativas em relação às condições socioculturais segundo raça/cor e gênero na população brasileira, fatores que podem interferir diretamente nas vivências relativas à gestação, ao parto e ao puerperio.

A renda familiar maior de três salários mínimos foi referida por apenas 24 (5,9%) das puérperas, considerando que o salário mínimo vigente na época era de R\$ 678,00, sendo possível inferir que mulheres com renda familiar maior assumem algum tipo de planejamento familiar e conseqüentemente têm menos filhos.

É notória a diferença na fecundidade nas diferentes classes sociais, com os indivíduos de menor renda e menor escolaridade, apresentando maior necessidade insatisfeita de anticoncepção. Nesse sentido, promover o equilíbrio entre renda e fecundidade por meio do planejamento reprodutivo, torna-se imprescindível para a diminuição da pobreza e da desigualdade social, com melhorias na saúde materna e infantil, e na condição social da população ¹¹.

Em relação aos dados obstétricos, exemplificados na Tabela 2 observou-se que 131 (37,4%) das puérperas eram primigestas, visto que um grande número dessas estavam na faixa etária de 13-19 anos, sugerindo a possibilidade de maior número de filhos posteriormente. Sobre o início da realização do pré-natal, em 102 (29,1%) casos não ocorreu a captação precoce dessas gestantes, por vários motivos, mas o que mais foi considerado importante foi desconhecimento do estado gestacional 57 (55,9%), sugerindo não haver planejamento para a gestação. É importante ressaltar que a captação precoce das gestantes permite o acesso a procedimentos necessários para diversos agravos durante a gestação ¹².

Tabela 2 - Perfil obstétrico de puérperas que realizaram pré-natal na Estratégia Saúde da Família (ESF) em Cuiabá, Mato Grosso, 2013.

Variáveis	n = 350	%
História reprodutiva		
Primigesta	131	37,4

Multigesta	219	62,6
Captação precoce		
Sim	248	70,9
Não	102	29,1
Motivo de começar tardiamente o PN		
Não queria engravidar	4	3,9
Desconhecia que estava grávida	57	55,9
Teve dificuldade para conseguir ser atendido e ir a unidade	25	22,5
Outros	102	17,6
Acesso a 1º consulta		
Buscou atendimento por livre espontânea vontade	302	86,3
Encaminhada pelo ACS	41	11,7
Encaminhada por outros profissionais ou parentes/amigos	7	2,0
Dificuldade para realizar o pré-natal		
Sim	127	63,7
Não	223	36,3
Qual a dificuldade para realizar o pré-natal		
Localização da unidade	23	6,6
Demora ou espera para marcar consulta	28	8,0
Localização da unidade mais demora ou espera para marcar consulta	3	0,9
Liberação do trabalho	1	0,3
Filhos	2	0,6
Transporte	3	0,9
Falta de profissional	47	13,4
Falta de profissional mais localização da unidade	2	0,6
Falta de profissional mais demora para marcar consulta	14	4,0
Falta de profissional mais demora ou espera para marcar consulta mais localização da unidade	1	0,3
Falta de profissional mais liberação do trabalho	1	0,3
Falta de profissional mais transporte mais demora ou espera para marcar consulta mais localização da unidade	1	0,3
Falta de profissional mais transporte mais liberação do trabalho mais demora ou espera para marcar consulta mais localização da unidade	1	0,3

Os dados obstétricos demonstram que 62,6% eram multigesta, sendo que a grande maioria (70,9%) teve acesso precoce à assistência pré-natal, apesar de 57 desconhecerem

inicialmente que estavam grávidas e 302 buscaram por iniciativa própria a unidade básica de saúde para o atendimento.

Outro dado importante a ser analisado foi a dificuldade para realização do pré-natal, em que 127 (63,7%) delas tiveram essa dificuldade, e o motivo mais importante foi a falta de profissional na unidade de saúde citado por 47 (13,4%) puérperas e demora ou espera para marcar a consulta 28 (8,0%).

CONCLUSÃO

O presente estudo permitiu a identificação do perfil das usuárias, as características específicas das gestantes/puérperas do município de Cuiabá que frequentam as Unidades de Saúde da Família, permitindo o planejamento de uma prática de cuidado voltada para as reais necessidades destas.

Dado alarmante identificado diz respeito ao grande número de puerperas na faixa etária 13 a 19 anos, sendo relevante pensar em ações que envolvam adolescentes, como abordagem sobre sexualidade, planejamento familiar e até mesmo de doenças sexualmente transmissíveis. Desta forma, pode-se ter um resultado eficiente e coerente com a realidade sócio-educacional-cultural dessas mulheres.

Notou-se a influência do perfil socioeconômico para adesão do pré-natal com qualidade e as dificuldades enfrentadas por elas. O estudo deixa como sugestão novas pesquisas aprofundadas sobre o puerpério e a assistência prestada a este grupo de risco.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LANSKY S, FRANÇA E, LEAL MC. Mortalidade perinatal e vitabilidade: revisão de literatura. **Rev Saúde Pública**, 2002; 36: 759-772.

AMORIN MMR, MELO ASO. Avaliação dos exames de rotina no pré-natal (Parte1). **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, 2009; 31(3): 148-155.

ROCHA RS, SILVA MGC. Assistência pré-natal na rede básica de Fortaleza - CE: uma avaliação da estrutura, do processo e do resultado. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, jul./set. 2012; 25(3):344-355.

PARADA CMGL. Avaliação da assistência pré-natal e puerperal desenvolvidas em região do interior do Estado de São Paulo em 2005. **Revista Brasileira Saúde Materno Infantil**, 2008; 8(1): 113-124.

REZENDE J, MONTENEGRO CAB. *Obstetrícia fundamental*. Editora Guanabara Koogan, 12ª edição, 2011.

GONÇALVES CV, CESAR JA, MENDOZA-SASSI RA. Qualidade e equidade na assistência à gestante: um estudo de base populacional no Sul do Brasil. **Cad Saúde Pública**, 2009; 25: 2507-2516.

NEUMANN N, TANAKA OY, VICTORA CG, CESAR JA. Qualidade e equidade da atenção ao pré-natal e ao parto em Criciúma, Santa Catarina, Sul do Brasil. **Rev Bras Epidemiol**, 2003; 6: 307-318.

SANTOS AL, RADOVANOVIC CAT, MARCON SS. Assistência Pré-Natal: Satisfação e Expectativas. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**, 2010; 11: 61-71.

CAMARANO AC. Fecundidade e anticoncepção da população jovem. In: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, organizador. *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento; 1998; 109-33.

SABROSA, A.R.; LEAL, M.C.; GAMA, S.G.N.G.; COSTA, J.V.C. Perfil sócio-demográfico e psicossocial de puérperas adolescentes do Município do Rio de Janeiro, Brasil – 1999-2001. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 20 Sup1:S112-S120, 2004

SANTOS JC, FREITAS PM. Planejamento familiar na perspectiva do desenvolvimento. **Cien Saúde Col**, 2011; 16(3): 1813-1820.

DOMINGUES RMSM, et al. Avaliação da adequação da assistência pré-natal na rede SUS do Município do Rio de Janeiro, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 2012; 28(3):425-437.